



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Relatório

2023



RECUPERAR
PORTUGAL

Ficha técnica

Título: Relatório Anual 2023

Edição: 1.ª edição, 2024

Propriedade: Estrutura de Missão Recuperar Portugal

Relatório elaborado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021 relativo ao modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.

Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas

A.M. – Área Metropolitana

AAE – Áreas de Acolhimento Empresarial

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

BD – Beneficiários Diretos

BEI – Banco Europeu de Investimento

BF – Beneficiários Finais

BI – Beneficiários Intermediários

BPF – Banco Português de Fomento, S.A.

C&T – Ciência e Tecnologia

CAC – Comissão de Auditoria e Controlo

CCA – Comissão de Coordenação das Agendas

CCDR A – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CCDR Alg – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

CCDR Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCDR Norte – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CE – Comissão Europeia

CNA – Comissão Nacional de Acompanhamento

DIH – Digital Innovations Hubs

EMRP – Estrutura de Missão Recuperar Portugal

ENAA – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020

ESCI – Equipa Segregada de Controlo Interno

FA – Fundo Ambiental

FBCP - Formação Bruta de Capital Fixo

FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento

FEI – Fundo Europeu de Investimento

I&D – Investigação e Desenvolvimento

I&D&I – Investigação, Desenvolvimento e Inovação

I&I – Investigação e Inovação

IDE – Ambiente de desenvolvimento integrado

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

IGF - AA – Inspeção Geral de Finanças – Autoridade de Auditoria

IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor

MRR – Mecanismo de Recuperação e Resiliência

MV – Mecanismo de Verificação

OPF – Organizações de Produtores Florestais

PACRP – Plano de Ações de Controlo da «Recuperar Portugal»

PD – Pedido de Desembolso

PIB – Produto Interno Bruto

PP – Pedido de Pagamento

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNEC – Plano Nacional de Energia e Clima

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAM – Região Autónoma da Madeira

RPFGC – Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

SCI – Sistema de Controlo Interno

SGCI – Sistema de Gestão e Controlo Interno

SGIFR – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais

SNS – Sistema Nacional de Saúde

TCE – Tribunal de Contas Europeu

TdC – Tribunal de Contas

UE – União Europeia

VL – Verificação no Local

Glossário

Beneficiário Direto (BD) – Entidade pública responsável pela implementação e execução física e financeira de uma reforma e ou de um investimento inscrito no PRR, e que lhe permite beneficiar de financiamento.

Beneficiário Final (BF) – Entidade selecionada por um Beneficiário Intermediário responsável pela execução física e financeira de um projeto, beneficiando de um financiamento do PRR diretamente enquanto «Beneficiário Direto», ou através do apoio de um «Beneficiário Intermediário».

Beneficiário Híbrido – Entidade pública que, para um mesmo investimento, em função dos diferentes projetos envolvidos, desempenha o papel de «Beneficiário Direto» e de «Beneficiário Intermediário».

Beneficiário Intermediário (BI) – Entidade pública globalmente responsável pela implementação física e financeira de um investimento inscrito no PRR, mas cuja execução é assegurada por entidades terceiras por si selecionadas.

Dimensões estruturantes – Três conjuntos de componentes, cada uma das quais incluindo uma ou mais medidas (reformas e investimentos), que respondem às prioridades do PRR: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

Valor em trânsito em BI – Diferença entre o valor transferido para BIs e o valor pago por estes a BFs.

Investimento – Medida do PRR à qual é associado um montante específico de financiamento através de subvenção ou empréstimo.

Marcos e Metas – Medida do progresso no sentido da realização de uma reforma ou de um investimento, sendo os marcos realizações qualitativas e as metas realizações quantitativas.

Reforma – Medida estrutural do PRR, de natureza política ou estratégica, cuja implementação é assegurada pela área governativa responsável, à qual, em regra, não é associado um montante específico de financiamento através de subvenção ou empréstimo.

Subinvestimento – Parte de um investimento, objeto de contratualização com um BD / BI específico e distinto dos BD / BI responsáveis pelo(s) outro(s) subinvestimento(s) que integra(m) esse investimento.

Índice

1. Nota introdutória	11
2. Mensagem do Presidente da EMRP	16
3. Sumário executivo	20
4. O Plano de Recuperação e Resiliência	23
4.1 Enquadramento e Desafios do PRR	25
4.2 Modelo de Governação.....	32
4.3 Informação e Comunicação.....	38
4.4 Capacitação.....	43
4.5 Controlo e Auditoria	46
5. Panorama geral.....	55
5.1 Progresso Global 2023	57
5.2 Marcos e Metas 2023	59
5.3 Implementação Financeira do PRR	64
5.4 Impacto nos Pilares Europeus, Indicadores Comuns e Iniciativas Emblemáticas	75
6. Progresso da implementação do PRR	79
6.1 Dimensões Estruturantes	81
6.2 Resiliência.....	86
6.3 Transição Climática	127
6.4 Transição Digital	156
7. Perspetivas para 2024.....	177
8. Anexos	181

Índice de figuras

Figura 1: Cronologia de implementação do PRR.....	26
Figura 2: Evolução da dotação do PRR	27
Figura 3: Dotação do PRR por componente.....	29
Figura 4: Entidades envolvidas na gestão e execução do PRR.....	33
Figura 5: Organograma EMRP	34
Figura 6: Principais indicadores da comunicação do PRR	41
Figura 7: Cronologia de atualização dos instrumentos do SCI	47
Figura 8: Cumprimento Global de Marcos e Metas a 31.12.2023	61
Figura 9: Cumprimento de Marcos e Metas, por dimensão ¹ a 31.12.2023	61
Figura 10: Distribuição por componente dos Marcos e Metas a 31.12.2023.....	62
Figura 11: Implementação Financeira Global a 31.12.2023.....	64
Figura 12: Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 31.12.2023, milhões de euros.....	65
Figura 13: Implementação Financeira por componente a 31.12.2023, milhões de euros	66
Figura 14: Representação Geográfica da Implementação Financeira por região NUTS III ...	68
Figura 15: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos 2021-2022	69
Figura 16: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos 2023	70
Figura 17: Fluxos de Tesouraria do PRR a 31.12.2023	73
Figura 18: 6 Pilares Europeus	75
Figura 19: Parcela estimada dos fundos do PRR (em %) que contribuem para cada pilar de política europeia.....	75
Figura 20: Desempenho de Portugal nos Indicadores Comuns.....	76

Figura 21: Relação entre componentes do PRR e iniciativas emblemáticas da EU78

Índice de tabelas

Tabela 1: Estrutura Integrada de Controlo Interno - Especificação das componentes46

Tabela 2: Ações de Controlo no âmbito dos 3.º e 4.º Pedidos de Desembolso48

Tabela 3: Implementação Financeira por tipologia de Beneficiários a 31.12.202366

Tabela 4: Implementação Financeira por região NUTS III e per capita, a 31.12.202367

PARTE 1



Nota introdutória

1. Nota introdutória

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e investimentos que pretendem acelerar a convergência com a União Europeia e garantir uma economia mais verde, mais digital, mais resiliente e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego.

O PRR hoje é distinto daquele que fora concebido e aprovado em 2021. Inicialmente desenhado para impulsionar o caminho da recuperação e retoma do **crescimento económico** de Portugal, no seguimento da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, necessitou de uma atualização e reprogramação face à mudança de conjuntura marcada pelos efeitos decorrentes da agressão militar da Rússia à Ucrânia, que gerou grandes desafios no mercado da energia da EU, grandes disrupções nas cadeias internacionais de abastecimento, constrangimentos no acesso a matérias-primas e um aumento generalizado e globalizado da taxa de inflação.

A atualização e reprogramação do PRR em 2023 mantém o alinhamento com objetivos estratégicos nacionais e europeus, reforçando a sua ambição e garantindo a maximização dos seus efeitos neste novo contexto. As opções inscritas nesta atualização consolidam a visão do PRR enquanto instrumento da transformação estrutural do País, com a aceleração da alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, com o robustecimento do Estado Social e com a resposta aos desafios das transições climática e digital.

O PRR também é essencial para a execução do Plano REPowerEU, que é a resposta da Comissão aos problemas socioeconómicos e às perturbações do mercado mundial da energia resultantes da invasão da Ucrânia pela Rússia. A fim de garantir esta execução, foi criada uma nova componente (REPowerEU) aquando da reprogramação do PRR, que assume um impulso adicional para a transição verde em Portugal, através de 6 reformas e 16 investimentos.

O PRR em 2023 passou a dispor de uma dotação de 22,2 mil milhões de euros (face a 16,6 mil milhões), traduzindo-se num reforço de 33%, para concretizar 44 reformas e 123 investimentos.

O presente relatório descreve as atividades de gestão e de coordenação relacionadas com a implementação das reformas e dos investimentos do PRR.

O modelo de governação do PRR, publicado pelo Decreto-lei n.º 29-B/2021, estabelece que a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) é a entidade responsável pela coordenação técnica, gestão e monitorização da execução e da concretização dos objetivos operacionais do PRR português, competindo-lhe, entre outras, a obrigação de:

- Negociar e monitorizar a execução do PRR, assegurando o cumprimento das obrigações e requisitos previstos no Regulamento (UE) 2021/241;
- Acompanhar a execução das reformas e investimentos do PRR, assegurando a consecução dos seus objetivos estratégicos e promovendo a monitorização e a concretização dos objetivos operacionais através de marcos e de metas, contratualizando com os respetivos Beneficiários as correspondentes condições;
- Assegurar a interação e os contactos com a Comissão Europeia, sendo para tal designada nos termos do Acordo Operacional, como a entidade coordenadora para a implementação do PRR;
- Fornecer apoio técnico às equipas das áreas governativas coordenadoras e entidades executoras das reformas e investimentos do PRR, disponibilizando orientações técnicas que assegurem a sua execução mais eficaz e eficiente;
- Preparar e submeter à Comissão Europeia os pedidos de desembolso dos financiamentos do PRR semestrais, recolhendo, junto das entidades competentes, as informações necessárias;
- Dar cumprimento às obrigações de reporte à Comissão Europeia fixadas no Regulamento (UE) 2021/241;

- Implementar um sistema de gestão e controlo interno, suportado em modelos adequados de monitorização e informação, que previna e detete irregularidades e permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas.

Em cumprimento com o disposto na alínea e), do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, a EMRP elaborou o presente relatório de Monitorização que, entre outros contempla:

- O panorama geral do progresso alcançado, quer ao nível dos Marcos e Metas, quer em termos de realização das reformas e dos investimentos;
- A caracterização, em cada uma das componentes do PRR, dos seus objetivos e das suas realizações até final do ano de 2023;
- O ponto de situação dos pedidos de desembolso à CE;
- O impacto do PRR, nos 6 pilares europeus estabelecidos no Regulamento (UE) 2021/241, nos indicadores comuns e nas iniciativas emblemáticas da UE;
- As perspetivas gerais para o ano de 2024;
- A listagem anexa de todos os marcos e metas e o respetivo estado de execução;
- A listagem das operações aprovadas aos destinatários finais dos fundos PRR: Beneficiários Diretos e Finais.

De realçar que o PRR, no ano de 2023, registou um aumento de velocidade na sua implementação, do qual se destaca:

- O processamento dos pagamentos, no seguimento da execução dos projetos;
- A análise das candidaturas recebidas no âmbito de Avisos de concurso lançados para a seleção de Beneficiários Finais;
- A aprovação de projetos e correspondes notificações de decisão aos Beneficiários;
- A assinatura de contratos/termos e aceitação com os Beneficiários Finais;
- O processamento de adiantamentos, no seguimento da assinatura de contrato;

- O lançamento de procedimentos de contratação pública, apreciação de propostas e correspondente adjudicação e contratação;
- A implementação das reformas inicialmente previstas e de um conjunto de marcos de natureza imaterial, nos termos do previsto no plano, as quais lançam as bases para a realização material e física dos investimentos, sendo disso exemplo os estudos de impacto ambiental e licenciamentos necessários.

As concretizações alcançadas em 2023 permitem perspetivar que 2024 venha a acelerar ainda mais as realizações e execuções físicas e financeiras dos projetos aprovados, fazendo a ligação aos objetivos estabelecidos para cada uma das medidas. Perspetiva-se também a realização de dois pedidos de desembolso junto da CE.

PARTE 2



Mensagem do Presidente da EMRP



2. Mensagem do Presidente da EMRP

O ano de 2023 foi um ano de aceleração em termos de operação e materialização de projetos PRR no terreno e, igualmente, de concretização dos dois Pedidos de Pagamento e consequente desembolso previsto no plano.

Foi ainda um ano de grande importância para o PRR, por ter permitido ajustar o plano em função do surgimento de novas circunstâncias de conjuntura económica e geopolítica que colocavam em crise a sua execução, face ao que havida sido inicialmente delineado. Com efeito, aquando da conceção do PRR em 2020 e aprovação em 2022, pressupostos como a inflação ou a escassez de recursos e de mão de obra não foram tidos em consideração. A invasão da Ucrânia pela Rússia veio desencadear esta nova realidade e os devidos ajustamentos tornaram-se fulcrais e necessários.

Neste contexto, a reprogramação tornou-se central no caminho para a eficiente concretização do PRR. Uma etapa crítica, concretizada em 2023, para ajustar e adaptar as medidas planeadas de acordo com as necessidades e realidades em evolução. A reprogramação demonstrou, assim, o compromisso com a flexibilidade e a capacidade de resposta aos desafios emergentes.

O PRR é mais do que um plano de investimentos. É a materialização de um compromisso inabalável com o futuro de Portugal.

E é por isso que a aprovação da reprogramação foi um momento muito importante para a história da concretização do PRR.

Por se tratar exatamente de um Plano, ditam as regras, que teria de ser ajustado em função de acontecimentos supervenientes.

Recorde-se que uma reprogramação já seria necessária para adicionar um reforço na sua dotação, proveniente da decisão da CE de atribuição definitiva da contribuição máxima financeira do PRR, que no caso de PT representou um montante adicional de cerca de 1.600 M€.

Mas uma 2.^a razão surgiu, com a introdução do Programa REPowerEU no Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência, cujo objetivo consiste em dar resposta rápida à

aceleração da transição climática e à diversificação das fontes de abastecimento e de produção de energia.

O programa Repower passou a ser a 21.^a Componente do PRR e representa cerca de 855 M€.

Como sabemos esta resposta surgiu num contexto internacional e geopolítico de grande instabilidade, que levou a um aumento dos preços da energia e das matérias-primas na UE e afetou Portugal indiretamente de forma significativa através de perturbações nas cadeias de abastecimento.

Este contexto desencadeou ainda o 3.º motivo para reprogramar o PRR, baseado em circunstâncias objetivas, relacionadas com as referidas alterações de mercado. Assim, foram feitos os devidos e necessários ajustamentos no calendário de concretização dos marcos e das metas.

Não obstante, para manter os objetivos e a ambição inicial do PRR, mantiveram-se todas as reformas e investimentos, pelo que tendo em conta os aumentos de custos observados e justificados, foi solicitado um montante adicional na vertente de empréstimos de cerca de 3.200 M€.

Com esta atualização o PRR ganhou maior dimensão financeira, mantendo o dinamismo de um plano de investimentos estruturantes e transformadores para a economia nacional.

Foi, também, fundamental nesta atualização do PRR avaliar e ajustar as suas prioridades, assegurando que as medidas se alinhavam de forma eficaz com os objetivos de recuperação económica, da transição climática e digital e da coesão social e territorial.

A recuperação não deve ser apenas um regresso ao estado anterior à crise pandémica, mas sim uma oportunidade para reforçar a ambição e a capacidade de enfrentar os desafios globais que se colocam. E a reprogramação encerra em si mesma o reforço da ambição do PRR, que passou de 16,6 mil milhões de euros para 22,2 mil milhões de euros, refletindo-se este acréscimo em mais 40 investimentos e 12 novas reformas.

É também importante referir que o processo de reprogramação foi um trabalho complexo e implicou intensa articulação com os serviços da Comissão Europeia responsáveis pela avaliação da proposta que foi submetida.

Tendo cumprido este marco com sucesso, que se traduz na aprovação da reprogramação, bem como as várias concretizações alcançadas em 2023, nomeadamente a submissão dos dois Pedidos de Pagamento e seu recebimento (desembolso), quero enaltecer e reconhecer o valor, dedicação e profissionalismo de toda a equipa da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, por todo o excelente trabalho desenvolvido neste ano.

Foram constantes, diários e intensos os contatos e as negociações com a Comissão Europeia, que permitiram chegar a esta aprovação da reprogramação e dos dois desembolsos dos 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento.

Foi um processo negocial proveitoso com a Comissão Europeia, que envolveu a discussão ao nível técnico, por parte da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, relativamente a todos os detalhes dos investimentos e reformas.

Mas essa disponibilidade e trabalho colaborativo existiu e hoje temos o PRR atualizado, reforçado e pronto para se proceder à submissão de mais dois Pedidos de Pagamento em 2024.

O ano de 2024 continuará a ser um ano crítico para o PRR em termos de execução do programa e vai obrigar a reforçar a grande visibilidade dos resultados e das realizações, aproximando ainda mais o PRR ao quotidiano dos cidadãos e das empresas. 2024 será um ano decisivo na implementação do PRR com vista à sua total execução em 2026. A reprogramação aprovada em 2023 aumentou a dotação disponível, mas também a ambição e a necessidade de reforçar a velocidade de execução. Ao longo do ano, contamos submeter junto da CE mais dois pedidos de desembolso (5.º e 6.º), por forma a continuar a sólida execução do plano, no menor espaço de tempo, permitindo que os Beneficiários tenham as condições de financiamento adequadas para concretizarem os seus projetos já aprovados, gerando as externalidades positivas planeadas na economia e na sociedade.

PARTE 3



Sumário executivo

3. Sumário executivo

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência representa uma oportunidade sem precedentes para acelerar a recuperação da Europa e reforçar o compromisso com a transição verde e digital, financiando reformas e investimentos nos Estados-Membros até 2026.

Face à alteração da conjuntura originada pela guerra na Ucrânia existiu, em 2023, a oportunidade de Portugal submeter a Reprogramação do PRR, que solicitava um reforço de dotação e a nova componente “REPOweEU”. A 22 de setembro recebeu a avaliação positiva da Comissão Europeia e a 17 de outubro foi adotada a nova Decisão de Implementação do Conselho (CID) por parte do Conselho da União Europeia, na qual ficaram estabelecidos os 463 Marcos e Metas, bem como a descrição dos objetivos dos investimentos e das reformas. Com a atualização da reprogramação, o PRR passou a ter uma dotação total de 22,2 mil milhões de euros, para concretizar 44 reformas e 123 investimentos, distribuídos por 22 componentes.

O PRR está alinhado com as agendas da Estratégia 2030, tornando-o uma das mais relevantes fontes de financiamento, juntamente com o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027. A reprogramação não alterou estes pressupostos. A execução do PRR e o seu reforço vão continuar a apoiar a recuperação económica de Portugal, garantido uma economia mais verde (menos dependente dos combustíveis fósseis), mais digital e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego e, em simultâneo, contribuir para alcançar a convergência com a União Europeia durante a próxima década.

Apesar dos desafios operacionais, o ano de 2023 registou um grande aumento em termos de contratação da dotação do PRR para os Beneficiários Diretos, Intermediários e destes com os Finais. O aumento da dotação trouxe a oportunidade de fazer mais reformas (12) e investimentos (40), mas também a necessidade de acelerar novas contratações.

Em 2023 Portugal recebeu da CE o montante de 1,8 mil milhões de euros referente ao 2.º pedido de pagamento do PRR. Tal foi possível pelo cumprimento dos 20 Marcos e Metas.

Em outubro foram submetidos os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, que abrangeram 47 Marcos e Metas, tendo o montante de 2.459 milhões de euros sido recebido em dezembro.

A 31 de dezembro de 2023, já tinha sido lançado um montante de 14.530 milhões de euros em avisos de abertura de concursos e 2.084 milhões de euros em concursos públicos. Foram apresentadas 306.063 candidaturas, tendo sido aprovadas 159.269, beneficiando mais de 129.000 Beneficiários Finais. No final de 2023 tinham sido já pagos 3.637 milhões de euros aos Beneficiários Diretos e Finais.

Antecipando a continuidade da aceleração natural na taxa de execução em 2024, a implementação bem sucedida do PRR exigirá um esforço coordenado de todas as partes interessadas. É um esforço nacional que exige um elevado alinhamento, transparência em todo o processo e muita comunicação. Todas estas componentes são reforçadas pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal dando a conhecer o Programa, apresentando oportunidades e comunicando de forma continuada os resultados do PRR, através do sítio web próprio, do sistema de alerta de novos avisos, da presença nas redes sociais e nos media, da newsletter própria e da realização do Evento Anual.

Em súpula, a execução bem sucedida do PRR em 2024 exigirá um esforço contínuo para assegurar o cumprimento de Marcos e Metas associados à transferência dos atuais e próximos pagamentos.

2024 vai ser um ano essencial para execução do PRR e para o seu cumprimento dentro do prazo final, que culmina em 2026.

PARTE 4

O Plano de Recuperação e Resiliência



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 4

4.1 Enquadramento e Desafios do PRR

4.1 Enquadramento e Desafios do PRR

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência constitui uma oportunidade sem precedentes para acelerar a recuperação na Europa e reforçar o empenho nas transições paralelas verde e digital, financiando reformas e investimentos nos Estados-Membros até 2026.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aprovado em 2021 é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos que pretendem acelerar a convergência com a União Europeia (EU) e garantir uma economia mais verde, mais digital, mais resiliente e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego. O PRR está alinhado com os objetivos do Semestre Europeu e as Recomendações Específicas para Portugal que dali decorrem.

Em 2023, os efeitos decorrentes da agressão militar da Rússia à Ucrânia, resultaram em significativas alterações de contexto, e novos e grandes desafios à implementação do PRR. É de salientar que estas alterações – associadas, por exemplo, a fatores como as restrições de acesso a diversas matérias, energéticas e não energéticas, e as subidas dos respetivos preços – foram de tal ordem que tiveram impacto estrutural nas condições de ação dos agentes económicos, e na sua capacidade de implementar projetos de investimento.

Esta alteração de contexto internacional criou a necessidade de uma atualização ao PRR, com os seguintes princípios orientadores:

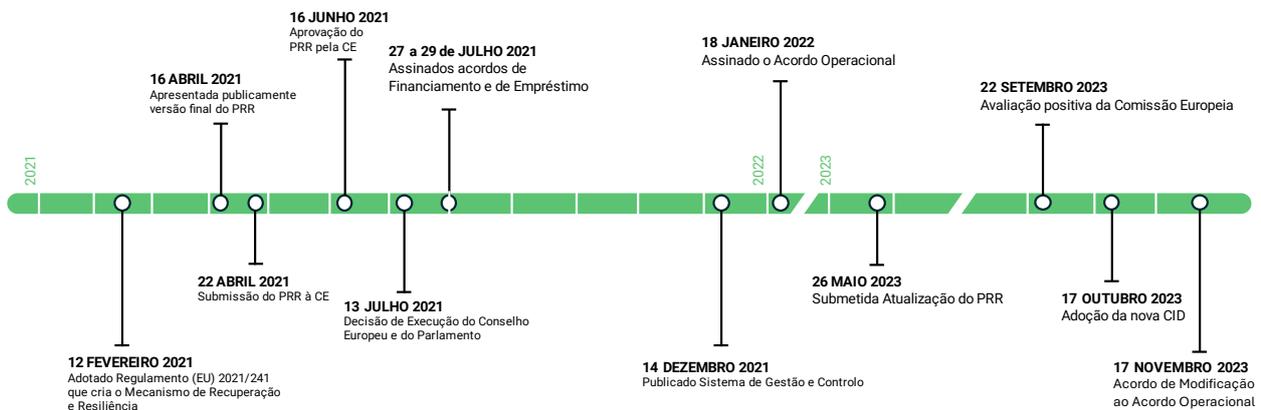
- Aumento da ambição do plano, com introdução de medidas novas e reforço de verbas, e respetivos objetivos;
- Reforço financeiro, que deverá ser também assegurado com recurso a empréstimos no âmbito do PRR ou, quando necessário, a financiamento nacional, para fazer face a novas necessidades relacionadas com projetos já previstos no plano ou em execução, mantendo a sua ambição;
- Ajustamentos nos marcos e nas metas que não implicam diminuição de ambição;
- Manutenção da estrutura inicial do PRR com as novas reformas e medidas alocadas a componentes já existentes;

- Novas medidas e o reforço da ambição focados na transição digital e climática, incluindo reforço da resiliência energética, não descurando a resposta social em áreas como a educação, habitação e saúde.

Surgiu também a oportunidade de ser criado um novo capítulo REPowerEU que assume um impulso adicional para a transição verde. Com o REPowerEU, a UE pretende pôr fim à sua dependência dos combustíveis fósseis poupando energia, diversificando o aprovisionamento e acelerando a transição para as energias limpa.

A 22 de setembro foi recebida a avaliação positiva da Comissão Europeia, e a 17 de outubro foi adotada a nova Decisão de Implementação do Conselho (CID), por parte do Conselho da União Europeia, na qual ficaram estabelecidos os 463 Marcos e Metas desembolso, bem como a descrição dos objetivos dos 123 investimentos e das 44 Reformas.

Figura 1: Cronologia de implementação do PRR



Com a atualização da reprogramação do PRR, a dotação máxima do PRR passou, assim, a ser de **22,2 mil milhões de euros**, representando um acréscimo de cerca 2,4 mil milhões de euros em subvenções e 3,2 mil milhões de euros em empréstimos, face ao Plano aprovado em julho de 2021.

Figura 2: Evolução da dotação do PRR



Em 2023, **o desafio e a ambição ficou ainda maior** e consiste agora na oportunidade para novos investimentos enquadráveis nas componentes já existentes do PRR, nomeadamente nos domínios da modernização tecnológica do SNS, das Redes Culturais e Transição Digital, da Descarbonização dos Transportes e da Indústria, das Qualificações e Competências, do Investimento e Inovação, das Empresas 4.0 e da Administração Pública Digital.

Este incremento da dotação máxima permitiu igualmente reforçar a ambição de investimentos já em execução como sejam a Nova Geração dos Equipamentos e Respostas Sociais, a Reabilitação e Património Cultural, as 52 Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial e Verdes, os Bairros Comerciais Digitais, o Alojamento Estudantil e o Reforço das Lojas de Cidadão e Espaços Cidadão.

Em particular, foi efetuado um reforço muito significativo das Agendas/Alianças Mobilizadoras com uma subida da sua dotação total de 930 milhões de euros para 2.853 mil milhões de euros. O Governo assumiu, por ocasião do concurso, que o mérito dos projetos considerados elegíveis justificava a mobilização de recursos para o total financiamento deste investimento tão relevante para a transformação da economia portuguesa.

Foi igualmente reforçada a aposta na Ciência e nas Instituições de Ensino Superior (IES) com investimentos no montante de 198 milhões de euros. O programa Impulso Mais Digital, complementando os investimentos "Impulso Jovens STEAM" e "Incentivo Adultos" já previstos no PRR, irá permitir a modernização tecnológica e digital da formação superior e o

investimento Ciência Mais Capacitação irá desenvolver o ecossistema de inovação das IES e apoiar a investigação fundamental.

Foi reforçado em 100 milhões de euros o investimento já existente da Nova Geração de Respostas Sociais elevando assim este investimento para um total de 517 milhões de euros. Este acréscimo de dotação permitirá dar uma ambição acrescida a um investimento que tem demonstrado a sua relevância para o incremento de respostas tão relevantes como o alargamento da rede de creches ou os serviços de apoio domiciliário.

Decorrente do programa REPowerEU, é feito um reforço substancial da aposta na transição climática. São reforçados os investimentos da Eficiência Energética em Edifícios Residenciais, em 120 milhões de euros, e da Descarbonização dos Transportes Públicos, em 90 milhões de euros, permitindo neste último caso a introdução de, pelo menos, 260 novos autocarros com emissões nulas no transporte coletivo de passageiros. É igualmente reforçado o investimento Descarbonização da Indústria que apoia diretamente as empresas na transição das suas operações para a adaptação a uma economia neutra em carbono e circular.

Adicionalmente, o PRR passou a incluir um instrumento de apoio ao investimento estratégico empresarial (Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Verde) promotor das transições verde e digital, destinando-se ao investimento industrial em tecnologias estratégicas para a transição climática, em particular as constantes do Plano Industrial do Pacto Ecológico Europeu.

As reformas e os projetos de investimento continuaram divididos nas 3 dimensões estruturantes – Resiliência, Transição Climática e Transição Digital - mas agora em 21 componentes divididos por 44 reformas e 123 investimentos.

Figura 3: Dotação do PRR por componente

INICIAL		ATUALIZAÇÃO
11.125 M€	Resiliência	15.113 M€
1.383 M€	C1 Serviço Nacional de Saúde	1.739 M€
2.733 M€	C2 Habitação	3.229 M€
833 M€	C3 Respostas Sociais	1.043 M€
243 M€	C4 Cultura	319 M€
2.914 M€	C5 Capitalização e Inovação Empresarial	4.915 M€
1.324 M€	C6 Qualificação e Competências	1.979 M€
690 M€	C7 Infraestruturas	813 M€
615 M€	C8 Florestas	615 M€
390 M€	C9 Gestão Hídrica	461 M€
3.059 M€	Transição Climática	4.388 M€
252 M€	C10 Mar	393 M€
715 M€	C11 Descarbonização da Indústria	737 M€
145 M€	C12 Bioeconomia Sustentável	145 M€
610 M€	C13 Eficiência Energética em Edifícios	610 M€
370 M€	C14 Hidrogénio e Renováveis	385 M€
967 M€	C15 Mobilidade Sustentável	1.262 M€
0 M€	C21 REPower EU	855 M€
2.460 M€	Transição Digital	2.716 M€
650 M€	C16 Empresas 4.0	763 M€
406 M€	C17 Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	406 M€
267 M€	C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios	267 M€
578 M€	C19 Administração Pública mais Eficiente	675 M€
559 M€	C20 Escola Digital	605 M€
16.644 M€	Total	22.216 M€

Nota: os valores poderão ser sujeitos a pequenos ajustes no âmbito da contratação entre a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal" e os Beneficiários Diretos e Intermediários

De realçar que este Mecanismo baseia-se no desempenho, o que significa que a Comissão Europeia só paga os montantes devidos a um Marco e Meta quando este tiver alcançado os objetivos intermédios e as metas acordados para a conclusão das reformas e dos investimentos previstos no respetivo plano. Uma vez cumpridos os objetivos intermédios e as metas acordados, os governos podem solicitar o pagamento, sendo limitado a dois pedidos por cada ano. Até à data já foram realizados quatro Pedidos de Pagamento de Portugal à Comissão Europeia.

PARTE 4

4.2 Modelo de Governação

4.2 Modelo de Governação

Tendo como base a experiência consolidada de Portugal ao longo do tempo na gestão de fundos europeus, a opção passou por criar um modelo de governação ágil, com competências bem definidas e devidamente segregadas, e com mecanismos de articulação internos que permitam implementar o Plano de forma eficaz, recorrendo a procedimentos simples e expeditos. O objetivo foi o de criar um modelo transparente, seguindo as melhores práticas, evidenciado a forma como estão a ser aplicados os recursos disponíveis e os respetivos resultados.

Neste sentido, o modelo de governação do PRR apresenta 4 níveis de coordenação:

- **Nível estratégico de coordenação política** assegurado pela Comissão Interministerial do PRR;
- **Nível de acompanhamento** assegurado pela Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA);
- **Nível de coordenação técnica e de monitorização** assegurado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP); e
- **Nível de auditoria e controlo** assegurado por uma Comissão de Auditoria e Controlo (CAC).

Em 2023, o Decreto de Lei 61/2023 de 24 de julho introduziu mudanças ao Modelo de Governação no que respeita à composição e às competências dos órgãos de coordenação política, de acompanhamento e de auditoria e controlo do modelo de governação do PRR, tendo em vista clarificar as funções de cada um dos órgãos e a prossecução das mesmas. Entre outras mudanças, destaca-se o reforço e clarificação das competências da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) e da Comissão de Auditoria e Controlo (CAC). No que diz respeito à EMRP, salienta-se o maior alcance do sistema de controlo interno, especialmente para prevenir a duplicação de apoios, de risco de conflito de interesses, corrupção e fraude.

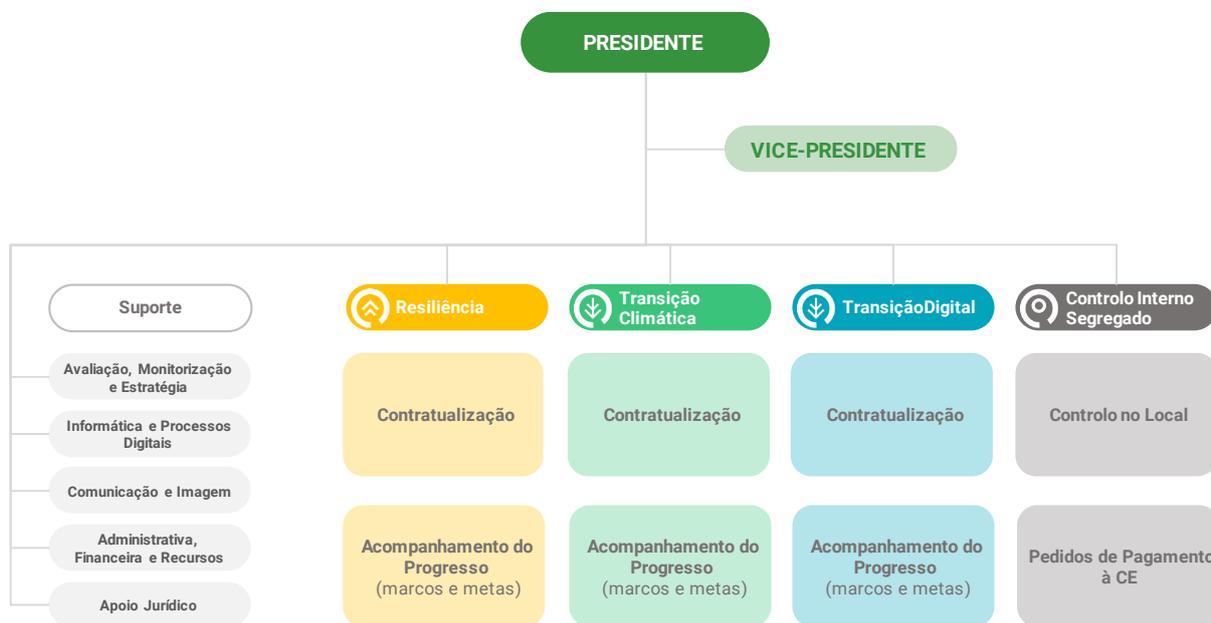
O princípio da participação dos diversos atores nacionais (parceiros económicos e sociais, as organizações da economia social, as instituições científicas e de ensino superior e as entidades públicas) está consagrado no PRR, desde a sua elaboração, garantindo que as políticas a implementar são aquelas de que o País efetivamente necessita e que as mesmas estão devidamente alinhadas com as características e com o contexto territorial da sua implementação.

Figura 4: Entidades envolvidas na gestão e execução do PRR



A EMRP é em termos de implementação e operacionais a entidade que coordena as atividades e centraliza o interesse de atuação das restantes entidades, através dos seus circuitos de operacionalização e das suas estruturas de suporte.

Figura 5: Organograma EMRP



A estrutura e os mecanismos sob coordenação técnica e monitorização garantem que a utilização dos fundos do PRR está em conformidade com a legislação nacional e comunitária em vigor, assegurando-se simultaneamente, a prevenção, deteção e correção de situações de fraude, corrupção, duplo financiamento e conflito de interesses.

A EMRP viu também em 2023 a suas competências e a sua estrutura reforçadas.

Com efeito, ao longo da implementação do PRR têm surgido exigências ao nível do sistema de gestão e controlo que implicam a utilização de mais recursos dedicados à execução de atividades, como sejam verificações de gestão e de controlo sobre:

- I. Avaliação de risco de fraude;
- II. Prevenção e mitigação do risco de duplo financiamento;
- III. Risco de conflito de interesses.

Outras responsabilidades foram acrescentadas à EMRP, as quais concorreram igualmente para a necessidade do reforço do quadro de recursos humanos, como sejam:

- I. O modelo de governação do PRR foi alterado, com a publicação do Decreto-Lei n.º 61/2023, de 24 de julho, colocando tarefas e responsabilidades adicionais na EMRP relacionadas com a recuperação dos financiamentos, indevidamente pagos aos beneficiários do PRR, e com a verificação da não acumulação dos financiamentos do PRR com os fundos europeus (para além do PT 2020 e PT 2030) ou outros mecanismos europeus;
- II. Construção de um mecanismo de restituição do montante equivalente ao IVA, com âmbito mais alargado de beneficiários do que o inicialmente estava previsto e com mais exigências, validações e responsabilidades atribuídas à EMRP;
- III. Acompanhamento com maior intensidade pelos serviços da CE, implicando que a equipa da EMRP se desdobre em reuniões de coordenação semanais com os serviços da CE, reuniões técnica, envolvendo os beneficiários (BI e BD) e as áreas governativas, e reuniões de trabalho com trocas diárias de documentação e discussões sobre validações, nomeadamente sobre a recolha de evidências relativas ao cumprimento dos marcos e das metas.

Para além das razões acima referidas, o PRR obteve uma atualização substancial da sua dotação, refletivas em novos investimentos e reformas, que devem ser concretizadas no mesmo espaço temporal.

Adicionalmente, o Decreto-Lei n.º 61/2023, de 24 de julho, veio densificar as regras em matéria de duplo financiamento e estabelecer o regime aplicável à recuperação de financiamentos, clarificando-se também o procedimento relativo ao pagamento do montante equivalente ao imposto sobre o valor acrescentado de projetos financiados pelo PRR, o que convoca a intervenção da EMRP.

Face à atualização do PRR e ao acréscimo de competência da EMRP a Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2023, publicada a 22 de dezembro, veio reconhecer que, nestas novas circunstâncias, era necessário dotar a Recuperar Portugal, de recursos humanos que permitam acompanhar a atualização do PRR, no que respeita ao exercício das suas competências de coordenação técnica, de gestão, acompanhamento e execução do plano, tendo em vista o pleno cumprimento da sua missão e objetivos definidos no âmbito da execução do PRR.

A EMRP passou a ter, assim, um quadro pessoal de 75 colaboradores, entre os quais até 60 técnicos superiores e até 4 assistentes técnicos ou operacionais, representando um aumento de 15 Técnicos Superiores.

PARTE 4

4.3 Informação e Comunicação

4.3 Informação e Comunicação

O ano de 2023 assumiu-se como um ano de grande aumento na velocidade de implementação e execução do PRR.

Em termos de informação e comunicação, os macro objetivos foram dar a conhecer a execução do plano e transmitir de forma transparente e clara todas as fases de implementação do PRR, com o intuito de apresentar aos cidadãos os impactos deste fundo no seu dia a dia, bem como de mostrar de forma transparente as etapas concretizadas.

Campanha de 5 filmes

Em 2023 a EMRP lançou uma campanha de 5 filmes em TV e nos meios digitais onde se pretendeu demonstrar que a execução do PRR vai para além dos números, e que os seus projetos são já visíveis e têm impacto na vida e no dia a dia dos cidadãos. A campanha de 5 filmes ofereceu um olhar sobre o que já está implementado, sem cenários ou atores, pela voz e/ou o olhar de quem é impactado pelos investimentos do PRR.

Pretendeu-se ajudar a perceber de forma objetiva, clara e correta, o impacto dos investimentos na economia do País e, acima de tudo, na vida das pessoas, humanizando o PRR. Foi uma campanha dirigida a todos os cidadãos e que foi veiculada nos canais de televisão generalistas, bem como nos canais noticiosos por cabo. Teve, ainda, uma forte presença online, nos órgãos de comunicação social digitais, tendo sido partilhada nas redes sociais da Recuperar Portugal, com especial destaque para o Youtube. Os números dos 5 filmes falam por si: em televisão, impactaram 7.028.747 pessoas, com 15 ou mais anos. No youtube, exibiu-se 1.251.406 impressões e 467.324 visualizações e nos sites nacionais exibiu-se 3.899.126 impressões.

Site

O site recuperarportugal.gov.pt continua a assumir-se como um eixo fundamental para a comunicação com os Beneficiários e os cidadãos, sendo ainda consultado pela imprensa. Ele é a primeira janela para um olhar sobre o PRR.

Neste sentido, continuam a ser desenvolvidos vários ajustes e criadas novas dinâmicas neste canal, a fim de transmitir informação relevante e atual, num formato mais ‘user friendly’ e de perceção imediata.

As notícias presentes na Homepage e página “Comunicação” pretendem dar nota da boa execução deste mecanismo, bem como dar a conhecer novidades de relevo. Ao longo de 2023, foram desenvolvidas e incluídas no site 164 notícias sobre o PRR, nomeadamente, sobre avisos de candidatura lançados, eventos sobre o PRR, execução de investimentos, execução do PRR, entre outros.

Newsletter

Por forma a comunicar diretamente com os diferentes públicos-alvo foram mantidas as newsletters que continuaram a assumir uma elevada adesão junto do público, conseguindo uma boa taxa de subscrição. Durante o ano 2023, foram enviadas 9 newsletters, não sendo este envio baseado numa periodicidade fixa, mas sim, na relevância de informação, por forma a manter os subscritores interessados e, em última análise, aumentá-los. Continuou a notar-se um incremento de subscritores, com a newsletter a ter uma base de dados de 17.945 e-mails. De salientar que 64,2% da audiência está numa faixa etária compreendida entre os 45 e 54 anos, seguido de 18,3% que têm uma idade entre os 35 e 44.

A newsletter tem-se assumido como um importante instrumento de comunicação tanto para o público em geral como para alguns meios de comunicação social de referência, que recorrem aos textos publicados para fazer notícias.

Alertas de avisos

Os Alertas de Novos Avisos são uma outra forma de comunicação direta com os públicos-alvo, todos quantos têm interesse nas candidaturas lançadas no âmbito do PRR. Os subscritores desta ferramenta no site passam a receber e-mails cada vez que sai um ou mais novo(s) aviso(s) de candidatura(s).

Redes sociais

Ao longo de 2023, a EMRP iniciou a sua presença no Facebook e Instagram para além de continuar a alimentar a presença do PRR nas páginas de LinkedIn e Twitter, tendo utilizado o Youtube como repositório de vídeos para divulgação no site, redes e newsletters.

A penetração no LinkedIn é digna de nota na sua evolução, contando no final de 2023 com 21.201 seguidores, mais 12.443 do que no período homólogo. Realça-se também 2.442 followers no “X” (Twitter).

Media

O Plano de Recuperação e Resiliência tem desde o início um elevado grau de exposição mediática, estando, regularmente, presente no debate político-partidário.

Com uma execução diferente daquela conhecida nos fundos europeus até à data e uma política de transparência desde o primeiro minuto, tem vindo a ser necessário decifrar mensagens e responder a várias questões sobre a execução do PRR.

Não obstante as várias críticas subseqüentes da parcialidade de interesses das diferentes áreas da sociedade, a favorabilidade média das 1.265 notícias, publicadas em 2023 sobre este instrumento, é bastante positiva, apresentando 4,7 pontos, numa escala de 1 a 5 (sendo 1 muito negativo e 5 extremamente positivo). Nota-se também que 6,6% dos portugueses tiveram exposição às mensagens e o efeito líquido de comunicação junto ao público, tendo em conta a favorabilidade mediática e impact score de cada notícia foi de 15.944.196€.

Eventos

A 26 de setembro de 2023, teve lugar o evento da Apresentação da Reprogramação do PRR. Esta iniciativa contou com a presença do Senhor Primeiro-Ministro e da Senhora Ministra da Presidência e teve no seu programa: 1) Reprogramação e execução do PRR; 2) Reforço da ambição; e 3) Repower.

O Presidente, Vice-presidente, Coordenadores e responsáveis de áreas funcionais da Recuperar Portugal participaram em eventos/conferências, a convite de associações empresariais, consultoras, universidades, entre outros. Este evento teve uma boa repercussão nos meios de comunicação nacionais e regionais.

A esfera governativa continuou a assumir um papel de grande relevo na comunicação do PRR, com a presença das diferentes tutelas em iniciativas ligadas a este mecanismo, com especial destaque para a Senhora Ministra da Presidência e o Senhor Primeiro-Ministro.

Figura 6: Principais indicadores da comunicação do PRR



PARTE 4

4.4 Capacitação



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

4.4 Capacitação

A Academia PRR foi criada, pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, no fim de 2022, com o objetivo de responder às necessidades de formação dos beneficiários intermediários, diretos e finais do PRR.

A Academia PRR assume como missão contribuir para o reforço das competências técnicas dos beneficiários disponibilizando uma oferta formativa multidisciplinar e, por consequência, ajudando a executar este fundo de forma mais eficiente.

Neste contexto, durante o ano de 2023, foram concretizadas ações de capacitação para os Beneficiários Intermediários e Diretos do PRR, inseridos na Academia PRR, proporcionando-lhes o robustecimento dos conhecimentos em diversas áreas temáticas relevantes para o PRR, designadamente, no que concerne, por exemplo, às dimensões de risco de fraude, ética, corrupção e conflito de interesses. As ações ministradas em 2023 foram:

- Apresentação da ferramenta Arachne, em março;
- O Sistema de Gestão e Controlo Interno do PRR, em abril, que foi um evento híbrido (presencial e por streaming), que contou com 320 participantes;
- Eficiência Energética e Requisitos DNSH no PRR, em maio, que contou com 624 participantes no total, entre presencial e streaming;
- Noções, Conceitos e Políticas de Integridade nas Organizações, em setembro;
- Ética e Integridade, em setembro, que contou com 350 participantes, por streaming;
- Ética e Integridade II, em novembro, que contou com 280 participantes, por streaming;
- Riscos na contratação Pública – O caso específico do PRR, em novembro, que foi lecionado em 2 sessões para que fosse possível escolher qual o dia e contou, no total das duas, com 531 participantes;
- Implementação da OT14, que contou com 326 participantes;
- A Ética, os instrumentos e as medidas do RGPC – Regime geral da Prevenção da corrupção, em dezembro, que contou com 37 participantes da Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

Também na sequência de diligências da EMRP, a Comissão Europeia realizou as seguintes ações de capacitação para os Beneficiários do PRR:

- Workshop Use of Arachne, em abril;
- "Seminar on the protection of the financial interest of the Union under the RRF", em maio.

PARTE 4

4.5 Controlo e Auditoria

4.5 Controlo e Auditoria

O Sistema de Gestão e Controlo Interno do PRR

O **Sistema de Gestão e Controlo Interno (SGCI)** do PRR está suportado em modelos adequados de monitorização e informação, que previne e deteta irregularidades e que permite a adoção de medidas corretivas oportunas e adequadas.

O SGCI do PRR garante a verificação da realização física e financeira de todas as reformas e investimentos contratualizados, durante todo o seu ciclo de vida, permitindo prevenir, detetar e reportar situações de irregularidades e fraude, bem como a adoção de medidas corretivas, assegurando, designadamente, a prevenção de fraude, corrupção, conflitos de interesses e duplo financiamento, incluindo, igualmente, um mecanismo de recuperação de montantes indevidamente pagos ou utilizados de forma incorreta.

O Sistema de Controlo Interno (SCI) da Recuperar Portugal, observando as exigências regulamentares e as melhores práticas (COSO, designado por Internal Control - Integrated Framework), assenta em cinco componentes:

Tabela 1: Estrutura Integrada de Controlo Interno - Especificação das componentes

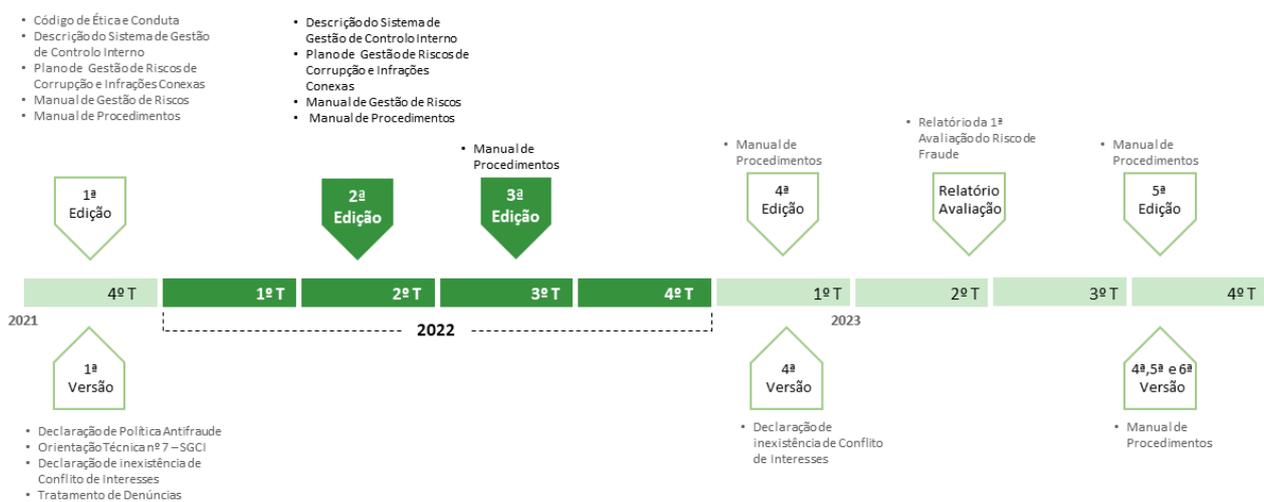
Ambiente de Controlo	Demonstra compromisso com integridade, valores éticos e competência	Exerce responsabilidade de supervisão	Estabelece estrutura, autoridade e responsabilidade
Gestão de Riscos	Especifica objetivos relevantes	Identifica e avalia riscos e alterações significativos	Avalia risco de fraude
Atividades de Controlo	Seleciona e desenvolve atividades de controlo	Seleciona e desenvolve controlos gerais sobre a tecnologia	Desenvolver políticas e procedimentos
Informação e Comunicação	Gera informação relevante	Comunicação interna e externamente	
Monitorização	Conduz avaliações contínuas e separadas	Avalia e comunica deficiências	

Na Recuperar Portugal, a responsabilidade pela implementação do SGCI é da Equipa Segregada de Controlo Interno (ESCI), a qual definiu um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos de trabalho a serem utilizados e observados pelos colaboradores da Recuperar Portugal no exercício das suas funções, e que têm por base a legislação comunitária e nacional aplicável, os documentos de boas práticas produzidos pela Comissão Europeia (CE), e o conjunto de procedimentos e instrumentos que foram sendo adotados ao longo dos períodos de programação dos FEEI, numa perspetiva de boas práticas e ajustados às regras específicas aplicáveis ao PRR.

Neste sentido, encontram-se divulgados e disponíveis no sítio de internet da Recuperar Portugal <https://recuperarportugal.gov.pt/sistema-de-controlo-interno/> os instrumentos e medidas de controlo que espelham a cultura de transparência das atividades, processos, procedimentos e métodos de trabalho da estrutura de missão, de modo a cumprir a missão que lhe está atribuída.

A cronologia da atualização dos instrumentos e medidas do SGCI do PRR, decorrentes da implementação de recomendações de entidades de auditoria e controlo externas e da própria iniciativa da Recuperar Portugal, prossegue uma política de melhoria contínua desses instrumentos e medidas, tendo sempre por foco a proteção dos interesses financeiros da União e de Portugal, encontrando-se espelhado na seguinte figura:

Figura 7: Cronologia de atualização dos instrumentos do SCI



Principais realizações da ESCI

Sumário das Auditorias dos 3.º e 4.º Pedidos de Desembolso

No âmbito do processo dos 3.º e 4.º Pedidos de Desembolso apresentados à Comissão Europeia, cujas declarações de gestão relativas às subvenções e aos empréstimos foram subscritas pelo presidente da Recuperar Portugal, a ESCI procedeu à elaboração do documento denominado Sumário das Auditorias, que sintetiza as auditorias e os controlos realizados, transmitindo uma visão global sobre os impactos das suas conclusões nos marcos e metas dos investimentos e reformas do PRR e das medidas necessárias a implementar para mitigar áreas de risco, e identificando as medidas corretivas a adotar.

53 Ações de controlo dos Marcos e Metas dos 3.º e 4.º Pedidos de Desembolso

A ESCI realizou ações de controlo do cumprimento do Mecanismo de Verificação de todos os 45 Marcos e Metas dos 3.º e 4.º Pedidos de Desembolso apresentados à Comissão Europeia – 45 verificações administrativas e 8 verificações no local.

Também, neste âmbito, foram realizadas 58 ações de controlo dissociadas do Mecanismo de Verificação, tendo por objeto o controlo da conformidade dos procedimentos de contratação pública (18 verificações), da conformidade da publicidade (21 verificações) aos projetos financiados pelo PRR com as regras europeias (visibilidade, notoriedade, reconhecimento) e do risco de conflito de interesses – obrigação declarativa de inexistência do conflito de interesses, (19 verificações) com o detalhe sistematizado que se apresenta:

Tabela 2: Ações de Controlo no âmbito dos 3.º e 4.º Pedidos de Desembolso

3.º Pedido de Desembolso								
Investimentos	Reformas	Marcos	Metas	Verificações do Mecanismo de Verificação		Controlos dissociados do Mecanismo de Verificação		
				Administrativas	No Local	Contratos Públicos	Publicidade	Conflito Interesses
22	13	13	20	33	7	14	19	17

4.º Pedido de Desembolso								
Investimentos	Reformas	Marcos	Metas	Verificações do Mecanismo de Verificação		Controlos dissociados do Mecanismo de Verificação		
				Administrativas	No Local	Contratos Públicos	Publicidade	Conflito Interesses
5	7	8	4	12	1	4	2	2

No âmbito da emissão do parecer prévio à apresentação dos pedidos de desembolso e através da equipa de auditoria da IGF-AA que para esse efeito lhe prestou apoio técnico, a CAC considerou os controlos dos marcos e metas associados a esses pedidos de desembolso que foram realizados pela ESCI, cujos processos se encontram registados no SIPRR-SGI.

Também foram realizadas 38 ações de controlo preliminar – verificações administrativas, dos marcos e metas associados aos 3.º e 4.º pedidos de desembolso, para apresentar à CAC, como requerido, o ponto de situação das verificações em curso, com referência a 28 de fevereiro.

Cumprimento de 2 Marcos de Controlo e Auditoria

No âmbito da reprogramação do PRR, e tendo presente o conjunto de auditorias realizadas ao SGCI do PRR, a Comissão Europeia considerou que o SCI do PRR português é globalmente adequado, embora carecendo de melhoria no que respeitava à gestão do risco de fraude e a disposições para efetuar o cruzamento das informações relacionadas com a receção de fundos, a fim de prevenir e detetar o duplo financiamento.

Neste contexto, a Comissão Europeia considerou ser necessário incluir adicionalmente uma nova reforma – a C22-r49, integrando dois Marcos específicos de controlo e auditoria (super marcos):

- **Marco 22.1:** Alteração dos contratos de financiamento entre a EMRP e os organismos de execução para incluir a obrigação de realizar uma avaliação do risco de fraude
- **Marco 22.2:** Introdução de controlos cruzados (cross-checks) em matéria de duplo financiamento

A Comissão Europeia determinou que Portugal deveria assegurar o cumprimento destes super marcos, conforme os seus Mecanismos de Verificação, no decorrer dos procedimentos de avaliação do cumprimento dos marcos e metas dos 3.º e 4.º Pedidos de Desembolso, o que sucedeu, tendo Portugal garantido o cumprimento dos referidos dois super marcos, o que permitiu a concretização, com êxito, dos referidos Pedidos de Pagamento.

O Marco 22.1 foi cumprido com a outorga pelos Beneficiários do PRR em sede do contrato de financiamento da obrigação contratual de realizar uma avaliação do risco de fraude, de acordo com as orientações estabelecidas, de tal decorrendo a atualização do Manual de Procedimentos.

Por seu turno, o Marco 22.2 foi cumprido com a celebração de um memorando institucional entre as entidades coordenadoras e gestoras de fundos comunitários, a atualização do Manual de Procedimentos do PRR com a previsão de procedimentos de controlos cruzados em matéria de duplo financiamento a realizar pela ESCI e dos instrumentos de verificação e controlo e ainda a apresentação de evidências da implementação das verificações de duplo financiamento demonstrando a realização de controlos cruzados (cross-checks) sistemáticos por parte dos beneficiários intermediários.

Adicionalmente, durante 2023, foram feitas várias Ações de controlo, nomeadamente:

- **18 Ações de controlo da conformidade dos procedimentos de contratação pública**
- **21 Ações de controlo do cumprimento das regras europeias de publicidade no PRR**
- **19 Ações de controlo no âmbito da prevenção e mitigação do risco de Conflito de Interesses**
- **59 Ações de controlo de follow-up das 2.^a, 3.^a e 4.^a Análises Sistemáticas da Agência**
- **Outras realizações no âmbito do Duplo Financiamento**

Atualização do Manual de Procedimentos

Ao longo do ano de 2023, o Manual de Procedimentos do PR, foi objeto de três atualizações e ajustamentos visando contemplar os procedimentos dirigidos a reforçar o controlo e mitigação do risco de duplo financiamento, garantindo desta forma, total alinhamento com os termos dos procedimentos de controlo instituídos na sequência das recomendações dirigidas à Recuperar Portugal, pelas entidades de controlo comunitárias e nacionais, bem como, com o previsto no aludido «Memorando». Pode ser encontrado mais detalhe sobre esta ação em anexo (Anexo I).

A 1.^a Avaliação do Risco de Fraude

A ESCI realizou a 1.^a Avaliação do Risco de Fraude, com elaboração do respetivo relatório de autoavaliação em junho de 2023, tendo por suporte o documento da Comissão Europeia “Guidance for Member States and Programme Authorities on fraud risk assessment and effective and proportionate antifraud measures (EGESIF_14-0021-00, de 16/06/2014)”, o qual constitui uma relevante ferramenta de avaliação de risco, estruturada em suporte Excel. Pode ser encontrado mais detalhe sobre esta ação em anexo (Anexo I).

Assegurar uma maior robustez e eficácia do SGCI do PRR

Ao abrigo do contrato de financiamento celebrado com a EMRP, é exigido aos beneficiários que adotem um SGCI eficaz que assegure a regular execução do investimento contratado, e que previna, detete e corrija irregularidades.

A ESCI deu continuidade aos trabalhos de robustecimento e de melhoria da eficácia do SGCI do PRR – do qual fazem parte os SGCI dos beneficiários diretos e intermediários do PRR, com a colaboração do provider EY ao abrigo do contrato de assistência técnica (General technical support for the implementation of the Portuguese RRP) gerido pela DG Reform.

Nesse contexto, foram comunicados aos beneficiários do PRR os resultados do risk scoring atribuído aos respetivos SGCI – suportado em questionário e nalguns casos em entrevistas, de acordo com o seu grau de maturidade, e conjuntamente requereu-lhes a apresentação de um plano com as medidas adotadas ou a adotar, para endereçar, adequada e eficazmente, o reforço dos respetivos SGCI e, por essa via, o reforço do SGCI do PRR. Pode ser encontrado mais detalhe sobre esta ação em anexo (Anexo I).

Adesão de 56 Beneficiários do PRR à utilização da ferramenta ARACHNE

A ARACHNE é uma ferramenta informática criada pela Comissão Europeia que ajuda a identificar riscos de fraude com fundos europeus, com emissão de alertas. Esta ferramenta identifica, com base num conjunto de indicadores de risco, os projetos, os beneficiários, os contratos e os contratantes suscetíveis de acarretar riscos de fraude, conflitos de interesse ou irregularidades, ainda que não avalie o comportamento individual dos beneficiários dos fundos. A ARACHNE reforça a identificação, a prevenção e a deteção de fraudes.

A ferramenta informática ARACHNE permite a exploração de dados e a pontuação do risco de fraude, corrupção, conflitos de interesses e duplo financiamento, complementando, sem substituir, outras verificações e controlos, quer de natureza *ex ante* quer de natureza *ex post*, combinando com outros instrumentos de mitigação do risco, como sejam, por exemplo, os que revestem natureza obrigatória, tal como sucede, *inter alia*, com as declarações de inexistência de conflito de interesses.

A utilização da ARACHNE constitui uma boa prática prevista e incentivada pela Comissão Europeia, em especial para a implementação e funcionamento de um robusto e eficaz sistema de controlo interno do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Na Recuperar Portugal, a utilização a ARACHNE compete à ESCI, e desde 2022 que todos os seus elementos se encontram registados na mesma.

Ainda que a adesão a esta ferramenta não seja obrigatória, na sequência de diversas iniciativas da ESCI em estreita colaboração com a Comissão Europeia – designadamente através de ações de sensibilização e de capacitação, bem como através de Comunicação de 27 de junho, subscrita pelo presidente da EMRP, e dirigida aos Beneficiários do PRR, na presente data, num universo de 75, sendo que destes, um total de 56 beneficiários do PRR – com 115 utilizadores se encontram já ativos, fruto da adesão a esta ferramenta.

Orientações Técnicas destinadas aos Beneficiários do PRR

Foram elaboradas, no decurso de 2023, as seguintes cinco orientações técnicas:

8/2023	Ferramenta ARACHNE – Mitigação de riscos de ocorrência de situações de conflitos de interesses, fraude, corrupção e duplo financiamento
11/2023	Mitigação do risco de duplo financiamento – Beneficiários PRR
12/2023	Mitigação do risco de conflito de interesses – Beneficiários PRR
13/2023	Irregularidades e recuperação dos financiamentos no âmbito da execução dos investimentos do PRR
14/2023	Avaliação do Risco de fraude e medidas antifraude eficazes e proporcionadas

As orientações técnicas encontram-se divulgadas no sítio de internet da estrutura de missão – em <https://recuperarportugal.gov.pt/orientacoes-tecnicas/>, com exceção daquela que respeita à ferramenta ARACHNE, unicamente disponibilizada aos beneficiários do PRR que a utilizam, na sequência da sua adesão à mesma.

- **Acompanhamento de 16 auditorias externas ao PRR**

Compete à ESCI assegurar o acompanhamento das auditorias ao PRR.

- **Participação no Think Tank**

PARTE 5



Panorama geral

PARTE 5

5.1 Progresso Global 2023



5.1 Progresso Global 2023



Dados a 31 de dezembro de 2023

PARTE 5

5.2 Marcos e Metas 2023

5.2 Marcos e Metas 2023

O PRR é um mecanismo baseado nos resultados alcançados e a sua execução é medida pela Comissão Europeia com base em indicadores de performance, traduzidos em Marcos e Metas contratualizados com a União Europeia. A Decisão de Execução do Conselho Europeu, que aprovou o PRR, estabelece no seu anexo 463 Marcos e Metas para comprovar a execução dos fundos atribuídos. A comprovação do cumprimento dos Marcos e Metas é concretizada através da submissão de Pedidos de Pagamento.

Durante o ano de 2023, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em representação do Estado Português, apresentou à Comissão Europeia dois Pedidos de Pagamento, apresentando as evidências documentais legalmente exigidas para demonstrar o cumprimento de 47 Marcos e Metas previstos para o respetivo período de implementação.

- 3.º Pedido de Pagamento (4 de outubro 2023): 15 Marcos e 20 Metas, dos quais 22 referentes a Investimentos e 13 referentes a Reformas;
- 4.º Pedido de Pagamento (4 outubro 2023): 8 Marcos e 4 Metas, dos quais 5 referentes a Investimentos e 7 referentes a Reformas.

Dos 47 Marcos e Metas relativos ao pedido de pagamento feito por Portugal, 44 foram avaliados como cumpridos de forma satisfatória, com base na Avaliação Preliminar adotada pela Comissão em 13 de dezembro de 2023, evidenciando assim um progresso notável na implementação do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal.

A Comissão Europeia considerou que dois marcos e uma meta, relativos a 3 reformas, incluídas nos 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, não apresentavam ainda evidências suficientes para considerar o cumprimento satisfatório:

- “Reforma dos cuidados de saúde primários” – Meta 1.3, relativa à conclusão do processo de descentralização das responsabilidades no domínio da saúde nos municípios, dado estarem ainda por formalizar, entre os municípios e o Ministério da Saúde, cerca de 20 autos de transferência no âmbito do processo de descentralização das responsabilidades no domínio da saúde, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

- “Conclusão da Reforma do modelo de governação dos hospitais públicos” – Marco 1.12, relativo ao novo regime de exclusividade para o exercício de funções no Serviço Nacional de Saúde, dado que ainda não considera a entrada em vigor do novo regime de dedicação plena para o exercício de funções no Serviço Nacional de Saúde, cujo diploma, respeitante à criação dos centros de responsabilidade integrados nos hospitais portugueses, não obstante esse diploma ter sido já promulgado pelo Presidente da República, publicado em Diário da República, e que entrará em vigor a 1 de janeiro.
- “Redução das restrições nas profissões altamente reguladas” – Marco 6.15, que previa a aprovação da totalidade dos estatutos das ordens profissionais, tendo até ao dia 6 de dezembro sido promulgados os estatutos de 10 ordens profissionais. Posteriormente, os restantes estatutos foram já promulgados ou devolvidos ao Parlamento pelo Presidente da República, encontrando-se assim agendados para nova apreciação parlamentar nos próximos dias.

Portugal tem um prazo de 6 meses, a contar da data da adoção da decisão de suspensão parcial do desembolso, para apresentar a documentação restante e assegurar o cumprimento satisfatório dos 3 Marcos e Metas para os quais a Comissão Europeia considerou serem necessárias evidências adicionais, permitindo o levantamento da suspensão de desembolso e para o qual a Comissão referiu já terem sido dados passos relevantes.

Portugal tem agora 22% dos Marcos e Metas cumpridos e quatro Pedidos de Pagamento validados.

A totalidade dos Marcos e Metas bem como os Marcos e Metas por componente encontram-se listados em anexo (Anexo II).

Figura 8: Cumprimento Global de Marcos e Metas a 31.12.2023

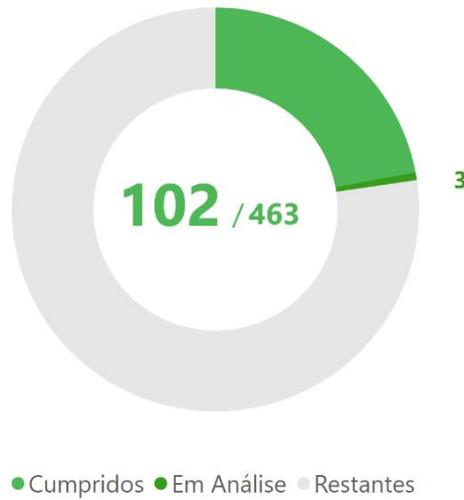
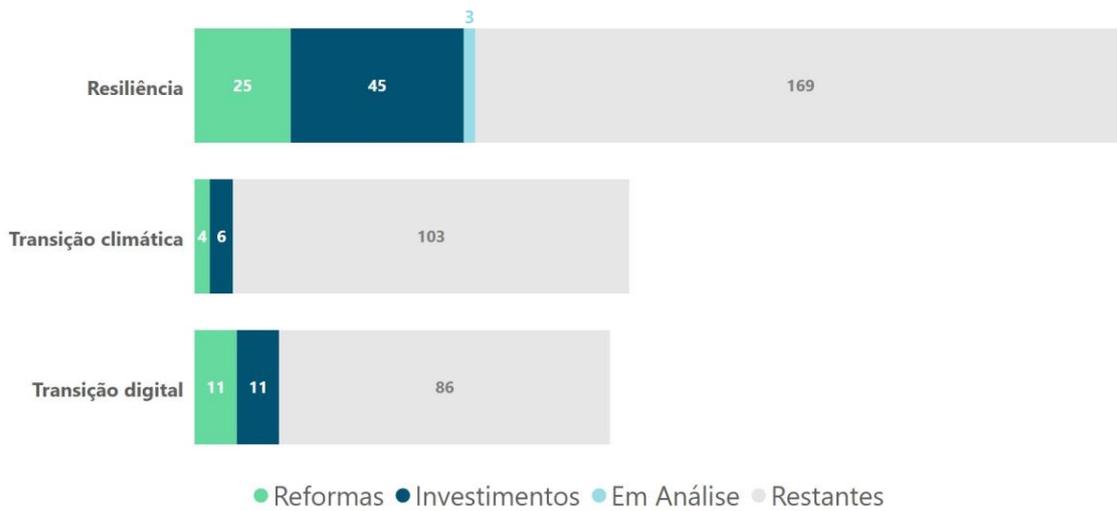


Figura 9: Cumprimento de Marcos e Metas, por dimensão¹ a 31.12.2023



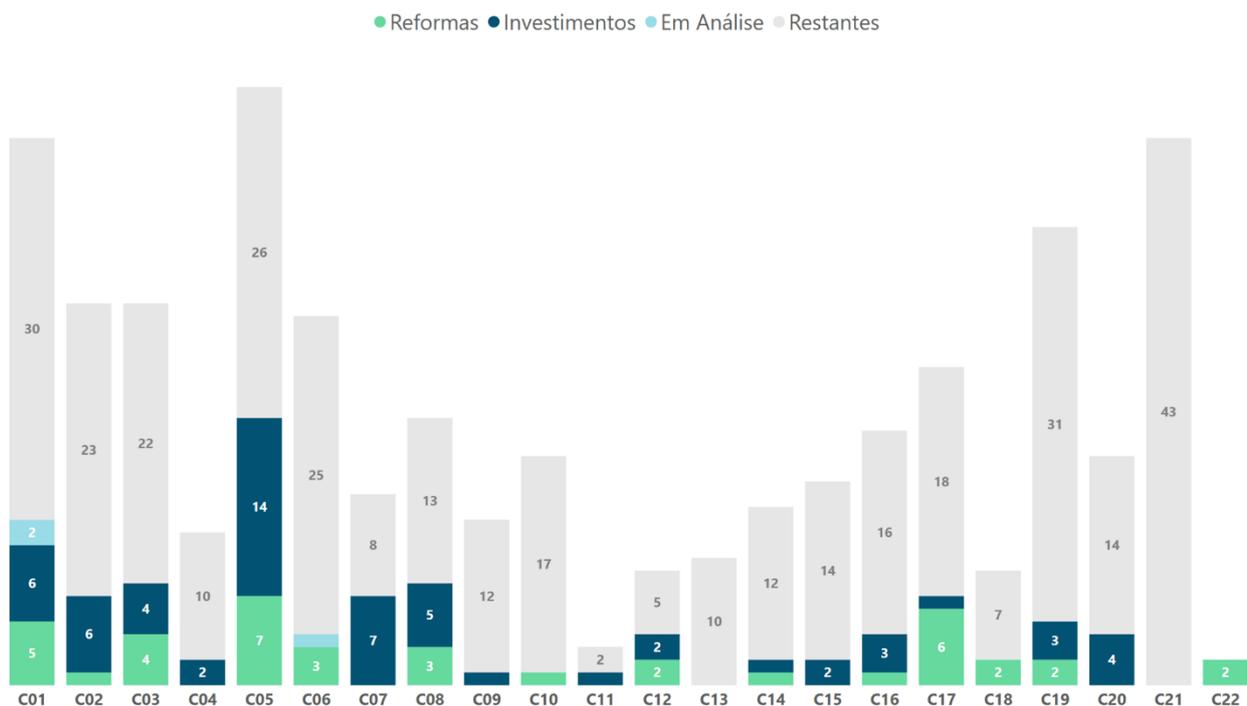
¹ Os 2 Marcos relativos à Componente C22 pertencem à dimensão da Resiliência.

No que respeita às Dimensões Estruturantes, os Marcos e Metas cujo cumprimento se encontra demonstrado distribuem-se da seguinte forma:

- Resiliência: **71 Marcos e Metas**, dos quais 45 relativos a investimentos e 26 relativos a reformas;
- Transição Climática: **10 Marcos e Metas**, dos quais 6 relativos a investimentos e 4 relativos a reformas;
- Transição Digital: **21 Marcos e Metas**, dos quais 11 relativos a investimentos e 10 relativos a reformas.

A figura seguinte mostra a distribuição por componente dos Marcos e Metas cujo cumprimento foi demonstrado até 31 de dezembro de 2023.

Figura 10: Distribuição por componente dos Marcos e Metas a 31.12.2023



PARTE 5

5.3 Implementação Financeira do PRR

5.3 Implementação Financeira do PRR

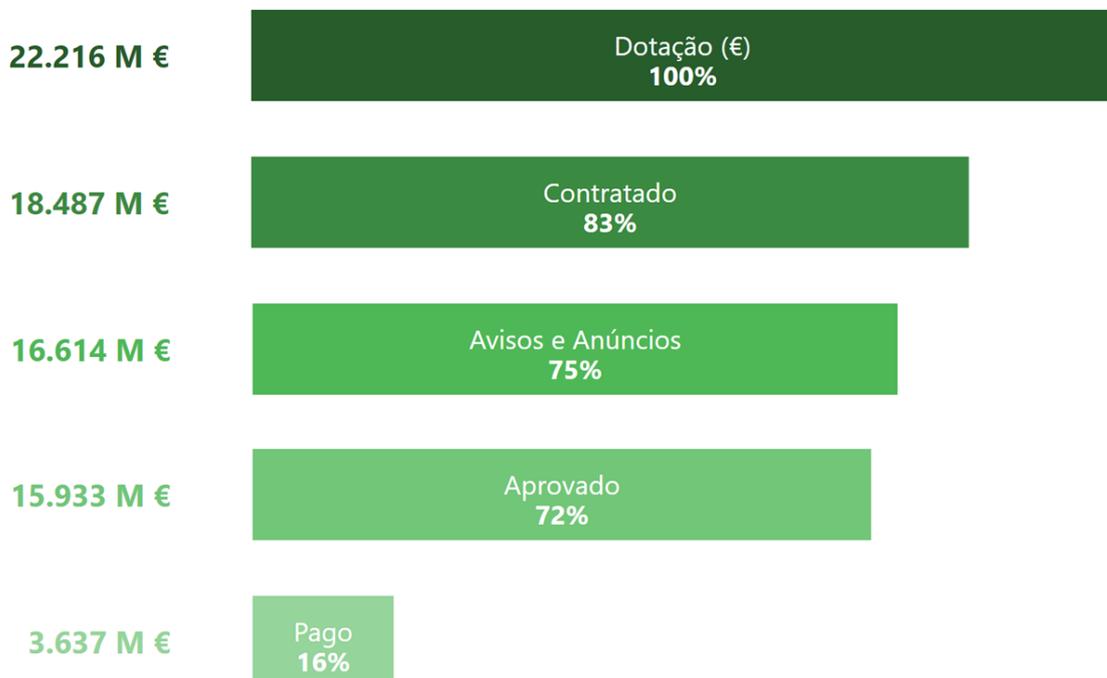
Indicadores de Implementação Financeira

A 31 de dezembro de 2023, estavam contratualizados 18.487 milhões de euros entre a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» e os Beneficiários Diretos ou Intermediários, que corresponde a 83% da dotação orçamental do PRR (22.216 milhões de euros).

Até essa data, tinham sido lançados Avisos de Abertura de Candidaturas no total de 14.530 milhões de euros (65% da dotação do PRR) e Procedimentos de Contratação Pública no total de 2.084 milhões de euros (9% da dotação do PRR). Assim, é possível verificar que quase 3/4 da dotação do PRR já foi lançada (75%).

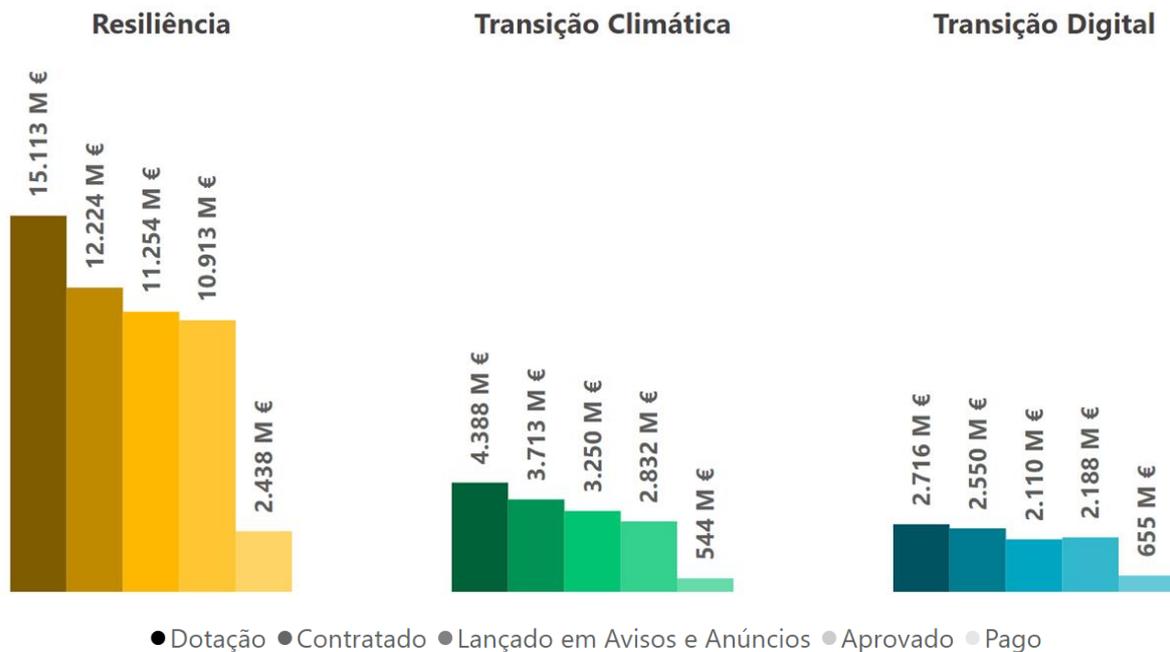
O montante de projetos aprovados de Beneficiários Diretos e Finais totaliza 15.933 milhões de euros, 72% da dotação do PRR. Os montantes pagos a Beneficiários Diretos e Finais ascendiam no final de 2023 a 3.637 milhões de euros, 16% da dotação do PRR.

Figura 11: Implementação Financeira Global a 31.12.2023



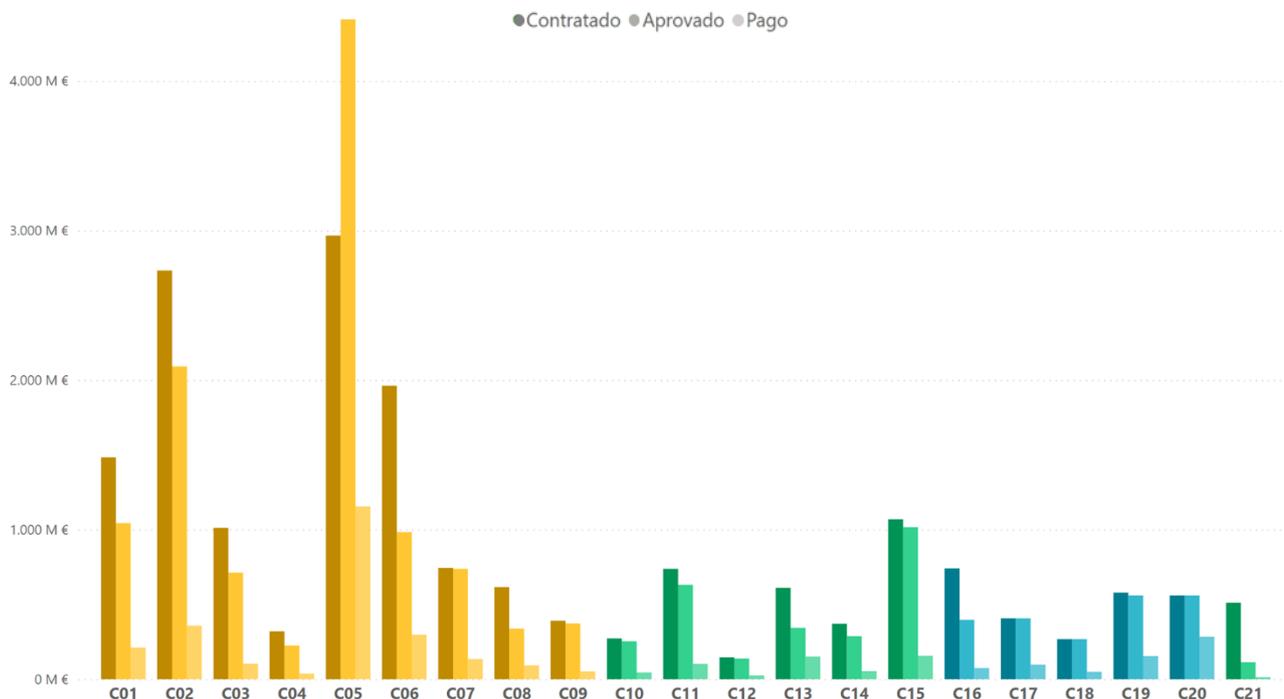
As três dimensões estruturantes do PRR - Resiliência, Transição Climática e Transição Digital - encontravam-se com os níveis de implementação financeira representados na figura seguinte.

Figura 12: Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 31.12.2023, milhões de euros



A figura seguinte mostra os montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais em cada uma das 21 componentes do PRR. De notar que o montante contratado já se encontrava totalmente aprovado para 7 componentes: C04 – Cultura; C08 – Florestas; C11 – Descarbonização da Indústria; C12 – Bioeconomia Sustentável; C13 – Eficiência Energética em Edifícios; C17 - Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas; C18 - Justiça Económica e Ambiente de Negócios.

Figura 13: Implementação Financeira por componente a 31.12.2023, milhões de euros



A tabela abaixo apresenta a divisão por Tipo de Beneficiário Direto/ Final dos avisos lançados, os anúncios e contratos públicos comunicados pelos Beneficiários Diretos e ainda os montantes aprovados e pagos por Tipo de Beneficiário Direto ou Final.

Tabela 3: Implementação Financeira por tipologia de Beneficiários a 31.12.2023²³⁴

TIPO DE BENEFICIÁRIO	CONCURSOS PÚBLICOS	AVISOS		BENEFICIÁRIOS DIRETOS E FINAIS		
	LANÇADO EM ANÚNCIOS ³	DOTAÇÃO ²	CANDIDATURAS SUBMETIDAS	CANDIDATURAS APROVADAS	APROVADO	PAGO
Famílias		1.701 M €	239.149	116.711	199 M €	157 M €
Instituições da Economia Solidária e Social		1.016 M €	6.764	4083	394 M €	80 M €
Empresas ⁴		5.036 M €	51.807	33.697	5.402 M €	1.362 M €
Instituições do Sistema Científico e Tecnológico		456 M €	448	232	330 M €	74 M €
Instituições do Ensino Superior		469 M €	569	258	624 M €	156 M €
Escolas	258 M €	850 M €	1.736	866	385 M €	269 M €
Autarquias e Áreas Metropolitanas	1 M €	1.758 M €	3.623	1.851	1.696 M €	272 M €
Entidades Públicas	968 M €	2.358 M €	1.739	1.377	4.377 M €	845 M €
Empresas Públicas	858 M €	885 M €	227	193	2.506 M €	421 M €
Total	2.084 M €	14.530 M €	306.063	159.269	15.933 M €	3.637 M €

² A distribuição da dotação dos avisos por tipo de Beneficiários é uma previsão ex-ante.

³ Procedimentos de Contratação Pública lançados por Beneficiários Diretos.

⁴ Inclui Empresas e ENESII (Entidades Não Empresariais do Sistema de Investigação e Inovação) em Consórcios com Empresas.

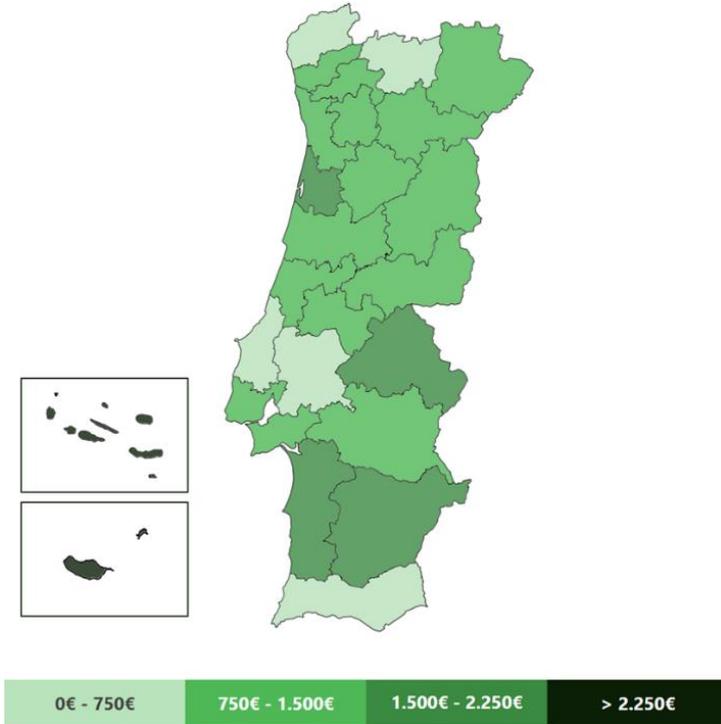
A distribuição dos valores aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais, em cada uma das regiões NUTS III de Portugal e nos projetos de cobertura nacional, é apresentada na tabela que se segue, bem como a sua distribuição relativa por habitante. A 31 de dezembro de 2023, tinha sido aprovado um montante equivalente a 1.540 euros por habitante no território nacional, e pago um montante equivalente a 352 euros por habitante.

Tabela 4: Implementação Financeira por região NUTS III e per capita, a 31.12.2023

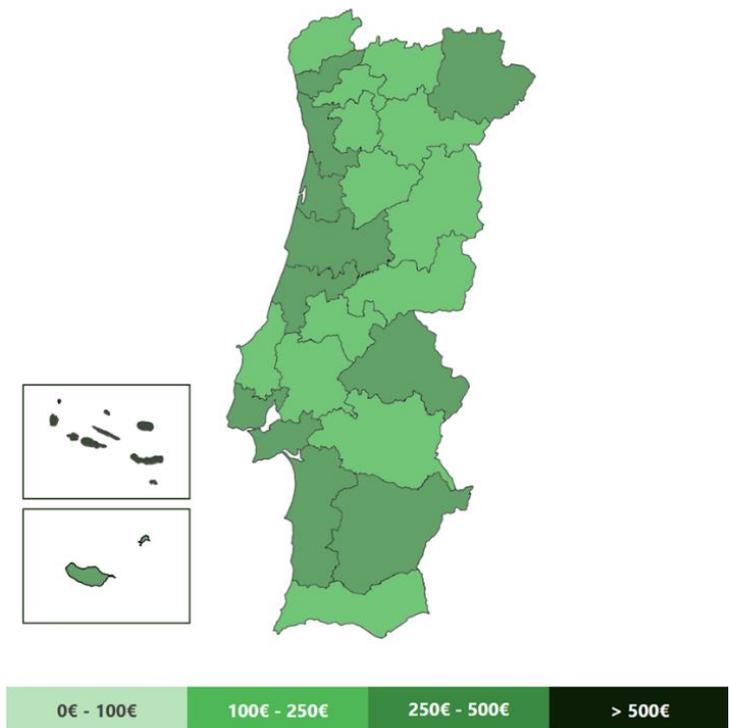
NUT III	Beneficiários Diretos e Finais		Por habitante	
	APROVADO (€)	PAGO (€)	APROVADO (€/HABITANTE)	PAGO (€/HABITANTE)
Projetos Nacionais	4.057 M €	991 M €	392 €	96 €
Alto Minho	171 M €	34 M €	738 €	149 €
Cávado	450 M €	105 M €	1.079 €	252 €
Ave	380 M €	101 M €	909 €	241 €
Área Metropolitana do Porto	2.352 M €	518 M €	1.355 €	298 €
Alto Tâmega	53 M €	11 M €	625 €	126 €
Tâmega e Sousa	318 M €	78 M €	778 €	192 €
Douro	187 M €	39 M €	1.018 €	215 €
Terras de Trás-os-Montes	122 M €	29 M €	1.138 €	267 €
Região de Aveiro	682 M €	150 M €	1.857 €	407 €
Região de Coimbra	514 M €	121 M €	1.176 €	276 €
Região de Leiria	314 M €	85 M €	1.097 €	297 €
Viseu Dão Lafões	216 M €	53 M €	854 €	211 €
Beira Baixa	70 M €	11 M €	872 €	142 €
Beiras e Serra da Estrela	168 M €	37 M €	796 €	177 €
Oeste	193 M €	42 M €	532 €	116 €
Médio Tejo	176 M €	44 M €	772 €	192 €
Lezíria do Tejo	151 M €	34 M €	638 €	143 €
Área Metropolitana de Lisboa	3.142 M €	691 M €	1.095 €	241 €
Alentejo Litoral	164 M €	37 M €	1.703 €	386 €
Baixo Alentejo	178 M €	33 M €	1.548 €	289 €
Alto Alentejo	225 M €	35 M €	2.144 €	333 €
Alentejo Central	136 M €	33 M €	890 €	216 €
Algarve	335 M €	74 M €	718 €	157 €
Região Autónoma dos Açores	563 M €	140 M €	2.381 €	592 €
Região Autónoma da Madeira	616 M €	111 M €	2.455 €	443 €
Total	15.933 M €	3.637 M €	1.540 €	352 €

Figura 14: Representação Geográfica da Implementação Financeira por região NUTS III

**Aprovado a Beneficiários Finais e Diretos por
NUT III (valor por habitante)**



**Pago a Beneficiários Finais e Diretos por NUT III
(valor por habitante)**



Fluxos de Tesouraria

Para além do desembolso do 2.º Pedido de Pagamento, conforme mencionado no Relatório Anual de 2022, o ano de 2023 foi marcado pela reprogramação e pela submissão e desembolso dos 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, conforme apresentado na figura seguinte.

Figura 15: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos 2021-2022

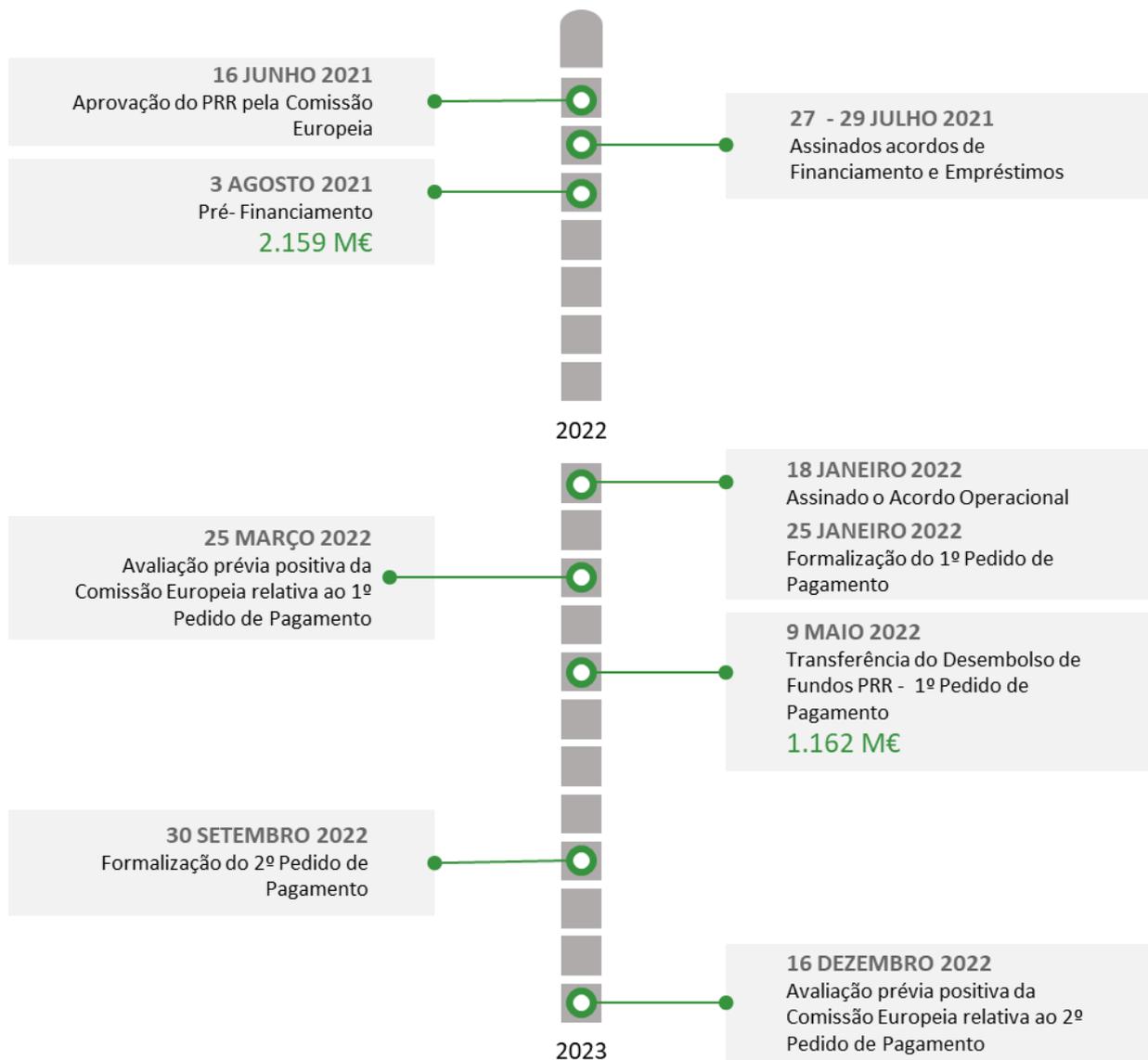
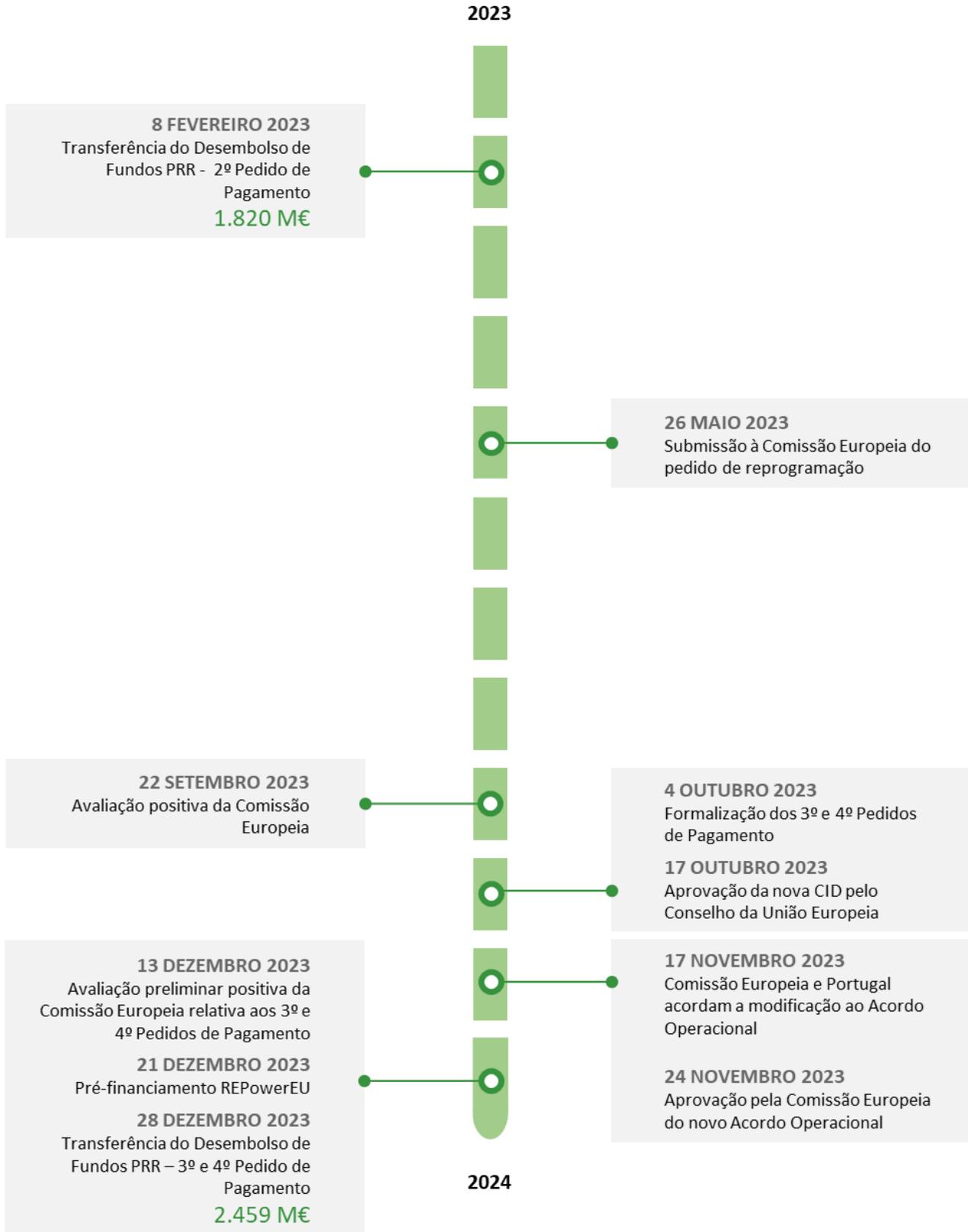


Figura 16: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos 2023



Reprogramação

A 26 de maio de 2023 foi submetido à Comissão Europeia o pedido de reprogramação, sendo que a 22 de setembro existiu a avaliação positiva da Comissão Europeia e, a 17 de outubro do mesmo ano, foi aprovada a nova CID pelo Conselho de União Europeia. A atualização da reprogramação do PRR representou um **acréscimo de cerca 2,4 mil milhões de euros em subvenções e 3,2 mil milhões de euros em empréstimos**. A dotação máxima do PRR passou, assim, a ser de **22,2 mil milhões de euros**.

Pedidos de Pagamento

Portugal recebeu o adiantamento de 13% dos fundos do PRR inicial, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regulamento (EU) 2021/241, a 3 de agosto de 2021, no seguimento da aprovação dos acordos de financiamento e de empréstimos. O pré-financiamento corresponde a um valor total de 2.159 milhões de euros, sendo 1.808 milhões de euros pela vertente subvenções e 351 milhões de euros pela vertente empréstimos.

Como mencionado anteriormente, o recebimento dos fundos do PRR contratados com a Comissão Europeia depende do processo de avaliação do cumprimento de Marcos e Metas, estando prevista a submissão de 10 Pedidos de Pagamento até 2026.

O 1.º Pedido de Pagamento foi submetido a 25 de janeiro de 2022, no total de 1.336 milhões de euros, dos quais 636 milhões de euros respeitantes a subvenções e 700 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduziu no recebimento líquido, a 9 de maio de 2022, de 1.162 milhões de euros (553 milhões de euros de subvenções, e 609 milhões de euros de empréstimos).

O 2.º Pedido de Pagamento foi formalizado a 30 de setembro de 2022, no total de 2.092 milhões de euros, tendo recebido avaliação positiva da Comissão Europeia a 16 de dezembro. Após a dedução respetiva do adiantamento, este Pedido de Pagamento traduziu-se no recebimento líquido de 1.820 milhões de euros, dos quais 1.711 milhões de euros relativos a subvenções e 109 milhões de euros relativos a empréstimos. Com o desembolso do 2.º Pedido de Pagamento, que viria a ser realizado a 8 de fevereiro de 2023, Portugal já

recebeu 5.151 milhões de euros, correspondente a cerca de 31% da dotação orçamental global do PRR contratada com a Comissão Europeia.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento foram formalizados a 4 de outubro de 2023, no total de 2.752 milhões de euros, dos quais 2.137 milhões de euros respeitantes a subvenções e 615 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduziu no recebimento líquido, a 28 de dezembro de 2023, de 2.460 milhões de euros, dos quais 1.875 milhões de euros respeitantes a subvenções e 585 milhões de euros de empréstimos).

Este valor corresponde ao cumprimento de Reformas em áreas como da qualidade e sustentabilidade das finanças públicas, gestão de hospitais públicos e transição digital no setor público e Investimentos ligados, por exemplo à habitação, saúde, silvicultura, proteção social, inovação, mobilidade sustentável, transição digital e educação, cultura, finanças públicas e administração pública.

A 31 de dezembro de 2023, tinham já sido pagos 1.004 M€ a Beneficiários Diretos e 2.633 M€ a Beneficiários Finais, tendo sido transferidos 3.454 M€ para Beneficiários Intermediários.

A figura seguinte representa a distribuição feita dos valores recebidos da Comissão Europeia pelos Beneficiários Diretos, Intermediários e Finais ao longo da execução do PRR até ao final de 2023. De acordo com o Decreto-Lei n.º 29-B/2021 a Recuperar Portugal emite ordens de pagamento e a AD&C processa os pagamentos a Beneficiários Diretos e Intermediários. Os Beneficiários Intermediários, por sua vez, fazem pagamentos aos Beneficiários Finais, após seleção e contratação com os mesmos. A diferença entre os valores recebidos por Beneficiários Intermediários e os valores efetivamente pagos por estes a Beneficiários Finais, indica-se como montantes “em trânsito em Beneficiários Intermediários”, que ascendiam no final 2023 a 821 M€.

Figura 17: Fluxos de Tesouraria do PRR a 31.12.2023



PARTE 5

5.4 Impacto nos Pilares Europeus, Indicadores Comuns e Iniciativas Emblemáticas

5.4 Impacto nos Pilares Europeus, Indicadores Comuns e Iniciativas Emblemáticas

Pilares Europeus

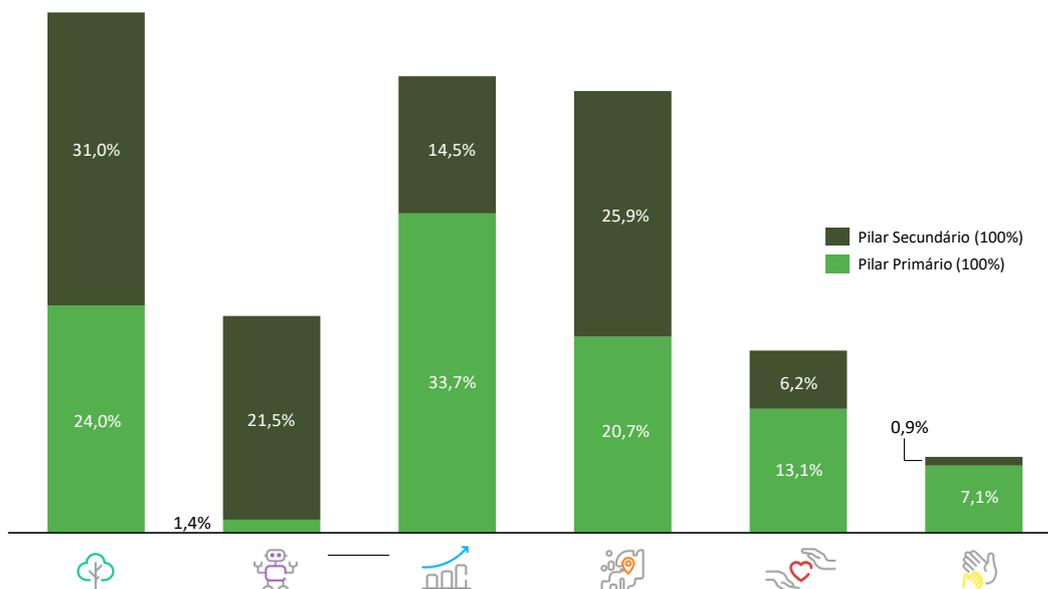
Considerando a necessidade de alinhar a utilização dos recursos financeiros do Mecanismo de Recuperação e Resiliência com as prioridades europeias, o regulamento do Instrumento de Recuperação e Resiliência determinou que o seu âmbito de aplicação deve centrar-se nos seguintes pilares relevantes da política comunitária:

Figura 18: 6 Pilares Europeus



A figura abaixo representa a percentagem total do contributo estimado do PRR para cada Pilar Europeu e a repartição entre pilar primário e secundário. A contribuição total para todos os pilares apresentados neste gráfico ascende a 200% do PRR.

Figura 19: Parcela estimada dos fundos do PRR (em %) que contribuem para cada pilar de política europeia



Impacto nos Indicadores Comuns

A Comissão Europeia, os Estados-Membros e o Parlamento Europeu identificaram 14 indicadores comuns para acompanhar os progressos da implementação dos planos de recuperação e resiliência (Delegated Regulation EU 2021/2106). Os Estados-Membros comunicam estes indicadores duas vezes por ano, cada indicador é atribuído a pilares específicos, sendo considerados indicadores de "resultados", indo além dos indicadores de output para medir o impacto nas pessoas e empresas. Está previsto nos acordos com a CE que, em casos excecionais, quando nenhuma reforma ou investimento contribua para 1 dos 14 indicadores, estes não tenham de ser reportados pelos Estados Membro. Os indicadores seguintes representam a performance portuguesa e são reportados semestralmente, sendo que à data de elaboração deste Relatório, a informação disponível é referente ao primeiro semestre do de 2023.

Figura 20: Desempenho de Portugal nos Indicadores Comuns

Legenda: ● Stock⁵ ● Flow⁶



⁵ Os números são cumulativos, só podem aumentar ao longo do tempo.

⁶ Os números são referentes ao momento em que foram reportados, podem flutuar ao longo do tempo.

Empresas apoiadas para desenvolver ou adotar produtos, serviços, processos e aplicações digitais

1º Semestre	2º Semestre
0	189
Empresas	Empresas



Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados

1º Semestre	2º Semestre
11.393.072	20.111.408
Utilizadores/Ano	Utilizadores/Ano



Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas

1º Semestre	2º Semestre
2.636	6.309
Equivalente a Tempo Inteiro	Equivalente a Tempo Inteiro



Empresas apoiadas (das quais pequenas - incluindo micro, médias e grandes)

1º Semestre	2º Semestre
7.347	4.950
Empresas	Empresas



Número de participantes em ações de educação ou formação

1º Semestre	2º Semestre
40.798	84.401
Pessoas	Pessoas



Número de pessoas empregadas ou envolvidas em procurar emprego

1º Semestre	2º Semestre
9.302	8.174
Pessoas	Pessoas



Capacidade das instalações de cuidados de saúde novas ou modernizadas

9.501.989
Pessoas/Ano



Capacidade das salas de aula dos estabelecimentos de educação e de acolhimento de crianças novos ou modernizados

1.077
Pessoas



Número de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos que recebem apoio

1º Semestre	2º Semestre
9.464	16.107
Pessoas	Pessoas



Impacto nas Iniciativas Emblemáticas

A tabela seguinte demonstra o alinhamento do PRR com as Iniciativas Emblemáticas identificadas pela Comissão, em setembro de 2020, na Estratégia Anual de Crescimento Sustentável.

Figura 21: Relação entre componentes do PRR e iniciativas emblemáticas da EU

Componente	Reforço da capacidade energética	Renovação de edifícios	Recarregamento e reabastecimento	Interligação	Modernização	Expansão	Requalificação e melhoria de competências
C01. Serviço Nacional de Saúde		•	•		••	•	
C02. Habitação		••					
C03. Respostas Sociais		•	•				
C04. Cultura		•					•
C05. Capitalização e Inovação Empresarial	••				•		•
C06. Qualificações e Competências					•		•••
C07. Infraestruturas	•		••				
C08. Florestas					•		
C09. Gestão Hídrica	••						
C10. Mar					••		•••
C11. Descarbonização da Indústria	••						
C12. Bioeconomia Sustentável					••		
C13. Eficiência Energética em Edifícios	••	•••					
C14. Hidrogénio e Renováveis	•••				••		
C15. Mobilidade Sustentável			•••				
C16. Empresas 4.0					•••	•	••
C17. Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas					•••		
C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios					•••		•
C19. Administração Pública Mais Eficiente					•••		••
C20. Escola Digital					•••		•••
C21. REPowerEU	•	•			•	•	•

Legenda

- Contributo indireto: •
- Contributo direto relevante: ••
- Contributo direto muito relevante: •••

PARTE 6



Progresso da implementação do PRR



PARTE 6

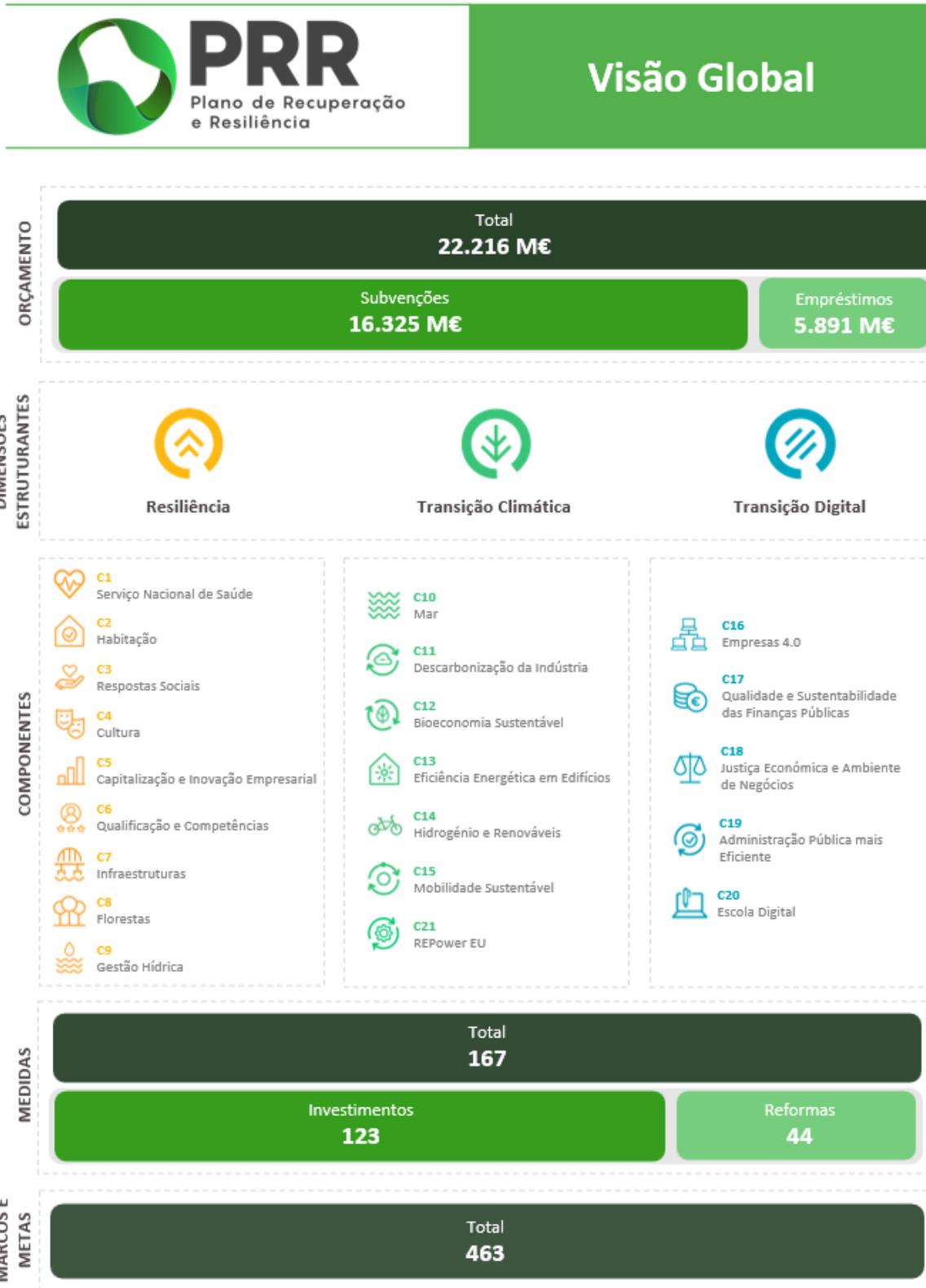
6.1 Dimensões Estruturantes



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

6.1 Dimensões Estruturantes





I - Resiliência

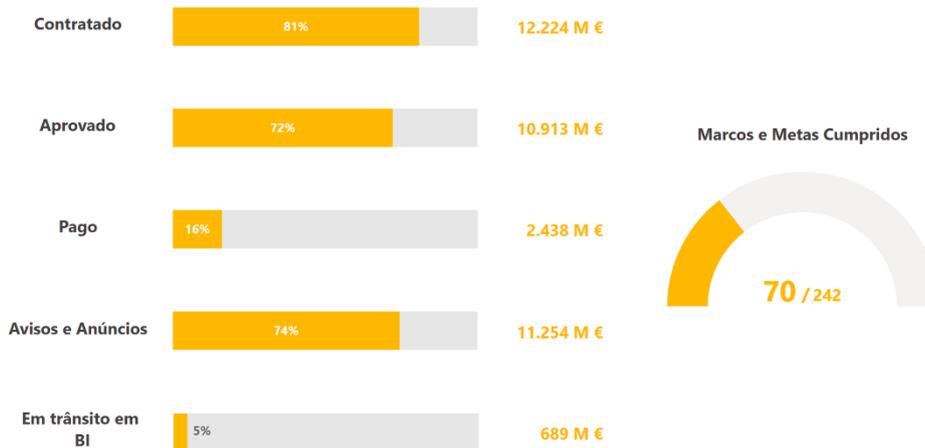
15.113 M €

Dotação orçamental



Esta dimensão visa reforçar a resiliência social, económica e territorial do País através de 9 componentes estratégicas, incluindo intervenções na saúde, habitação, respostas sociais, cultura, investimento empresarial, competências e qualificações, infraestruturas, florestas e gestão da água. Esta dimensão representa maior parte do investimento total do PRR para a promoção de uma recuperação transformadora, duradoura, justa, sustentável e inclusiva, abordando todos os aspetos da resiliência: social, económica e territorial.

Síntese da Implementação da Dimensão I – Resiliência



Aprovações e Pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Concursos Públicos		Avisos		Beneficiários Diretos e Finais	
	LANÇADOS (€)	DOTAÇÃO (€)	CANDIDATURAS SUBMETIDAS	CANDIDATURAS APROVADAS	APROVADO (€)	PAGO (€)
Famílias		1.356 M €	38.439	36.176	54 M €	16 M €
Instituições da Economia Solidária e Social		964 M €	6.660	4.068	393 M €	80 M €
Empresas		3.129 M €	44.051	30.349	4.275 M €	1.195 M €
Instituições do Sistema Científico e Tecnológico		263 M €	346	181	233 M €	57 M €
Instituições de Ensino Superior		433 M €	549	253	608 M €	154 M €
Escolas		527 M €	1.645	807	137 M €	34 M €
Autarquias e Áreas Metropolitanas	1 M €	1.649 M €	3.210	1.711	1.582 M €	254 M €
Entidades Públicas	372 M €	1.479 M €	900	686	2.445 M €	417 M €
Empresas Públicas	412 M €	604 M €	199	170	1.186 M €	231 M €
Total	785 M €	10.405 M €	95.999	74.401	10.913 M €	2.438 M €



II - Transição Climática

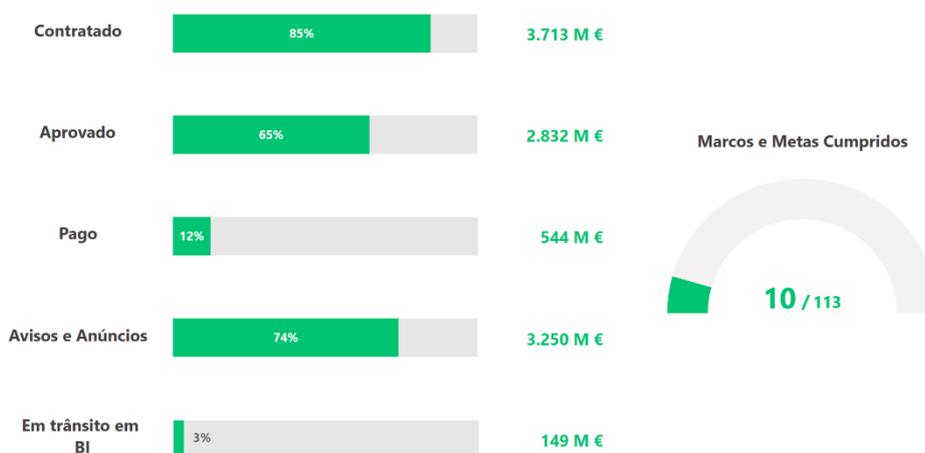


4.388 M €

Dotação orçamental

A Transição Climática compreende 7 componentes estratégicos, incluindo intervenções em áreas como o mar, mobilidade sustentável, descarbonização da indústria, bioeconomia, eficiência energética em edifícios, e energias renováveis. Constitui um compromisso para o cumprimento das metas climáticas que permitirá a Portugal atingir a neutralidade de carbono até 2050, apresentando ao País oportunidades significativas para os fatores competitivos do futuro. A 7.ª componente - REPowerEU - foi adicionada no decorrer de 2023.

Síntese da Implementação da Dimensão II – Transição Climática



Aprovações e Pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Concursos Públicos		Avisos		Beneficiários Diretos e Finais	
	LANÇADOS (€)	DOTAÇÃO (€)	CANDIDATURAS SUBMETIDAS	CANDIDATURAS APROVADAS	APROVADO (€)	PAGO (€)
Famílias		326 M €	200.710	80.535	144 M €	140 M €
Instituições da Economia Solidária e Social		45 M €	92	14	1 M €	0 M €
Empresas		1.568 M €	4.300	2.009	1.298 M €	195 M €
Instituições do Sistema Científico e Tecnológico		37 M €	41	23	21 M €	4 M €
Instituições de Ensino Superior		15 M €	16	4	16 M €	2 M €
Escolas			37	5	0 M €	0 M €
Autarquias e Áreas Metropolitanas		45 M €	8	3	45 M €	4 M €
Entidades Públicas	166 M €	433 M €	285	179	357 M €	58 M €
Empresas Públicas	446 M €	170 M €	13	10	949 M €	141 M €
Total	611 M €	2.639 M €	205.502	82.782	2.832 M €	544 M €



III - Transição Digital

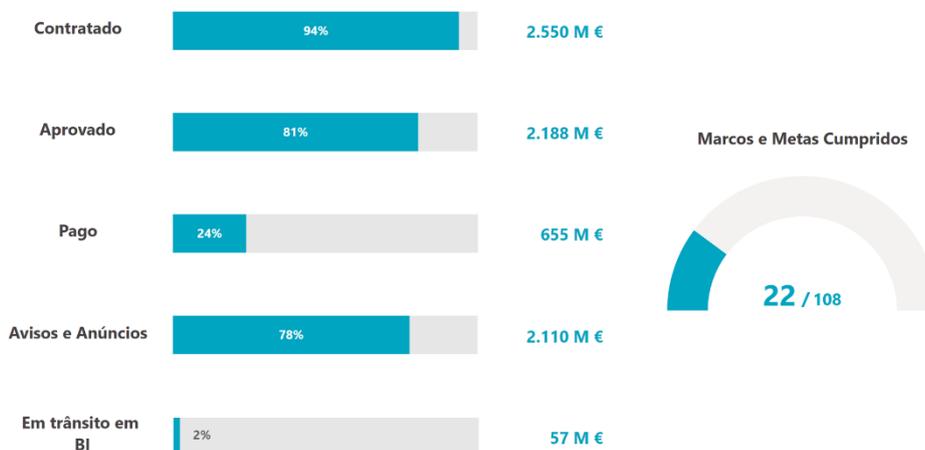


2.716 M €

Dotação orçamental

A Transição Digital descreve 5 componentes para acelerar a transição de Portugal para uma sociedade mais digital, incluindo a capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação, formação em competências digitais e promoção da literacia digital, transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado.

Síntese da Implementação da Dimensão III – Transição Digital



Aprovações e Pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Concursos Públicos		Avisos		Beneficiários Diretos e Finais	
	LANÇADOS (€)	DOTAÇÃO (€)	CANDIDATURAS SUBMETIDAS	CANDIDATURAS APROVADAS	APROVADO (€)	PAGO (€)
Famílias		19 M €				
Instituições da Economia Solidária e Social		8 M €	12	1	0 M €	0 M €
Empresas		338 M €	3.455	1.338	182 M €	22 M €
Instituições do Sistema Científico e Tecnológico		156 M €	61	28	76 M €	13 M €
Instituições de Ensino Superior		21 M €	4	1	0 M €	0 M €
Escolas	258 M €	323 M €	52	52	247 M €	235 M €
Autarquias e Áreas Metropolitanas		64 M €	400	132	69 M €	14 M €
Entidades Públicas	430 M €	414 M €	500	458	1.594 M €	370 M €
Empresas Públicas		80 M €	5	3	20 M €	0 M €
Total	687 M €	1.423 M €	4.489	2.013	2.188 M €	655 M €

PARTE 6

6.2 Resiliência

6.2 Resiliência

Componente C01| Serviço Nacional de Saúde

A **Componente 01 – Serviço Nacional de Saúde** é exemplo dos impactos diretos do PRR na vida das pessoas. Esta componente pretende reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para responder às mudanças demográficas e epidemiológicas do País, à inovação terapêutica e tecnológica, à tendência de custos crescentes em saúde e às expectativas de uma sociedade mais informada e exigente.

Visão Global e Objetivos



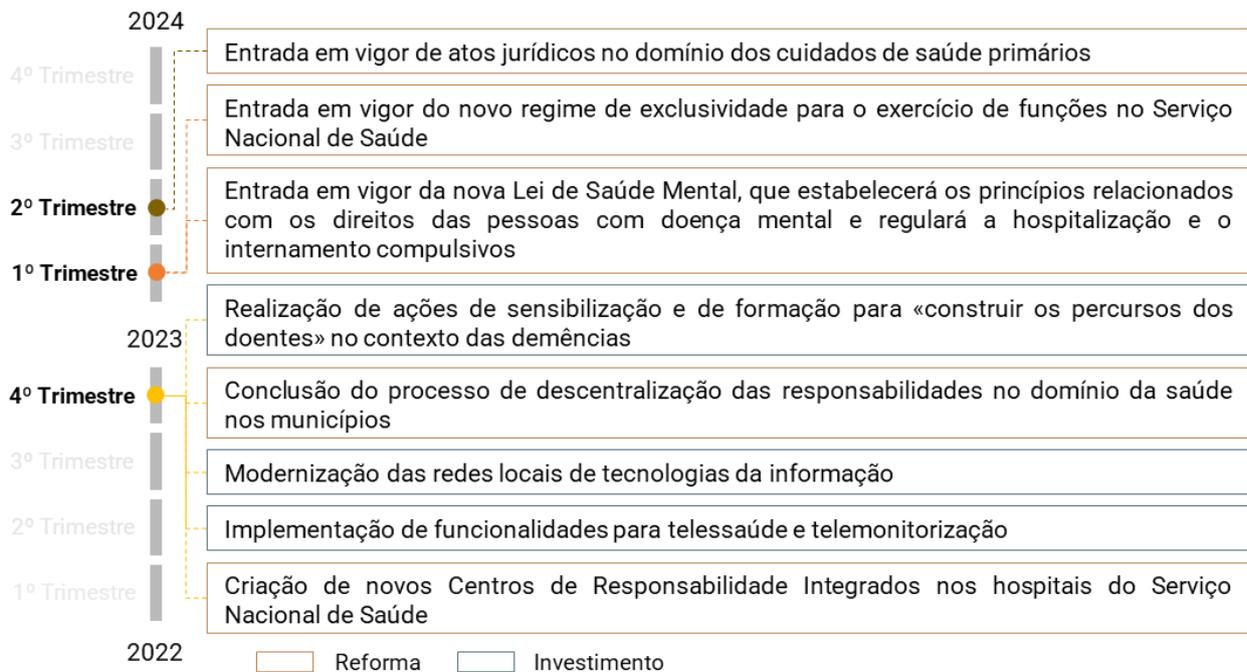
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 11 dos 43 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 26% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 5 são referentes a reformas e 6 a investimentos. Encontra-se ainda em análise 1 Marco e 1 Meta referente às reformas C01-r03 e C01-r01, respetivamente (vide capítulo 5.2).

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 5 Marcos e Metas referentes a reformas e 3 Marcos e Metas referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2022 e 2023⁷, conforme a figura abaixo:



⁷ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C01 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 01 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 85%, que se traduz num montante de 1.483 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 1.043 M€ e o montante pago os 211 M€, 60% e 12% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 129 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 518 M€, 84% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C01-r01	Reforma dos cuidados de saúde primários	Em fase de implementação
C01-r02	Reforma no domínio da saúde mental	Concretizada
C01-r03	Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos	Em fase de implementação

Investimentos⁸

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	683 M €	34%	8%
C01-i02	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	235 M €	124%	24%
C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	88 M €	70%	18%
C01-i04	Construção do Hospital de Lisboa Oriental e Equipamento para Hospitais em Lisboa e Vale do Tejo Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	180 M €	10%	2%
C01-i05.01-RAM	Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira - Expansão, Desenvolvimento e Melhoria da Rede de Cuidados Continuados Integrados Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	60 M €	89%	12%
C01-i05.02-RAM	Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira - Reforço das respostas na área da saúde mental e das demências associadas ao envelhecimento Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	39 M €	89%	16%
C01-i06	Transição Digital na Saúde Responsável: SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.	300 M €	100%	17%
C01-i07.01-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-IASAUDE Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4 M €	100%	19%
C01-i07.02-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-SESARAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	11 M €	100%	18%
C01-i07.03-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-DRS Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	1 M €	100%	13%
C01-i08-RAA	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	30 M €	100%	33%
C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	10 M €	100%	28%
C01-i10	Programa de Modernização Tecnológica do SNS Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	100 M €		

⁸ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

Concretizações⁹

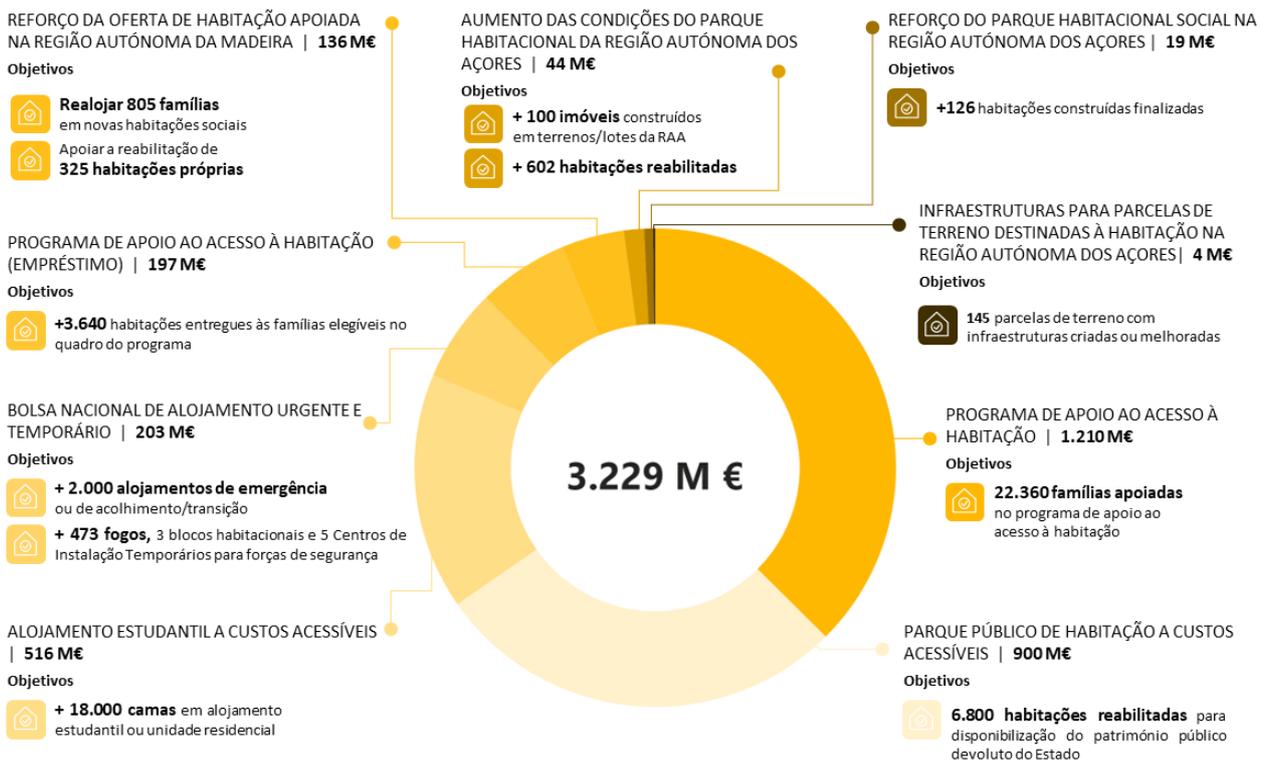
Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Conclusão da reforma da saúde mental e implementação da Estratégia para as Demências			3	6 M €	12	6 M €
Construção do Hospital de Lisboa Oriental e equipamento para hospitais em Lisboa e Vale do Tejo			1	100 M €		0 M €
Cuidados de saúde primários com mais respostas			4	376 M €	2	4 M €
Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira			1	38 M €		0 M €
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos			16	122 M €		0 M €
Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa	2	4 M €				
Transição digital da saúde	7	6 M €				
Total	9	9 M €	25	641 M €	14	10 M €

⁹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C02| Habitação

Atento aos problemas estruturais da sociedade portuguesa no acesso a uma habitação condigna e ao défice em matéria de pobreza energética, o PRR preconiza uma resposta integrada com os investimentos da **Componente C02 – Habitação**. Pretende-se relançar e reorientar a política de habitação em Portugal, salvaguardando habitação para todos, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação das habitações das famílias de menores rendimentos, por forma a promover um acesso generalizado a condições de habitação adequadas.

Visão Global e Objetivos



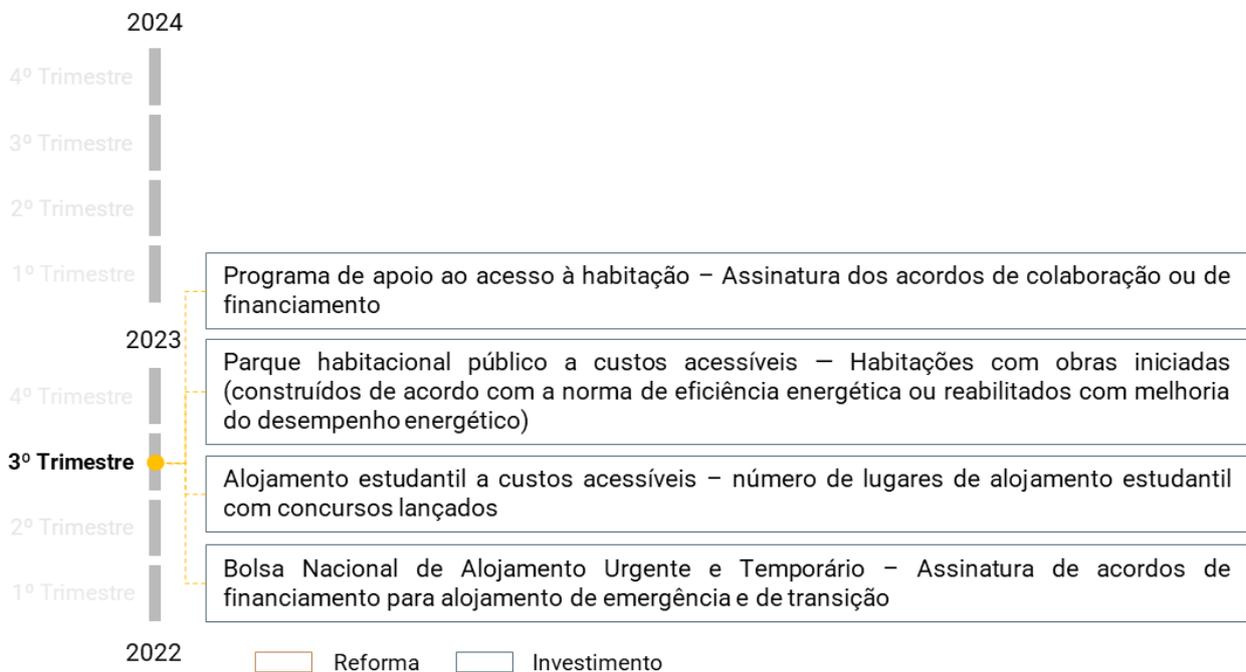
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 7 dos 30 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 23% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 1 é referente a reformas e 6 referente a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 4 Marcos e Metas referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos em 2022¹⁰, conforme a figura abaixo:



¹⁰ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C02 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 02 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 85%, que se traduz num montante de 2.733 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 2.091 M€ e o montante pago os 357 M€, 65% e 11% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 182 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 2.222 M€, 69% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C02-r04	Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	● Concretizada

Investimentos¹¹

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C02-i01	Programa de apoio ao acesso à habitação Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	1.210 M €	63%	15%
C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	203 M €	34%	4%
C02-i03-RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	136 M €	100%	14%
C02-i04-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	44 M €	137%	29%
C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	900 M €	68%	4%
C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	516 M €	87%	19%
C02-i07-RAA	Infraestruturas para parcelas de terreno destinadas à habitação Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	4 M €		
C02-i08-RAA	Reforço do parque habitacional social Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	19 M €		
C02-i09	Programa de apoio ao acesso à habitação (empréstimo) Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	197 M €		

Concretizações¹²

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Parque habitacional público a custos acessíveis	62	117 M €				
Total	62	117 M €				

¹¹ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

¹² Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C03| Respostas Sociais

A **Componente C03 – Respostas Sociais** traduz uma nova orientação das respostas sociais em Portugal com o objetivo de reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar, bem como a coesão social e territorial. Pretende-se ainda promover uma intervenção integrada em comunidades desfavorecidas, com vista ao combate à pobreza.

Visão Global e Objetivos

IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA REGIONAL DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL – REDES DE APOIO SOCIAL NOS AÇORES | **40 M€**
Objetivos

-  Aumento do **acesso de crianças e jovens a respostas sociais e educativas**
-  Respostas para integração de **4.000 famílias carenciadas** na sociedade e mercado do trabalho
-  Requalificação técnica das **respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência ou incapacidades**
-  Reforço e renovação do **parque automóvel das IPSS**
-  **+400 idosos apoiados** ao abrigo do projeto Ageing in Place

ACESSIBILIDADES 360º | **53 M€**
Objetivos

-  **200.000 m²** intervencionados para melhoria das acessibilidades nos espaços públicos de circulação e mobilidade
-  **1.500 edifícios públicos** intervencionados para melhoria das acessibilidades
-  **1.000 habitações** intervencionadas para melhoria das acessibilidades relacionadas com a condição de deficiência

FORTALECIMENTO DAS RESPOSTAS SOCIAIS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA | **95 M€**
Objetivos

-  **+910 camas** abrangidas pelo alargamento e requalificação da rede de estabelecimentos residenciais e não residenciais para pessoas idosas
-  **+90 utentes** abrangidos pelo alargamento das estruturas de apoio à Pessoa em Situação de Sem-Abriço
-  **+20 utentes** abrangidos por planos de integração de pessoas em situação de sem-abrigo

MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI) | **11 M€**
Objetivos

-  **+ 91 Vagas novas ou reabilitadas** em estruturas residenciais para pessoas idosas

PLATAFORMA +ACCESSO | **3 M€**

Objetivos

-  desenvolvimento de soluções de **georreferenciação da localização de imóveis públicos e privados, acessíveis e utilizáveis por todos**

NOVA GERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS | **591 M€**
Objetivos

-  **Requalificar** a rede de equipamentos e respostas sociais existentes
-  **Alargar** a rede de equipamentos e respostas sociais existentes ao nível da infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidades
-  **Desenvolver uma nova geração de apoio domiciliário** flexível e multifacetado, e integrado
-  **+ 278 municípios** com equipas de intervenção social constituídas no projeto piloto Radar Social
-  **+ 2500 viaturas elétricas** Adquiridas para reforço da resposta social

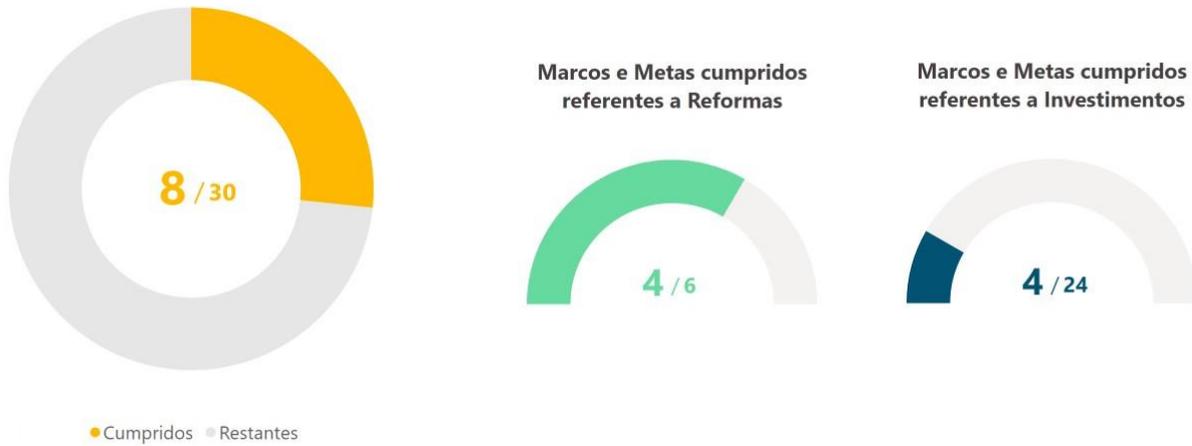
OPERAÇÕES INTEGRADAS EM COMUNIDADES DESFAVORECIDAS NAS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E DO PORTO | **250 M€**
Objetivos

-  Abordagem integrada em **12 domínios de intervenção** que permita promover a inclusão social de comunidades desfavorecidas e que vivem em situações de carência e exclusão

1.043 M €

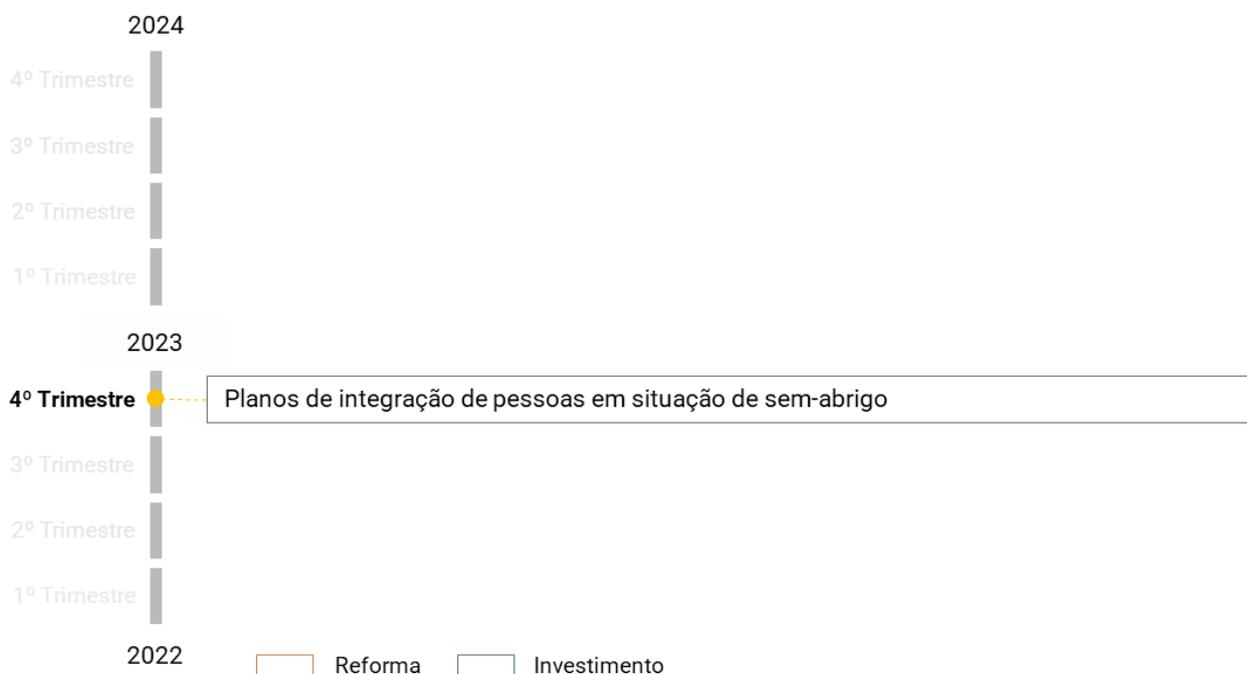
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 8 dos 30 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 27% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 4 são referentes a reformas e 4 referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 1 Marco e Meta referente a investimentos, tendo este sido atingido em 2022¹³, conforme a figura abaixo:



¹³ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C03 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 03 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 97%, que se traduz num montante de 1.011 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 712 M€ e o montante pago os 103 M€, 68% e 10% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 55 M€ ainda se encontram "em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 1.054 M €, correspondente a 101% da sua dotação¹⁴.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C03-r05	Reforma da provisão de equipamentos e respostas sociais	● Concretizada
C03-r06	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	● Concretizada
C03-r07	Contratualização de programas integrados de apoio às comunidades desfavorecidas nas áreas metropolitanas	● Concretizada
C03-r08	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	● Concretizada
C03-r38	Simplificação e eficácia do sistema de segurança social	◐ Em fase de implementação

¹⁴ A percentagem de Lançados em Avisos & Anúncios é superior a 100% uma vez que há uma múltipla contabilização dos montantes lançados aquando das republicações.

Investimentos¹⁵

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais Responsável: INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	591 M €	54%	10%
C03-i02	Acessibilidades 360º Responsável: INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.	53 M €	26%	4%
C03-i03-RAM	Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM) Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	95 M €	89%	12%
C03-i04-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA) Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	40 M €	107%	22%
C03-i05	Plataforma +Acesso Responsável: INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.	3 M €	100%	15%
C03-i06.01	Programa Bairros Saudáveis Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	7 M €	98%	69%
C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa Responsável: ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	122 M €	100%	13%
C03-i06.03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto Responsável: ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	122 M €	100%	1%
C03-i07-RAA	Modernização e expansão da rede de estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI) Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	11 M €		

Concretizações¹⁶

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Acessibilidades 360º			2	33 M €		0 M €
Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM)			2	46 M €	1	2 M €
Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Redes de Apoio Social (RAA)			3	6 M €	173	4 M €
Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais			4	180 M €		0 M €
Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto			1	35 M €		0 M €
Total			12	300 M €	174	6 M €

¹⁵ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

¹⁶ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

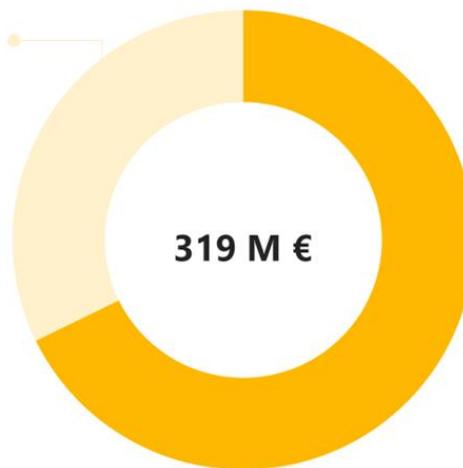
Componente C04| Cultura

O objetivo geral da **Componente 04 - Cultura** passa por valorizar as artes, o património e a cultura enquanto elementos de afirmação da identidade, da coesão social e territorial e do aumento da competitividade económica das regiões e do País através do desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e social de elevado valor económico.

Visão Global e Objetivos

REDES CULTURAIS E TRANSIÇÃO DIGITAL | **103 M€**
Objetivos

-  **Modernização** da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais
-  **Digitalização** de artes e património
-  **Internacionalização, modernização e transição digital** do livro e dos autores



PATRIMÓNIO CULTURAL | **216 M€**
Objetivos

-  Requalificação e conservação de + 70 museus, monumentos e palácios do Estado e construção do Arquivo Nacional do Som
-  Intervenções de reabilitação e modernização em 3 teatros nacionais
-  Implementação do Programa Saber Fazer

Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 2 dos 12 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 17% do total previsto. Os Marcos e Metas cumpridos são referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 1 Marco e Meta referente a investimentos, tendo este sido atingido em 2022¹⁷, conforme a figura abaixo:



¹⁷ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C04 a 31.12.2023



A dotação atualizada da componente 04 encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 31 de dezembro de 2023. O montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 225 M€ e o montante pago os 37 M€, 73% e 11% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 20 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 291M €, correspondente a 91% da sua dotação.

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

Investimentos¹⁸

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Responsável: GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS	103 M €	72%	9%
C04-i02	Património Cultural Responsável: FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL	216 M €	70%	13%

¹⁸ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

Concretizações¹⁹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Redes culturais e transição digital			1	4 M €		0 M €
Total			1	4 M €		0 M €

¹⁹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C05| Capitalização e Inovação Empresarial

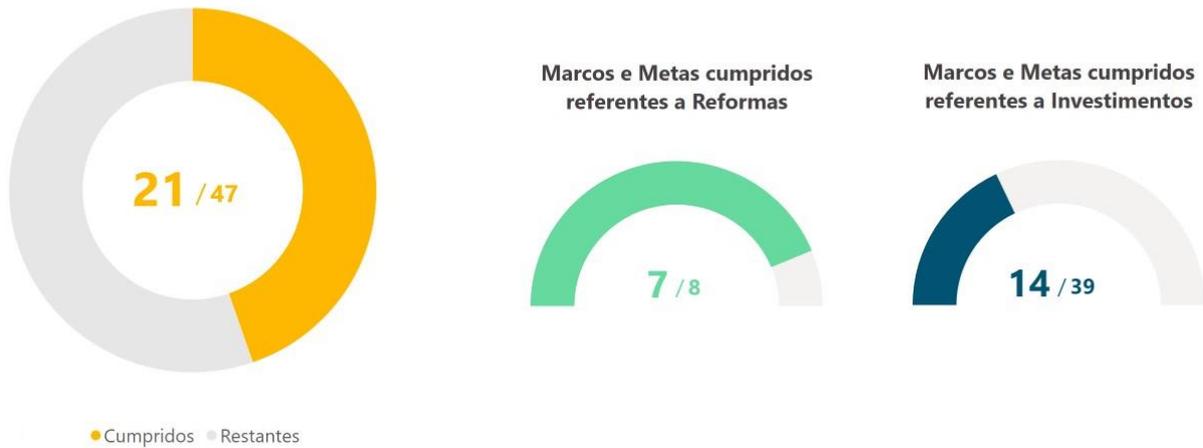
Com as empresas na mira, a **Componente 05 - Capitalização e Inovação Empresarial** assume o compromisso de aumentar a competitividade e a resiliência da economia com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva. Os objetivos passam ainda por capitalizar empresas economicamente viáveis anteriormente à eclosão da recessão económica originada pela pandemia e incentivar o investimento produtivo em áreas de interesse estratégico nacional e europeu.

Visão Global e Objetivos



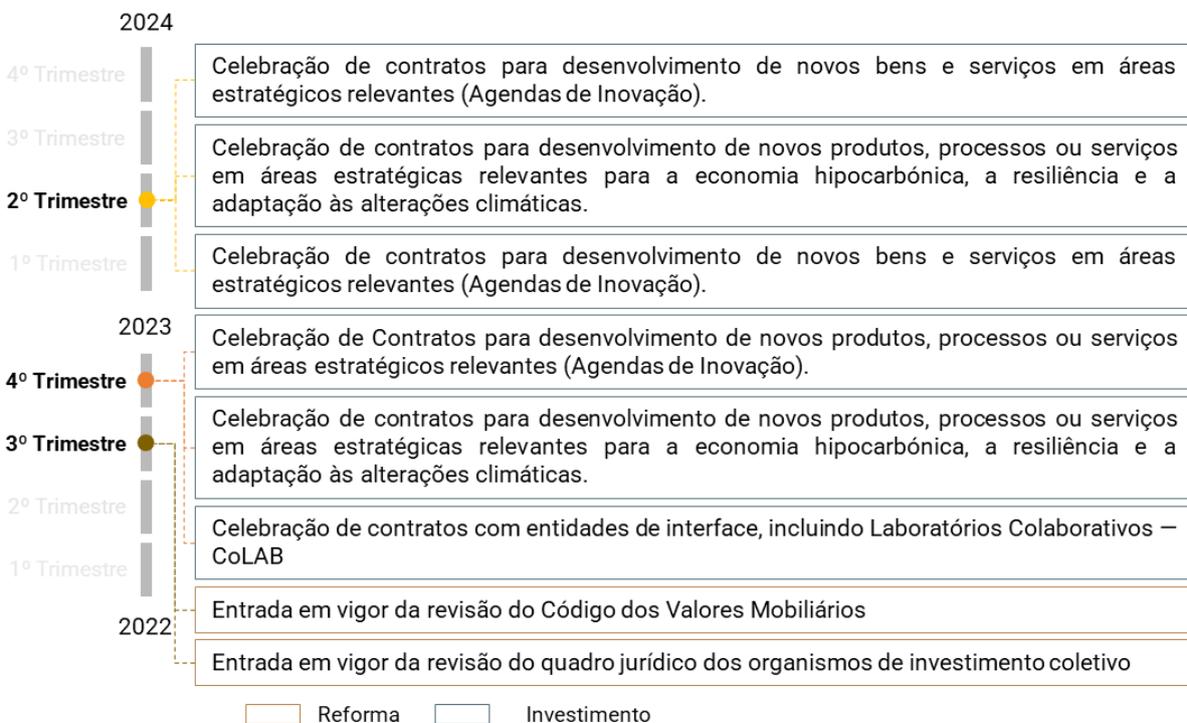
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



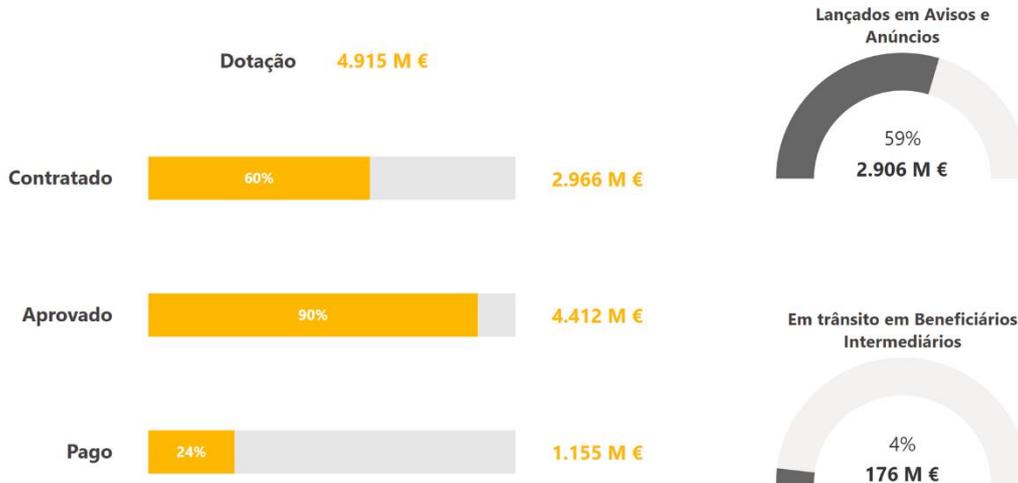
No final de 2023, encontravam-se cumpridos 21 dos 47 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 45% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 7 são referentes a reformas e 14 referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 2 Marcos e Metas referentes a reformas e 6 Marcos e Metas referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2022 e 2023²⁰, conforme a figura abaixo:



²⁰ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C05 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 05 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 60%, que se traduz num montante de 2.966 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 4.412 M€ e o montante pago os 1.155 M€, 90% e 24% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 176 M€ ainda se encontram "em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 2.906 M €, correspondente a 59% da sua dotação²¹.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C05-r09	Promoção da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) e do investimento inovador nas empresas	Concretizada
C05-r10	Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento	Concretizada
C05-r11	Alargamento e consolidação da Rede de Instituições de Interface	Concretizada
C05-r12	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	Concretizada
C05-r13	Desenvolvimento do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não-financeiras	Em fase avançada de implementação

²¹ O montante aprovado está de acordo com a dotação, ainda que esta não esteja contratada com a EMRP.

Investimentos²²

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C05-i01.01	Agendas/Aliaças mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	558 M €	269%	65%
C05-i01.02	Agendas/Aliaças Verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	372 M €	337%	79%
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo Responsável: ANI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.	186 M €	102%	27%
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	93 M €	100%	18%
C05-i04-RAA	Recapitalizar o Sistema Empresarial dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	125 M €	60%	24%
C05-i05-RAA	Recuperação Económica da Agricultura dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	34 M €	113%	14%
C05-i06.01	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento/IAPMEI Responsável: BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, S.A.	1.300 M €	75%	11%
C05-i06.02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento Responsável: BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, S.A.	250 M €	100%	100%
C05-i07-RAM	Instrumentos de capitalização para empresas da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4 M €		
C05-i08	Ciência Mais Digital Responsável: FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P.	48 M €	75%	0%
C05-i09	Reforço: Agendas/Aliaças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	319 M €		
C05-i10	Reforço: Agendas/Aliaças Verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	320 M €		
C05-i11	Reforço: Agendas/Aliaças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial (Empréstimos) Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	772 M €		
C05-i12	Reforço: Agendas/Aliaças Verdes para a Inovação Empresarial (Empréstimos) Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	533 M €		

Concretizações²³

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria [Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30]	1	0 M €				
Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento			1	250 M €	1	250 M €
Recapitalizar o Sistema Empresarial dos Açores			1	20 M €		0 M €
Recuperação económica da agricultura dos Açores			3	5 M €	7	0 M €
Total	1	0 M €	5	275 M €	8	250 M €

²² Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

²³ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C06| Qualificações e Competências

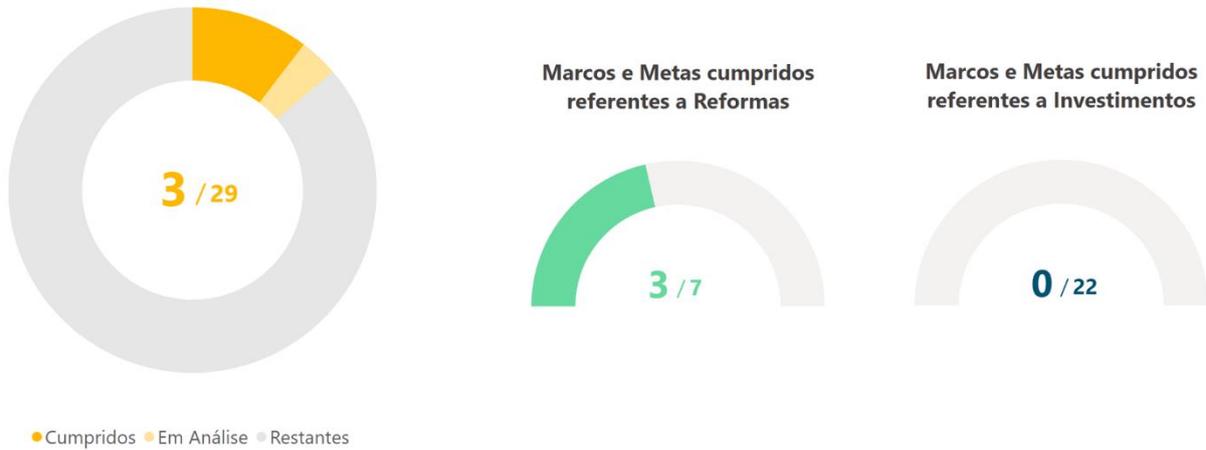
Não descurando a base do conhecimento e das competências, a **Componente 06 - Qualificações e Competências** foca-se na necessidade de aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego (em situações de crise económica como a provocada pela pandemia), sobretudo dos jovens e dos adultos com baixas qualificações, bem como numa participação equilibrada entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

Visão Global e Objetivos



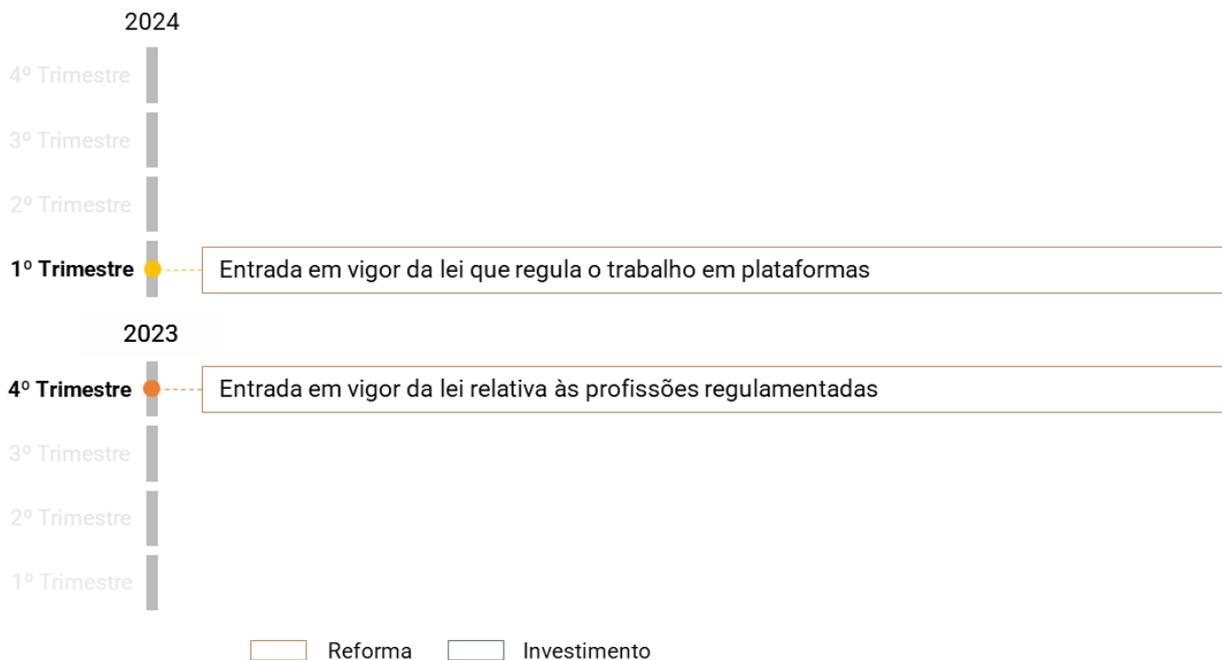
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 3 dos 29 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 10% do total previsto. Os Marcos e Metas cumpridos são referentes a reformas. Encontra-se ainda em análise 1 Marco referente à reforma C06-r16 (vide capítulo 5.2).

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 2 Marcos e Metas referentes a reformas, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2022 e 2023²⁴, conforme a figura abaixo:



²⁴ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C06 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 06 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 99%, que se traduz num montante de 1.962 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 983 M€ (50% da dotação orçamental) e tinham sido já pagos 297 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, aos quais acresce um montante de 62 M€ pago a Beneficiários Intermediários que se encontra “em trânsito”. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 983 M€ e o montante pago os 297 M€, 50% e 15% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 62 M€ ainda se encontram “em trânsito”. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 2.047 M €, correspondente a 103% da sua dotação²⁵.

²⁵ A percentagem de Lançados em Avisos & Anúncios é superior a 100% uma vez que há uma múltipla contabilização dos montantes lançados aquando das republicações.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C06-r14	Reforma do ensino e formação profissionais	Em fase de implementação
C06-r15	Reforma da cooperação entre ensino superior e administração pública e empresas	Concretizada
C06-r16	Redução das restrições nas profissões altamente regulamentadas	Em fase de implementação
C06-r17	Agenda de promoção do trabalho digno	Concretizada
C06-r18	Combate às desigualdades entre mulheres e homens	Em fase de implementação

Investimentos²⁶

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C06-i01.01	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados Responsável: INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.	480 M €	25%	6%
C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional Responsável: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	230 M €	100%	16%
C06-i01.03	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados - Turismo Responsável: TURISMO DE PORTUGAL, IP	20 M €	100%	0%
C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável Responsável: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	230 M €	127%	66%
C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3 Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	40 M €	96%	1%
C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	55 M €	36%	24%
C06-i03.03	Impulso Adultos Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	138 M €	95%	21%
C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	131 M €	93%	24%
C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva Responsável: CIÊNCIA VIVA - AGÊNCIA NACIONAL PARA A CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	9 M €	84%	49%
C06-i05-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	29 M €	10%	2%
C06-i06	Ciência Mais Capacitação Responsável: FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P.	45 M €		
C06-i07	Impulso Mais Digital Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	105 M €		
C06-i08-RAM	Ampliação do Edifício do CITMA Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	18 M €		
C06-i09.01	Escolas novas ou renovadas - Norte Responsável: CCDR - Norte	125 M €		
C06-i09.02	Escolas novas ou renovadas - Centro Responsável: CCDR - Centro	150 M €		
C06-i09.03	Escolas novas ou renovadas - LVT Responsável: CCDR - LVT	125 M €		
C06-i09.04	Escolas novas ou renovadas - Alentejo Responsável: CCDR - Alentejo	20 M €		
C06-i09.05	Escolas novas ou renovadas - Algarve Responsável: CCDR - Algarve	30 M €		

²⁶ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

Concretizações²⁷

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Compromisso para o emprego sustentável			1	230 M €	11179	105 M €
Escolas novas ou renovadas			5	450 M €		0 M €
Incentivo Adultos	7	0 M €				
Modernização das instituições de ensino e formação profissionais	12	8 M €				
Qualificação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida (RAA)			15	37 M €	2	2 M €
Total	19	8 M €	21	717 M €	11181	108 M €

²⁷ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C07| Infraestruturas

A **Componente 07 - Infraestruturas** pretende contribuir não só para a modernização de áreas de acolhimento empresarial nas três dimensões, mais resilientes, mais verdes e mais digitais, mas também para uma melhoria na gestão e organização do tráfego rodoviário, retirando veículos das áreas urbanas construindo corredores de tráfego rápido, com melhores condições de segurança, menos impactos a nível ambiental e aos utilizadores vulneráveis, e construindo também “missing links” cuja inexistência afeta a rede rodoviária nacional e, conseqüentemente, os agentes económicos, em especial as empresas, que perdem competitividade.

Visão Global e Objetivos

LIGAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS | 77 M€

Objetivos

- potenciar a mobilidade transfronteiriça e reduzir dos custos de contexto, através dos seguintes investimentos nas ligações:
 - Vinhais / Bragança (variantes);
 - Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES);
 - Ponte internacional sobre o Rio Sever;
 - Ponte Alcoutim – Salunçar de Guadiana (ES).

CIRCUITOS LOGÍSTICOS – REDE VIÁRIA REGIONAL DOS AÇORES | 92 M€

Objetivos

- melhoria das acessibilidades através de um conjunto de intervenções relevantes, como:
 - Ilha de Santa Maria: Variante à Vila do Porto;
 - Ilha de São Miguel: Melhoria da acessibilidade Furnas / Povoação – 1ª Lanço – Variante Furnas; Variante Capelas; Variante de São Roque; Variante Portal do Vento;
 - Ilha Terceira: Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária – Ligação entre Via Vitorino Nemésio e Circular de Angra;
 - Ilha Graciosa: Ligação entre a E.R. 3-2ª e a E.R. 4-2ª;
 - Ilha de São Jorge: Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária – Ligação entre o norte e sul da ilha (transversal);
 - Ilha do Pico: Construção da Circular à Vila da Madalena;
 - Ilha do Faial: Construção da 2ª fase da Variante à Cidade da Horta.

ALARGAMENTO DA REDE DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS | 0 M€

Objetivos

- +15.000 pontos de carregamento de veículos elétricos até 2025

MISSING LINKS E AUMENTO DE CAPACIDADE DA REDE | 367 M€

Objetivos

- promover a eliminação de travessias urbanas e a adequação da capacidade da rede rodoviária, através das seguintes intervenções rodoviárias:
 - Interface Rodoferroviário da Trofa / Santana, incluindo nova ponte sobre o Rio Ave;
 - Maia (Via Diagonal) / Interface Rodoferroviário da Trofa;
 - Variante da Atalaia;
 - Penafiel (EN15) / Rans;
 - Rans / Entre-os Rios;
 - Variante nascente de Évora;
 - Ligação de Baião a Ponte de Ermida;
 - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda;
 - km 67+800 a km 75+520 – Pampilhosa da Serra;
 - Variante a Olhão;
 - IC2 (EN1). Meirinhas (km 136,700) /Pombal (KM 148,500);
 - IP8 (EN121). Ferreira do Alentejo /Beja, incluindo Variante a Beringel;
 - IP8 (EN259). Sta. Margarida do Sado /Ferreira do Alentejo, incluindo Variante de Figueira de Cavaleiros;
 - IP8(A26). Aumento de Capacidade na ligação entre Sines e a A2;
 - Variante à EN211 – Quintã/Mesquinhata.

ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL (AAE) – ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS | 166 M€

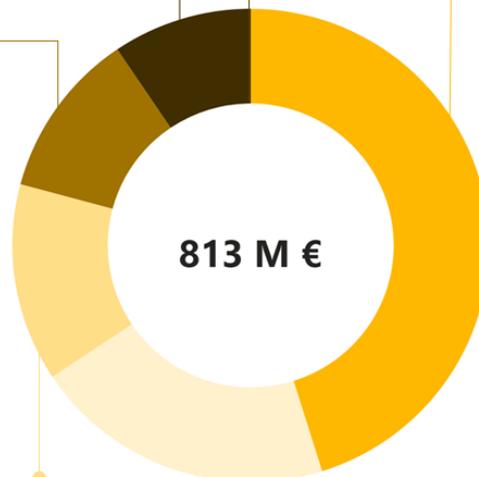
Objetivos

- Concluir acessibilidades rodoviárias, que constituem o suporte para garantir a entrada e saída de mercadorias de forma eficiente e económica, alavancando o investimento já efetuado nas Áreas de Acolhimento Empresarial

ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL (AAE) | 110 M€

Objetivos

- +10 áreas de acolhimento empresarial intervencionadas, para assegurar:
 - Sistemas de produção e armazenamento de energia renovável para;
 - Intervenções piloto para testar ilhas de qualidade de serviço de estabilidade energética;
 - Mobilidade sustentável;
 - Reforço da cobertura com soluções de comunicação 5G;
 - Medidas ativas de prevenção e proteção contra incêndios.



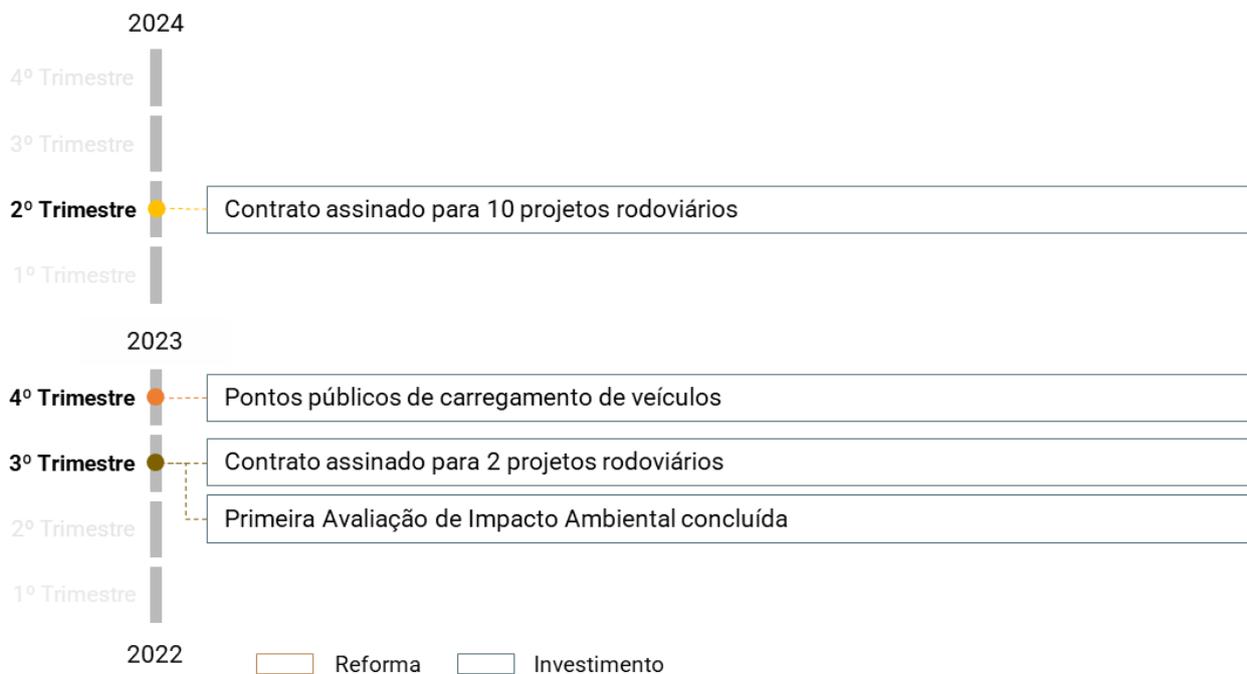
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



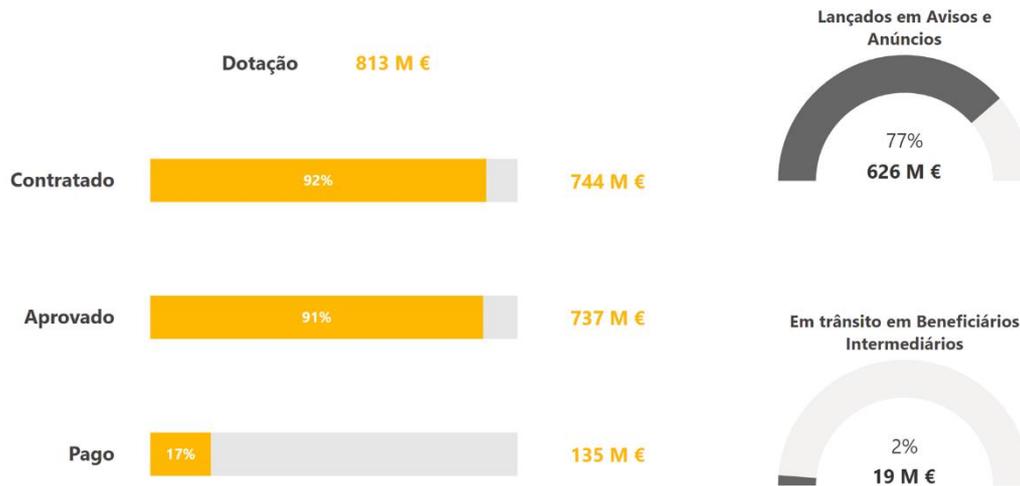
No final de 2023, encontravam-se cumpridos 7 dos 15 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 47% do total previsto. Os Marcos e Metas cumpridos são referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 4 Marcos e Metas referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2022 e 2023²⁸, conforme a figura abaixo:



²⁸ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C07 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 92%, que se traduz num montante de 744 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 737 M€ e o montante pago os 135 M€, 91% e 17% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 19 M€ ainda se encontram "em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 626 M €, correspondente a 77% da sua dotação.

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C07-i01.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCDR NORTE)	31 M €	100%	7%
C07-i01.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	32 M €	100%	10%
C07-i01.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO (CCDR LVT)	13 M €	100%	1%
C07-i01.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	30 M €	100%	13%
C07-i01.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE	4 M €	100%	4%
C07-i02.01	Missing links e Aumento capacidade da Rede - EN14, EN4, IC35, IP2, EN125, EN211, EN344, IC2, IP8 (A26), Baião/Pone Ermida, IP8 (EN121), IP8 (EN259) Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	320 M €	100%	25%
C07-i02.02	Missing links e Aumento capacidade da Rede - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	47 M €	85%	7%
C07-i03.01	Ligações transfronteiriças - Ponte internacional sobre o Rio Sever Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	11 M €	85%	4%
C07-i03.02	Ligações transfronteiriças - Ponte Alcoutim – Salunçar del Guadiana (ES) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE	11 M €	85%	8%
C07-i03.03	Ligações transfronteiriças - EN103. Vinhais / Bragança (variantes) Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	37 M €	85%	12%
C07-i03.04	Ligações transfronteiriças - Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCDR NORTE)	19 M €	85%	10%
C07-i04.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	106 M €	85%	15%
C07-i04.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - EN10-4. Setúbal/ Mitrena e Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO (CCDR LVT)	11 M €	85%	4%
C07-i04.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias : Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	7 M €	85%	11%
C07-i04.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCDR NORTE)	42 M €	85%	11%
C07-i04.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	0,2 M €	85%	84%
C07-i05-RAA	Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	92 M €	65%	14%

Concretizações²⁹

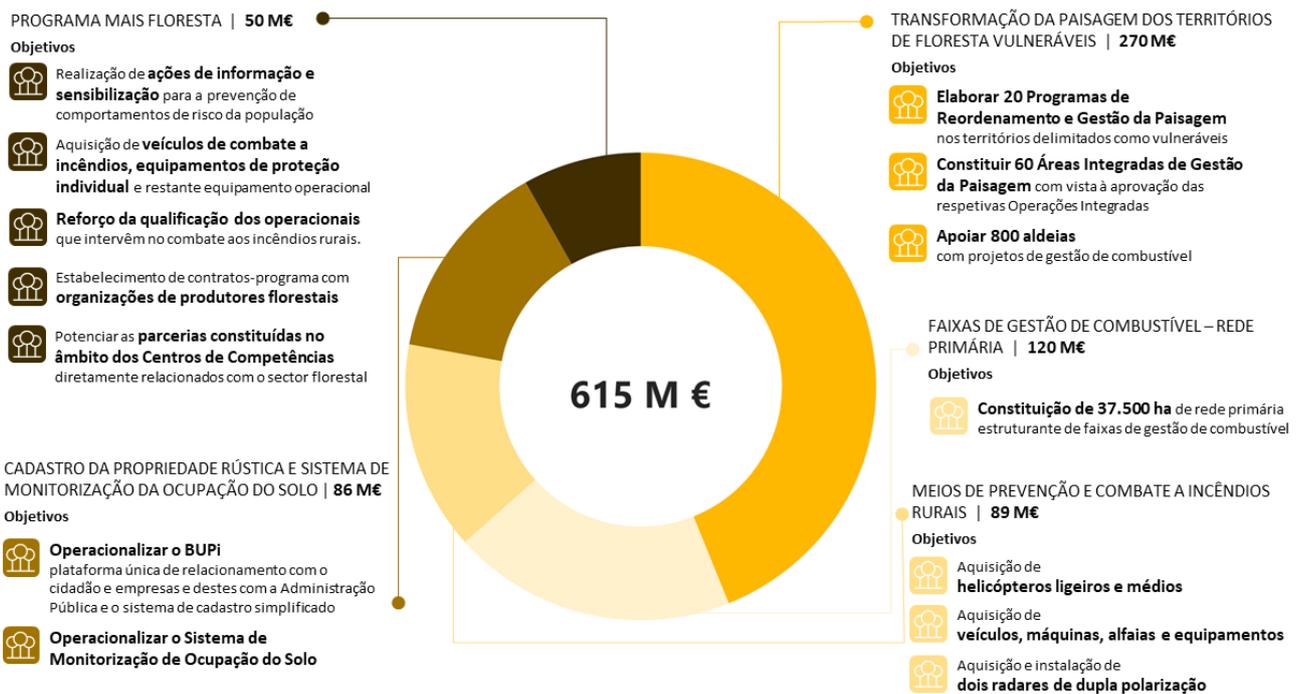
Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Ligações em falta e aumento de capacidade da rede	7	170 M €				
Zonas de acolhimento de empresas — acessibilidade rodoviária	4	21 M €				
Total	11	191 M €				

²⁹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C08| Florestas

A **Componente 08 - Florestas** tem como objetivo desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas, e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial. Pretende ainda proteger a biodiversidade apoiando o restauro de ecossistemas agrícolas e florestais, em particular de áreas áridas, e contribuir para a coesão territorial e criação de emprego revitalizando a atividade económica de territórios rurais.

Visão Global e Objetivos



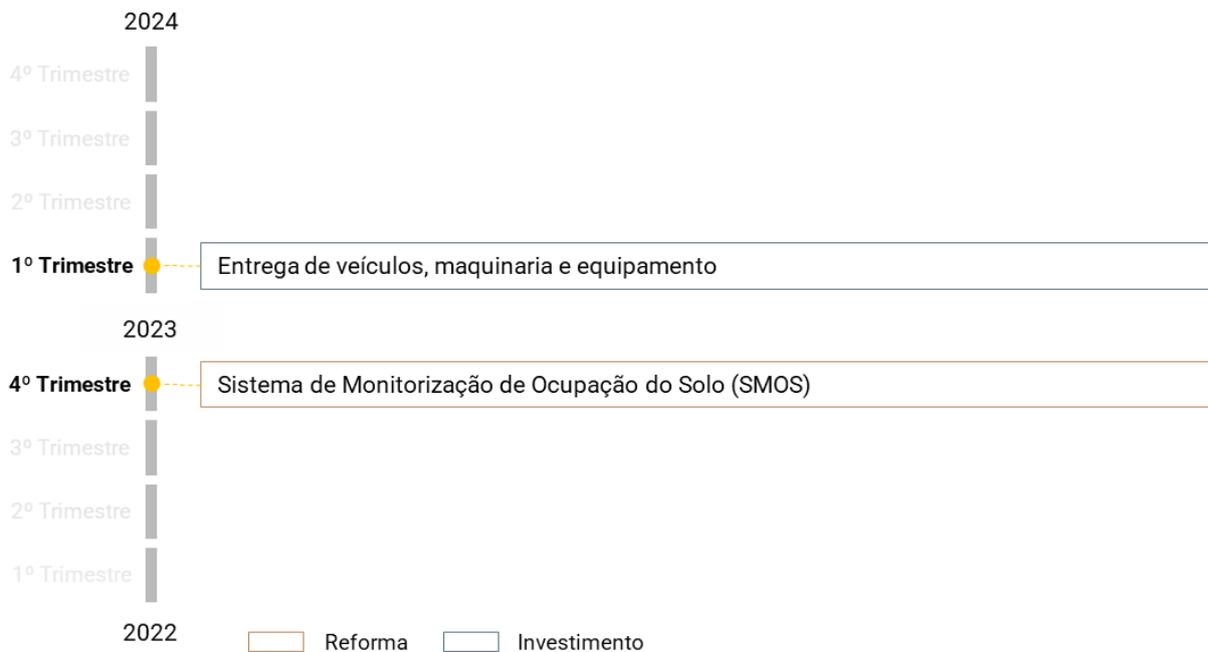
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 8 dos 21 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 38% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 3 são referentes a reformas e 5 referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 1 Marco e Meta referente a reformas e 1 Marco e Meta referente a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2022 e 2023³⁰, conforme a figura abaixo:



³⁰ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C08 a 31.12.2023



A dotação atualizada de 615 M€ da componente 08 ficou integralmente contratada com os Beneficiários Diretos e Beneficiários Intermediários. A 31 de dezembro de 2023, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais atingiu os 337 M€ e o montante pago os 92 M€, 55% e 15% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 39M€ ainda se encontram "em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 518 M€, 84% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C08-r19	Transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis	● Concretizada
C08-r20	Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo	● Concretizada
C08-r21	Prevenção e combate de fogos rurais	● Concretizada

Investimentos³¹

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - "Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia" Responsável: FUNDO AMBIENTAL	257 M €	3%	1%
C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem Responsável: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	3 M €	100%	21%
C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - Emparcelar para Ordenar Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	10 M €	0%	0%
C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS Responsável: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	29 M €	100%	14%
C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	2 M €	100%	0%
C08-i02.03	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTIÇA	45 M €	100%	19%
C08-i02.04	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial – Dimensão Local Região Norte Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCDR NORTE)	5 M €		
C08-i02.05	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial – Dimensão Local Região Centro Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	5 M €		
C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	120 M €	100%	14%
C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos Responsável: ESTADO MAIOR DA FORÇA AEREA	70 M €	100%	47%
C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	16 M €	100%	85%
C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.	3 M €	100%	74%
C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	40 M €	100%	26%
C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal Responsável: FUNDO AMBIENTAL	10 M €	21%	3%

³¹ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%. mas arredondado à unidade é de 0%.

Concretizações³²

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Cadastro da propriedade rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo	57	7 M €	2	10 M €		0 M €
Meios de prevenção e combate a incêndios rurais	1	5 M €				
Programa MAIS Floresta			1	7 M €		0 M €
Transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis	2	0 M €	2	35 M €		0 M €
Total	60	12 M €	5	52 M €		0 M €

³² Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C09| Gestão Hídrica

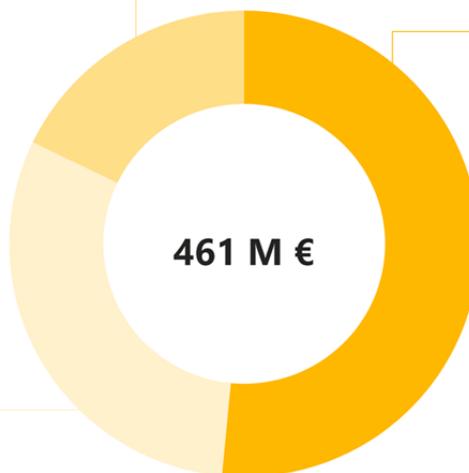
A gestão hídrica constitui uma área de intervenção estratégica face à necessidade de se mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira, as regiões com maior necessidade de intervenção em Portugal, tendo em conta a ocorrência de episódios de seca agravados em resultado das alterações climáticas. A **Componente 09 - Gestão Hídrica** tem por base os cenários de alterações climáticas e a perspetiva explanada na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC) e no Programa de Ação para as Alterações Climáticas (P-3AC), contribuindo para a diversificação da atividade económica destas regiões e para o seu desenvolvimento económico, social e ambiental.

Visão Global e Objetivos

PLANO DE EFICIÊNCIA E REFORÇO HÍDRICO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E REGADIO DA RAM | **82 M€**

Objetivos

-  Reforço de Adução ao **Canal do Norte**
-  Recuperação da **Levada das Rabaças**
-  Otimização da Adução do **Sistema Adutor Machico Funchal**
-  Reforço de Adução ao **Canal dos Tornos**
-  Reforço de Adução ao **Lanço Sul do Canal dos Tornos**
-  Construção da **Galeria de Captação de Água Salgada no Porto Santo**
-  Intervenções nas **Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo**
-  Reforço de adução ao **Reservatório da Trompica**



PLANO REGIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA DO ALGARVE | **237 M€**

Objetivos

-  **Reduzir perdas de água** no setor urbano
-  **Reduzir perdas de água e aumentar eficiência** no setor agrícola
-  **Reforçar a governança dos recursos hídricos** (monitorização, licenciamento, fiscalização e sensibilização)
-  Promover a utilização de **Água Residual Tratada**
-  Aumentar a capacidade disponível e resiliência das **albufeiras e sistemas de adução em alta**
-  Promover a **dessalinização de água do mar**

APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DE FINS MÚLTIPLOS DO CRATO | **141 M€**

Objetivos

-  Criação de uma **reserva estratégica de água** que constituirá uma alternativa de abastecimento público às populações (cerca de 55.000 pessoas)
-  Estabelecimento de **novas áreas de regadio**
-  Acomodar uma **central fotovoltaica** que, para uma potência instalada correspondente a 75 MW, permitirá **satisfazer mais de 60% das atuais necessidades energéticas da região e reduzir mais de 80.000t/ano de emissões de dióxido de carbono**

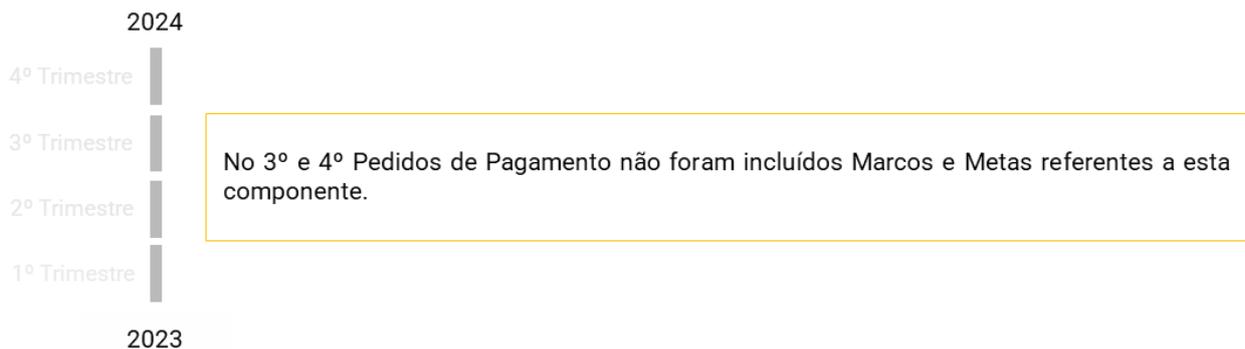
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontrava-se cumprido 1 dos 13 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 8% do total previsto. O Marco e Meta cumprido é referente a investimentos.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente nos 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento. Estava previsto ser alcançado em 2023 1 Marco e Meta, referente a investimentos, conforme a figura abaixo³³:



³³ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C09 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 09 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 85%, que se traduz num montante de 390 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 372 M€ (82% da dotação orçamental) e tinham sido já pagos 52 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, aos quais acresce um montante de 6 M€ pago a Beneficiários Intermediários que se encontra "em trânsito". Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 372 M€ e o montante pago os 52 M€, 81% e 11% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 6 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 137 M €, correspondente a 30% da sua dotação.

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

Investimentos³⁴ | 35

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano Responsável: CI - AMAL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE	44 M €	47%	7%
C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola Responsável: FUNDO AMBIENTAL	19 M €	71%	6%
C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos Responsável: AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	6 M €	91%	13%
C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM Responsável: ÁGUAS DO ALGARVE S.A.	169 M €	84%	10%
C09-i02	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato - fase de planeamento Responsável: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO	0 M €	0%	0%
C09-i03-RAM	Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	82 M €	85%	17%
C09-i04	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato - fase de construção Responsável: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO	141 M €		

Concretizações³⁶

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato — fase de planeamento	5	0 M €				
Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	11	3 M €	3	25 M €	8	7 M €
Total	16	4 M €	3	25 M €	8	7 M €

³⁴ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

³⁵ A dotação do investimento C09.i02 é de 0€ uma vez que esta verba foi transferida para o investimento C09.i04

³⁶ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

PARTE 6

6.3 Transição Climática

6.3 Transição Climática

Componente C10| Mar

A **Componente C10 - Mar** visa desenvolver uma resposta estrutural, duradoura e impactante preparando o caminho para a construção de uma economia do mar mais competitiva, mais coesa e mais inclusiva, mas também mais descarbonizada e sustentável, com maior capacidade de aproveitamento das oportunidades decorrentes das transições climática e digital. Alinhada com estes princípios, a componente Mar irá contribuir para as opções nacionais relacionadas com o reforço do potencial produtivo nacional, procurando garantir condições de sustentabilidade e competitividade do tecido empresarial ligado ao mar, assim como assumir a ambição de combater algumas das bolsas de pobreza localizadas em comunidades costeiras, e assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso num contexto de adaptação às transições climática e digital. Ao nível da preservação do valor dos serviços ecossistémicos oceânicos, esta componente irá contribuir de forma inequívoca para a “Saúde dos Oceanos”. Complementarmente, a mesma contribuirá para o reforço da capacidade operacional, formativa e científica do País.

Visão Global e Objetivos

TECNOLOGIAS OCEÂNICAS | 20 M€

Objetivos

- Entrega do **navio de investigação multifuncional eficiente** em termos energéticos
- Entrega de **3 veículos autónomos não tripulados**

TRANSIÇÃO VERDE E DIGITAL E SEGURANÇA NAS PESCAS | 21 M€

Objetivos

- 70 projetos** que apoiam a inovação, a transição energética e a redução do impacto ambiental para entidades do setor da pesca

DESENVOLVIMENTO DO “CLUSTER DO MAR DOS AÇORES” | 48 M€

Objetivos

- Criação de um **centro experimental de I&D ligado ao Mar** - Tecnopolo MARTEC - na ilha do Faial

GREEN SHIPPING | 50 M€

Objetivos

- Conclusão das intervenções em matéria de eficiência energética dos navios**
- Lançamento de um convite à apresentação de **propostas com vista à descarbonização de navios**

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, DIGITALIZAÇÃO E REDUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL NO SETOR DA PESCA E DA AQUICULTURA | 5 M€

Objetivos

- Conclusão de 15 projetos** no setor das pescas e da aquicultura nos Açores

CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA DO ATLÂNTICO E PLATAFORMA NAVAL | 150 M€

Objetivos

- Criação de um **Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval**, que contribuirão para a preservação do valor dos serviços ecossistémicos e para a “Saúde dos Oceanos”, fazendo a defesa do meio e do território, mantendo a preservação das cadeias de valor das diversas indústrias oceânicas e reforçando a capacidade operacional e científica do país.

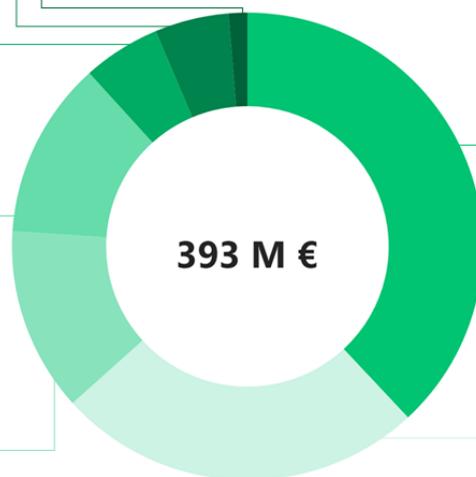
- Reforçar as qualificações intermédias e superiores especializadas do setor naval, através da **Academia do Arsenal do Alfeite**.

HUB AZUL, REDE DE INFRAESTRUTURAS PARA A ECONOMIA AZUL | 99 M€

Objetivos

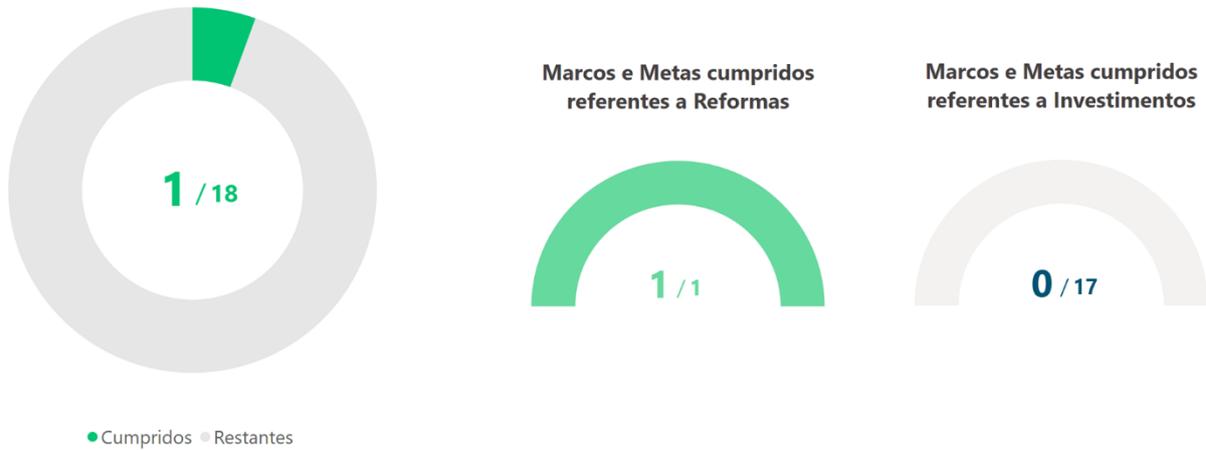
- Instalação e/ou requalificação de **7 Hubs Azuis** - infraestruturas (novas e existentes) costeiras com acesso à água, laboratórios e zonas de teste, locais para prototipagem, *scale-up* pré e industrial e espaço de incubação e alavancagem de empresas.

- Modernização, do reforço da oferta de formação e da renovação com equipamento da **Escola do Hub Azul**



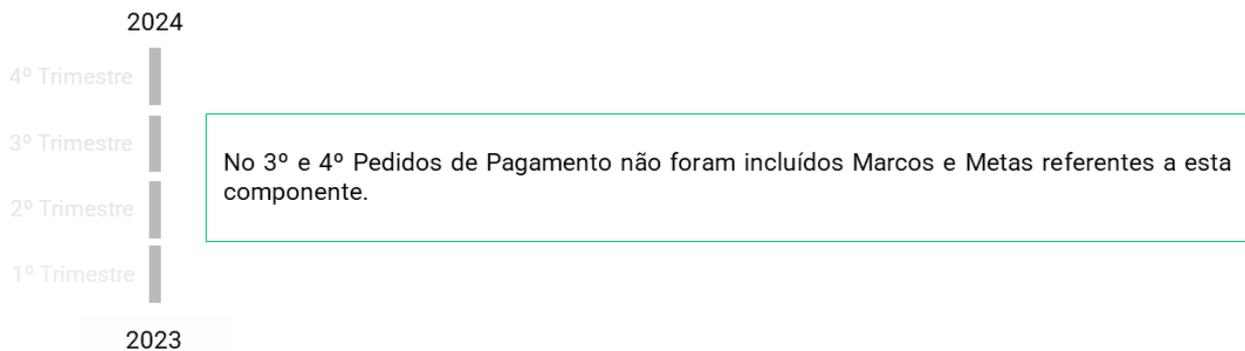
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontrava-se cumprido 1 dos 18 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 1% do total previsto. O Marco e Meta cumprido é referente a reformas.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente nos 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento. Estava previsto serem alcançados em 2023 4 Marcos e Metas, referentes a investimentos, conforme a figura abaixo³⁷:



³⁷ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C10 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 10 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 69%, que se traduz num montante de 272 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 253 M€ (64% da dotação orçamental) e tinham sido já pagos 44 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, aos quais acresce um aomontante de 10 M€ pago a Beneficiários Intermediários que se encontra "em trânsito". Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 253 M€ e o montante pago os 44 M€, 64% e 11% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 10 M€ ainda se encontram "em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 290 M €, correspondente a 74% da sua dotação.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C10-r23	Reforma do Ecossistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul	● Concretizada

Investimentos³⁸

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul Responsável: Fundo Azul	99 M €	88%	14%
C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	21 M €	104%	24%
C10-i03.01	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações Responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL-MARINHA	148 M €	75%	11%
C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0) Responsável: ARSENAL DO ALFEITE, S.A.	2 M €	100%	11%
C10-i04-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	48 M €	67%	18%
C10-i05-RAA	Transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor da Pesca e da Aquicultura Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	5 M €		
C10-i06-RAM	Tecnologias Oceânicas Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	20 M €		
C10-i07	Green Shipping Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	50 M €		

Concretizações³⁹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Centro de operações de defesa do Atlântico e plataforma naval	62	142 M €				
Total	62	142 M €				

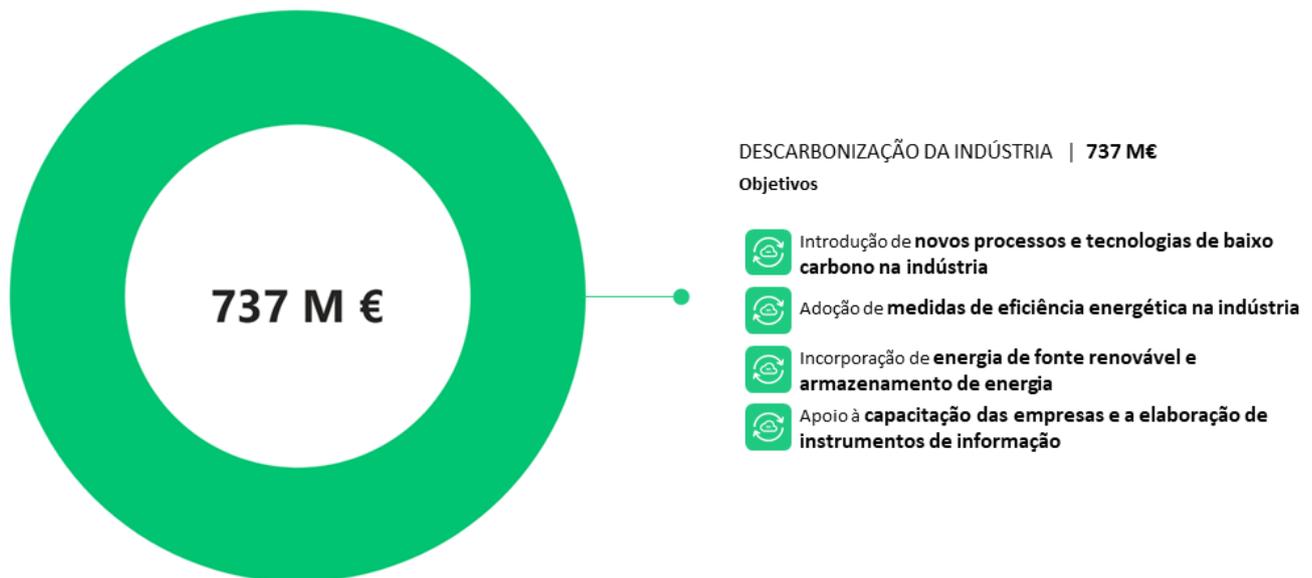
³⁸ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

³⁹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C11| Descarbonização da Indústria

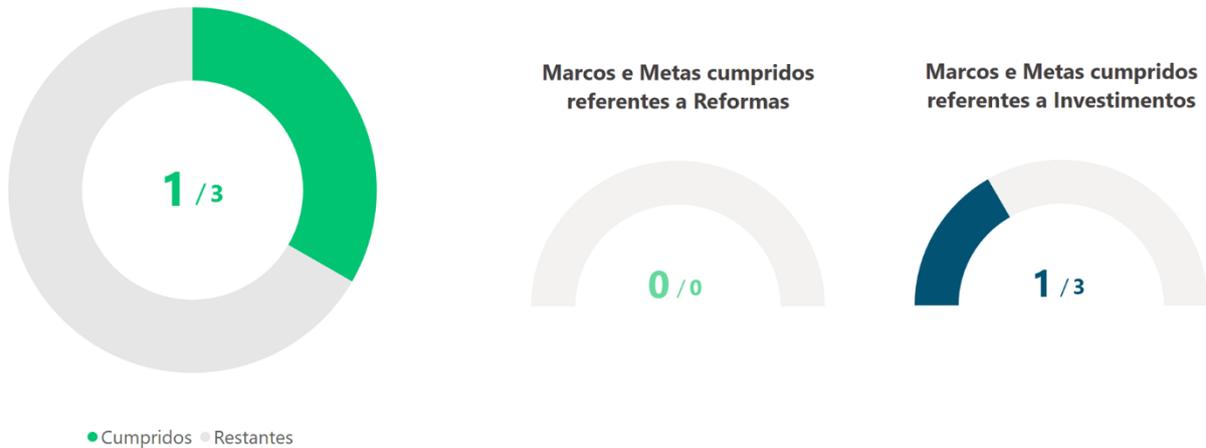
A **Componente C11 – Descarbonização da Indústria** visa a descarbonização do setor industrial e empresarial e a promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC), constituindo um objetivo estratégico central no PRR, no sentido em que contribui para acelerar a transição para uma economia neutra em carbono e, ao mesmo tempo, para promover a competitividade da indústria e das empresas, por via da sua descarbonização, redução do consumo de energia e da promoção de fontes endógenas de energia.

Visão Global e Objetivos



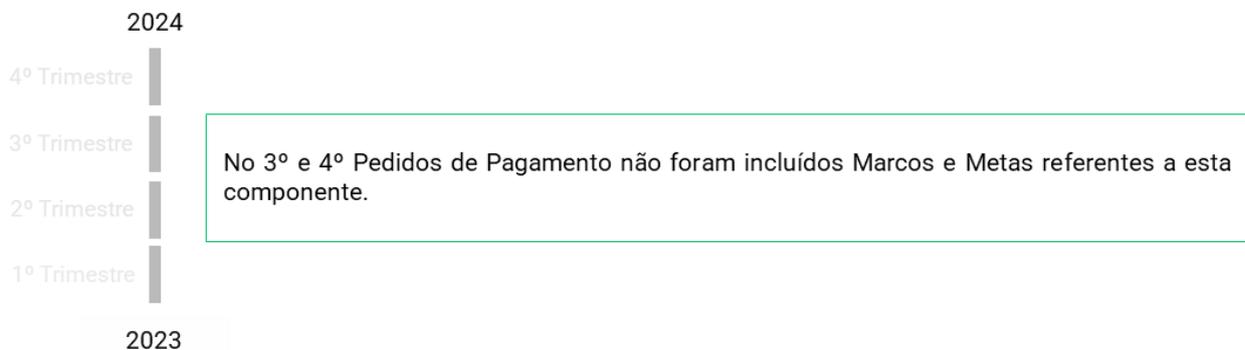
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontrava-se cumprido 1 dos 3 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 33% do total previsto. O Marco e Meta cumprido é referente a investimentos.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente nos 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento. Estava previsto ser alcançado em 2023 1 Marco e Meta, referente a investimentos, conforme a figura abaixo⁴⁰:



⁴⁰ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C11 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 11 encontra-se já contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários na sua totalidade. O montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 630 M€ e o montante pago os 102 M€, 85% e 14% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 75 M€ ainda se encontram em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 1.037 M€, superando a dotação prevista⁴¹.

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

⁴¹ A percentagem de Lançados em Avisos & Anúncios é superior a 100% uma vez que há uma múltipla contabilização dos montantes lançados aquando das republicações.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C11-I01	Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	737 M €	85%	14%

Concretizações

Não existem concretizações associadas a esta componente.

Componente C12| Bioeconomia Sustentável

A **Componente C12 – Bioeconomia Sustentável** pretende desenvolver as iniciativas necessárias à alteração de paradigma para acelerar a produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos (em alternativa às matérias de base fóssil). Através de uma transição para a Bioeconomia Sustentável é possível apoiar a modernização e a consolidação da indústria por meio da criação de novas cadeias de valor e de processos industriais mais ecológicos, apresentando-se assim como uma oportunidade para toda a Europa.

Visão Global e Objetivos



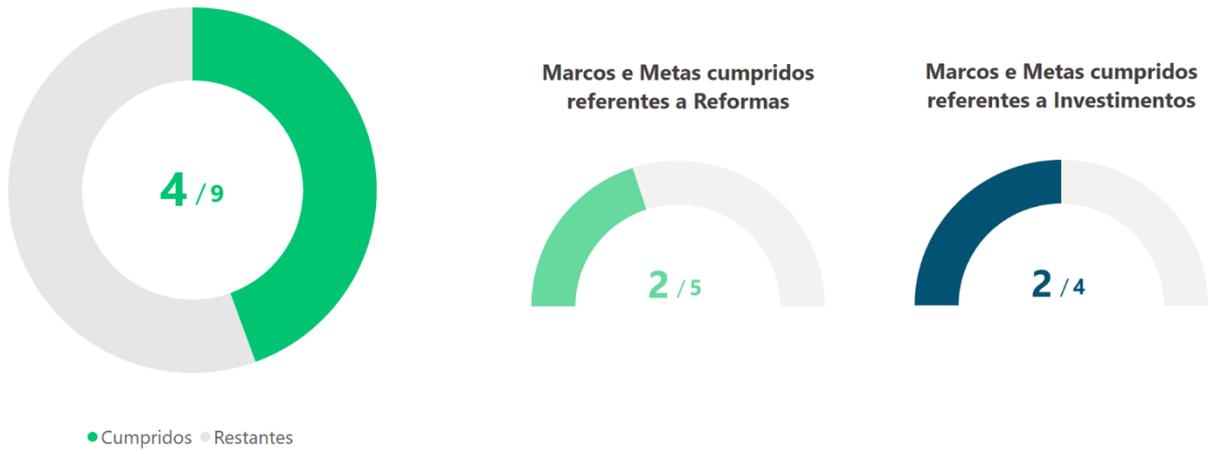
BIOECONOMIA | 145 M€

Objetivos

-  **Incorporação de materiais de base biológica em 3 setores de atividade económica nacional:** Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural
-  **Desenvolver cerca de 13 e 21 linhas de investigação, desenvolvimento e inovação**
-  **Aumentar o nº de adesões por ano de resineiros vigilantes**
-  **Atribuir apoio financeiro à beneficiação de 8.500 ha. de povoamentos de pinheiro bravo com potencial para a resinagem**

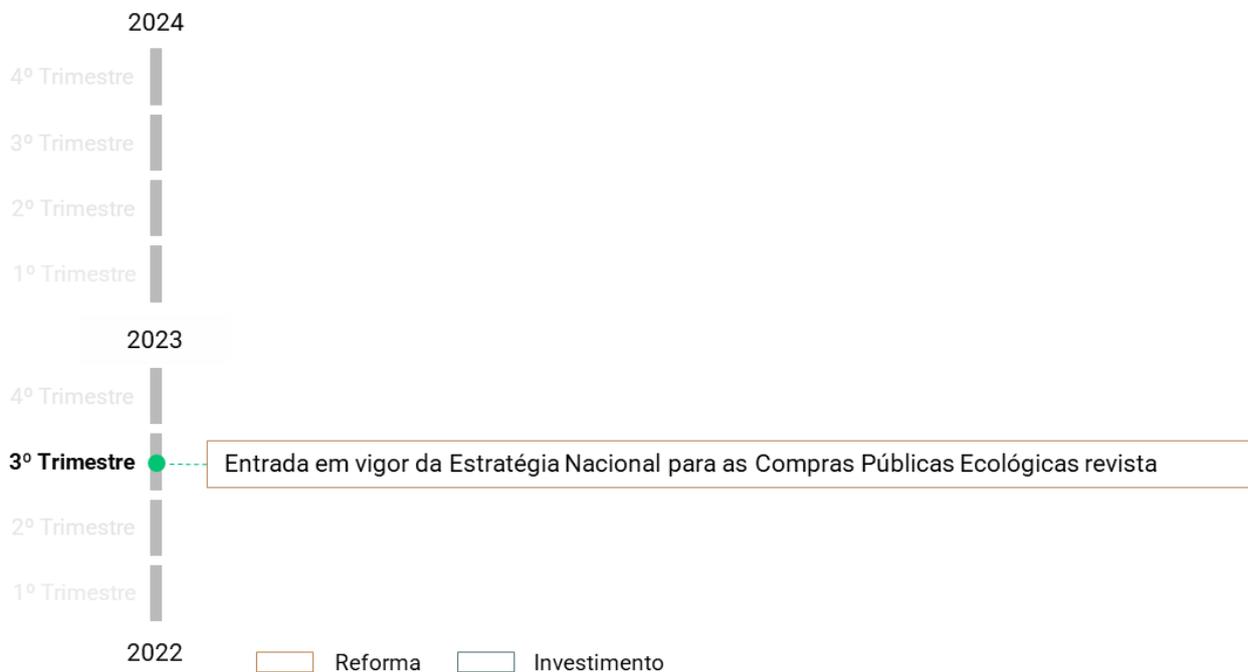
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 4 dos 9 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 44% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 2 são referentes a reformas e 2 são referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 1 Marco e Meta referente a reformas, tendo este sido atingido em 2022⁴², conforme a figura abaixo:



⁴² Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C12 a 31.12.2023



A dotação da componente encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021. Em 2023, verificou-se um acréscimo do montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais, que ascendia a 138 M€ e o montante pago aos 24 M€, 95% e 16% da dotação total, respetivamente. Deste montante total transferido para Beneficiários Intermediários 9 M€ ainda se encontram "em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascendeu a 161 M €.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C12-r25	Bioeconomia sustentável	● Concretizada
C12-r39	Promover a economia circular e uma gestão mais eficiente dos resíduos	● Em fase de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem Responsável: FUNDO AMBIENTAL	140 M €	95%	14%
C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	5 M €	88%	30%

Concretizações⁴³

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Bioeconomia			1	6 M €		0 M €
Total			1	6 M €		0 M €

⁴³ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C13| Eficiência Energética em Edifícios

O intuito da **Componente C13 - Eficiência Energética em Edifícios** é tornar os edifícios energeticamente mais eficientes, potenciando o alcance de múltiplos objetivos, designadamente, a melhoria dos níveis de conforto térmico, a redução do montante da fatura e da dependência energética do País, a redução de emissões de gases com efeito de estufa, a melhoria da qualidade do ar interior, o benefício para a saúde, a promoção da produtividade laboral, a redução da pobreza energética, a extensão da vida útil dos edifícios e o aumento da sua resiliência.

Visão Global e Objetivos

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS DE SERVIÇOS | **70 M€**

Objetivos



360.000 m2 edifícios renovados para a eficiência energética



+30 MW capacidade de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL | **240 M€**

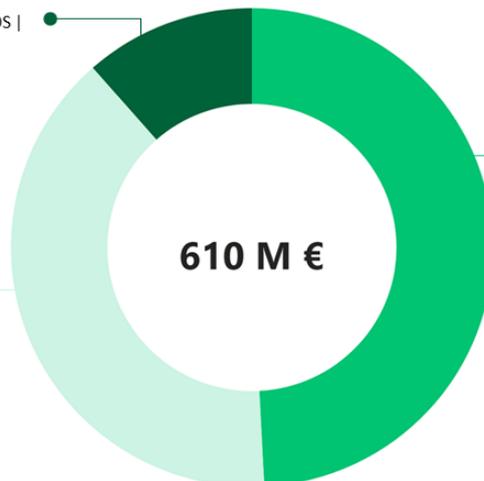
Objetivos



1.255.000 m2 edifícios renovados para a eficiência energética



+28 MW capacidade de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS | **300 M€**

Objetivos



360.000 m2 edifícios renovados para a eficiência energética



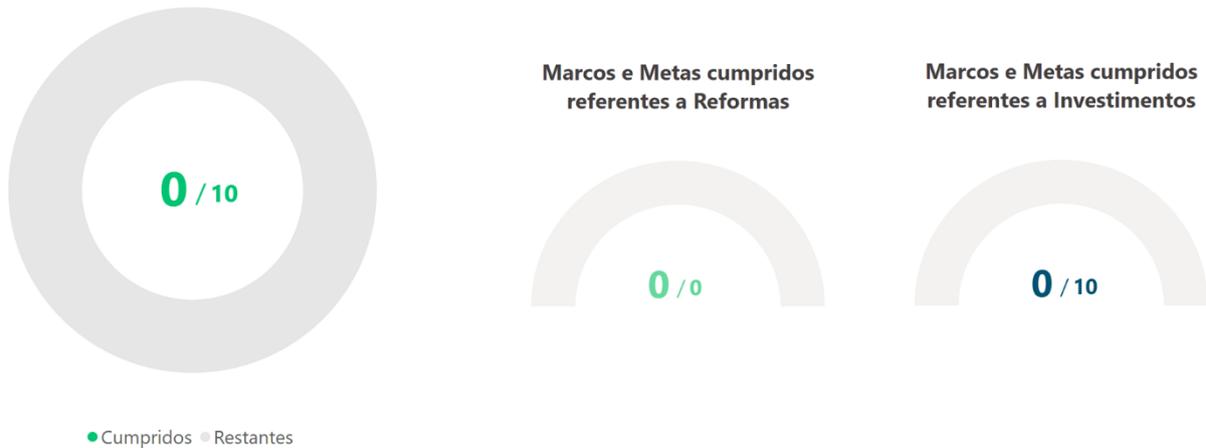
100.000 "Vales eficiência" para agregados familiares em situação de pobreza energética



+35 MW capacidade de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável

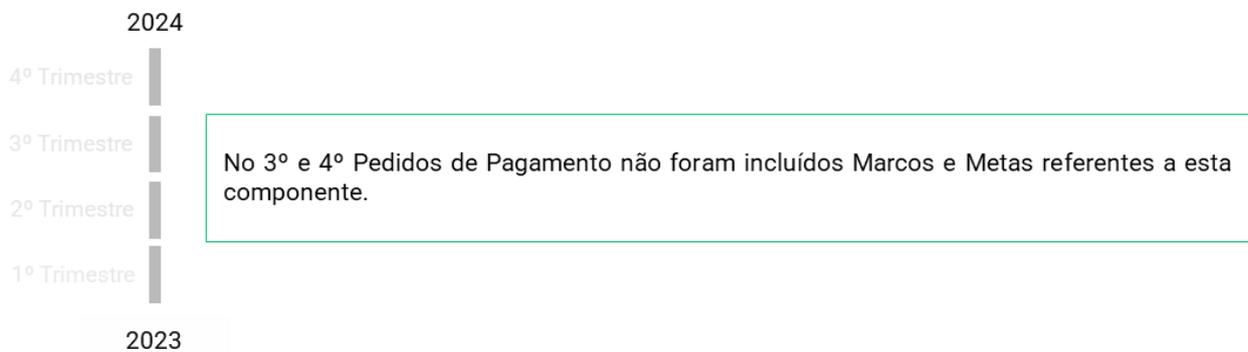
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



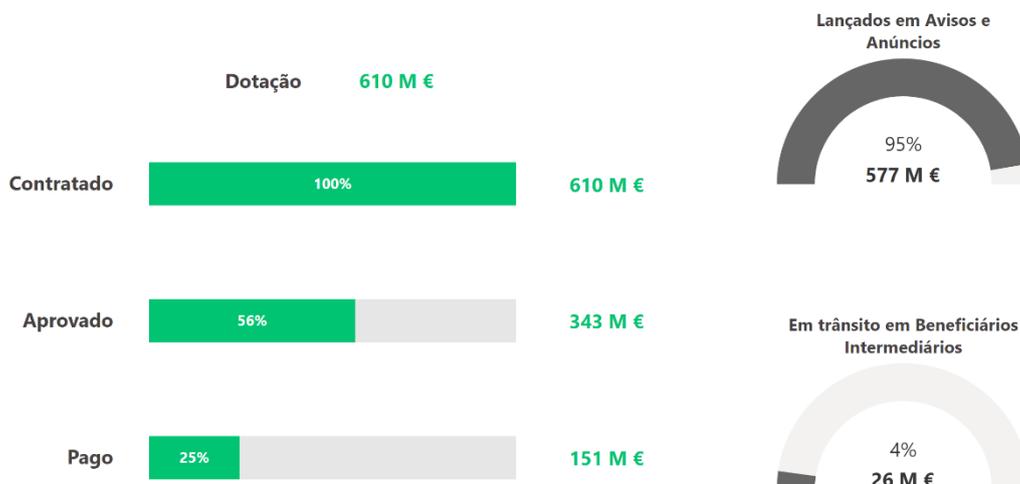
Na componente 13 estão previstos 10 Marcos e Metas. De acordo com o Anexo à CID, está estabelecido que a primeira Meta deverá ser alcançada em 2024.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente nos 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento. De acordo com o previsto, não existiam Marcos e Metas para ser alcançados em 2023, devendo a primeira Meta ser atingida em 2024⁴⁴.



⁴⁴ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C13 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação da componente encontrava-se já toda contratada com o Beneficiário Intermediário, registando-se um montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais de 343 M€ e um montante pago de 151 M€, 56% e 25% da dotação total, respetivamente. Deste montante total transferido para Beneficiários Intermediários 26 M€ ainda se encontram em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura nesta componente ascendia a 577 M€ (95% da respetiva dotação).

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais Responsável: FUNDO AMBIENTAL	300 M €	46%	6%
C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central Responsável: FUNDO AMBIENTAL	240 M €	80%	6%
C13-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços Responsável: FUNDO AMBIENTAL	70 M €	19%	0%

Concretizações⁴⁵

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
▲ Eficiência energética em edifícios residenciais			3	146 M €		0 M €
Total			3	146 M €		0 M €

⁴⁵ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

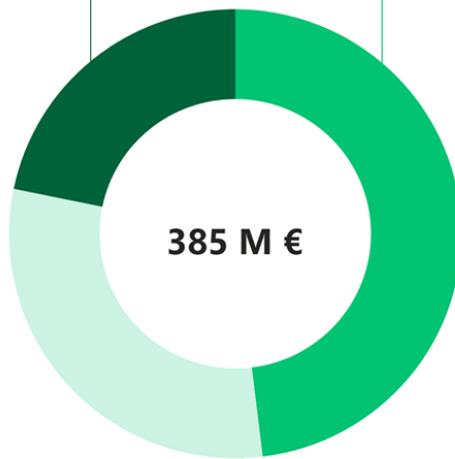
Componente C14| Hidrogénio e Renováveis

A **Componente C14 – Hidrogénio e Renováveis** tem como objetivo promover a transição energética por via do apoio às energias renováveis, com grande enfoque na produção de hidrogénio e de outros gases de origem renovável e, no contexto das Regiões Autónomas, de energias de fonte renovável. Em consequência, fomentar o crescimento económico e o emprego por via do desenvolvimento de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o desenvolvimento, acelerando o progresso tecnológico e o surgimento de novas soluções tecnológicas, com elevadas sinergias com o tecido empresarial e reduzir a dependência energética nacional, quer pela produção de energia a partir de fontes endógenas, quer pela utilização direta de hidrogénio, quer pela utilização indireta (ex.: amónia verde), e dessa forma contribuir significativamente para a melhoria da balança comercial e o reforço da resiliência da economia nacional.

Visão Global e Objetivos

ELETRICIDADE RENOVÁVEL NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA | **84 M€**
Objetivos

-  **Remodelação das centrais hidroelétricas** de Serra de Água e Calheta I
-  **Instalação de sistema de baterias** para o reforço da capacidade da produção de eletricidade renovável
-  **Instalação de um compensador síncrono**, visando contribuir para a operação segura do sistema elétrico, com recurso integral a energias renováveis
-  **Desenvolvimento de redes inteligentes** salientando-se a substituição de 130.000 contadores tradicionais por inteligentes, associados à rede de comunicações, num prazo de 5 anos, a modernização da rede de iluminação pública (8.750 pontos) ou o desenvolvimento de sistemas de carregamento de veículos elétricos inteligentes



HIDROGÉNIO E GASES RENOVÁVEIS | **185 M€**
Objetivos

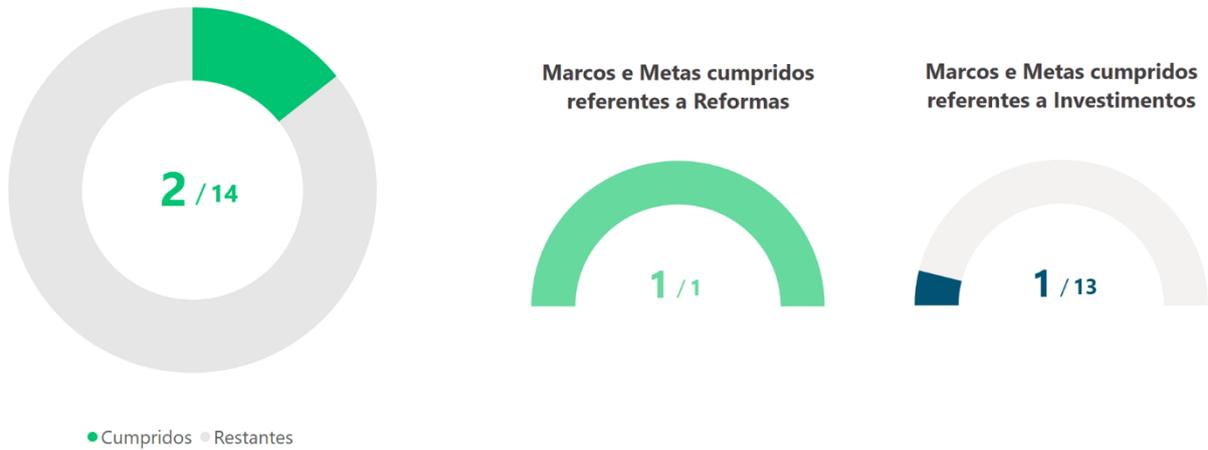
-  **+200 MW de hidrogénio renovável e gases**
Produção de hidrogénio ou biometano, exclusivamente a partir de fontes de energia renovável.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS AÇORES | **116 M€**
Objetivos

-  **Aumento da capacidade de produção renovável em 28 MW**
-  **Integração de sistemas de armazenamento de energia**
-  **Sistemas de produção e energia renovável descentralizada**

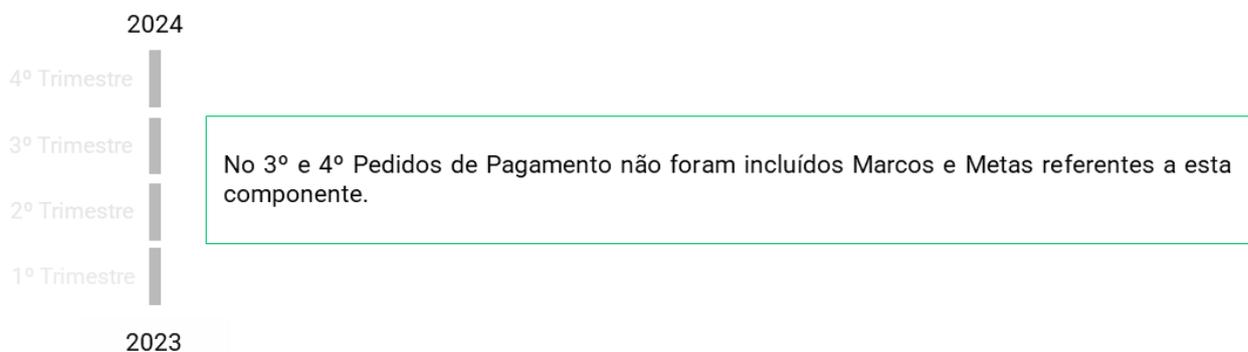
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 2 dos 14 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 14% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 1 é referente a reformas e 1 é referente a investimentos.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente nos 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento. De acordo com o previsto, não existiam Marcos e Metas para ser alcançados em 2023⁴⁶.



⁴⁶ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C14 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 14 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 96%, que se traduz num montante de 370 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 287 M€ e o montante pago os 54 M€, 75% e 14% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 29 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 374 M€, correspondendo a 97% da dotação.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C14-r29	Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)	● Concretizada

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C14-i01	Hidrogénio e gases renováveis Responsável: FUNDO AMBIENTAL	185 M €	55%	3%
C14-i02-RAM	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	84 M €	82%	25%
C14-i03-RAA	Transição Energética nos Açores Responsável: DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	116 M €	100%	24%

Concretizações⁴⁷

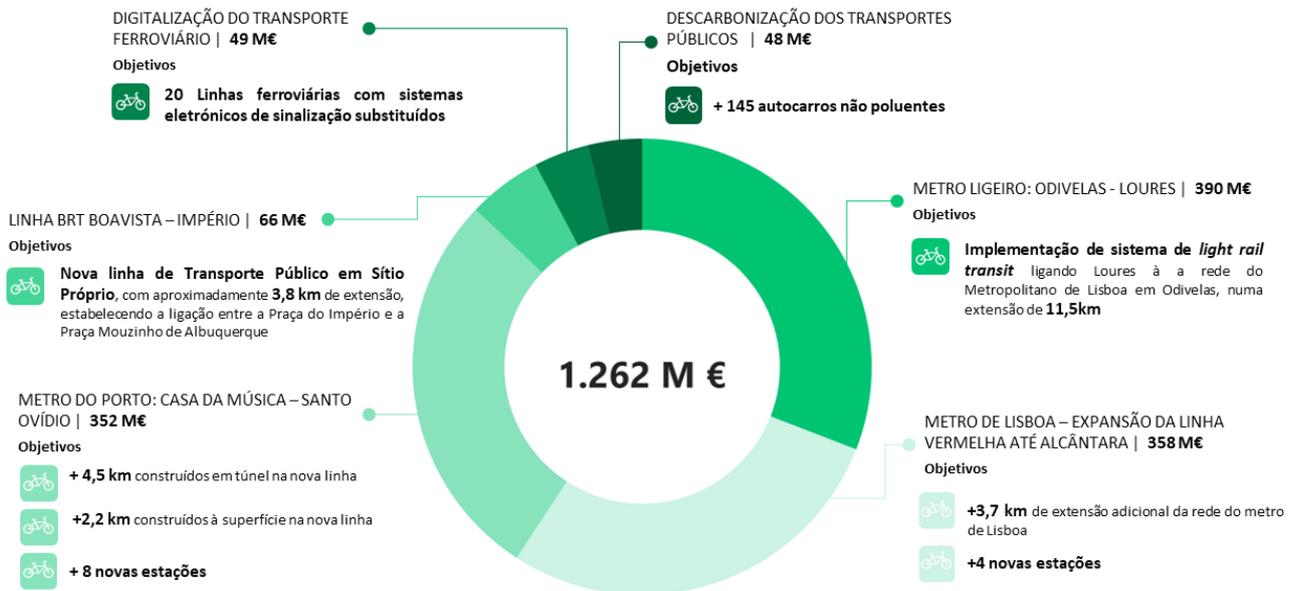
Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Hidrogénio e gases renováveis			1	83 M €		0 M €
Total			1	83 M €		0 M €

⁴⁷ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C15| Mobilidade Sustentável

A **Componente C15 – Mobilidade Sustentável** tem como objetivo assegurar o desenvolvimento de projetos robustos, com forte contributo para a melhoria dos sistemas de transporte coletivo, que promovam o reforço e a utilização crescente do transporte público com a consequente redução da dependência do transporte individual rodoviário, que promovam a descarbonização do setor dos transportes, e que tenham um importante contributo para a recuperação dos efeitos económicos e sociais resultantes da crise pandémica, em particular ao nível do emprego.

Visão Global e Objetivos



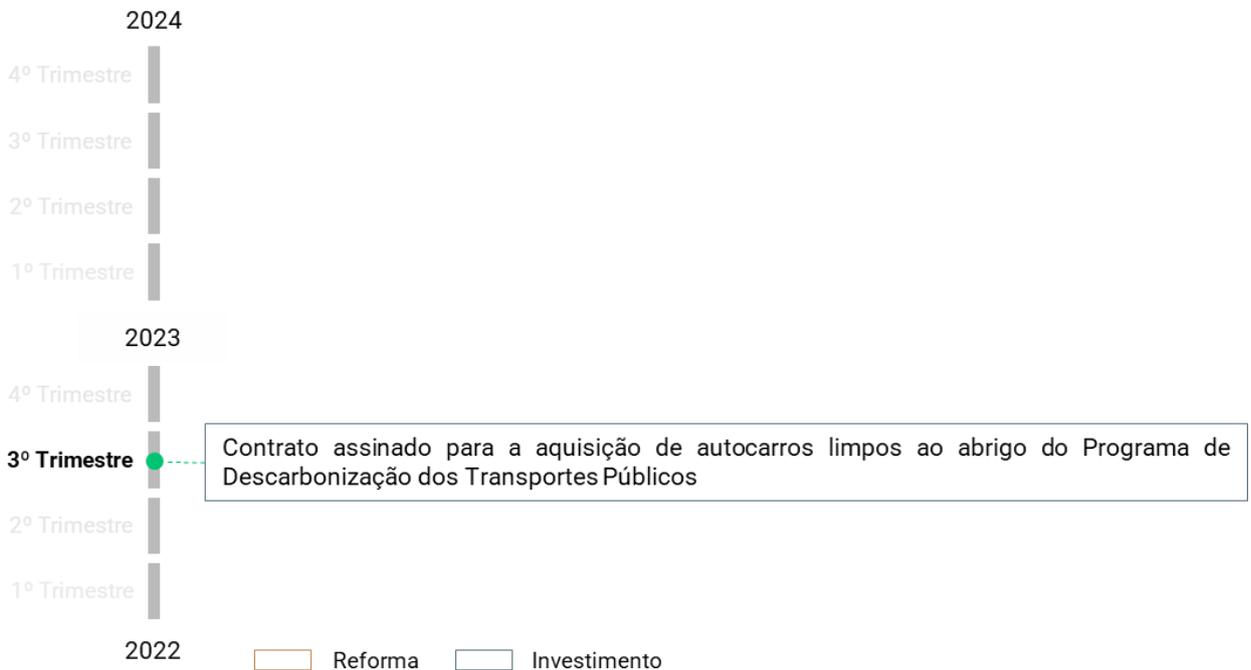
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 2 dos 16 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 13% do total previsto. Os Marcos e Metas cumpridos são referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 1 Marco e Meta referente a investimentos, tendo este sido atingido em 2022⁴⁸, conforme a figura abaixo:



⁴⁸ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C15 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação atualizada da componente 15 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 85%, que se traduz num montante de 1.069 M€. A aprovação a Beneficiários Diretos e Finais atingiu os 967 M€, sendo que até ao final do ano, foi pago um total de 156 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, 85% e 12% da dotação total, respetivamente. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 490 M€.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C15-r30	Reforma do ecossistema de transportes	Em fase de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara Responsável: METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.	358 M €	85%	12%
C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio Responsável: METRO DO PORTO S.A.	352 M €	100%	14%
C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures Responsável: METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.	390 M €	64%	8%
C15-i04	Linha BRT Boavista - Império Responsável: METRO DO PORTO S.A.	66 M €	100%	21%
C15-i05	Descarbonização dos Transportes Públicos Responsável: FUNDO AMBIENTAL	48 M €	100%	25%
C15-i06	Digitalização do Transporte Ferroviário Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	49 M €	100%	13%

Concretizações⁴⁹

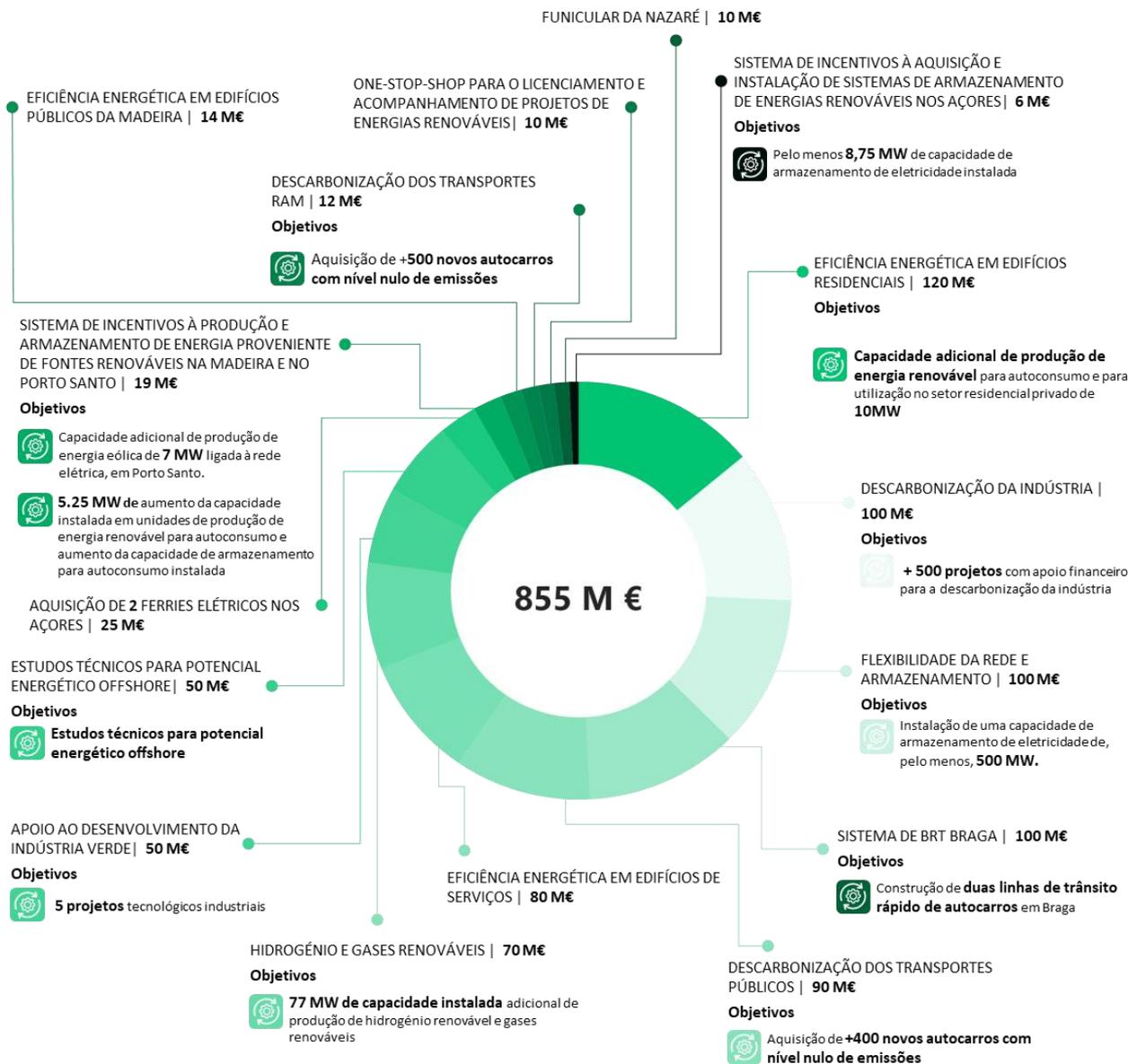
Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Expansão da rede de metro de Lisboa — linha vermelha até Alcântara	16	333 M €				
Expansão da rede de metro do Porto — Casa da Música-Santo Ovídio	28	5 M €				
Trânsito ferroviário ligeiro Odivelas — Loures	5	1 M €				
Trânsito rápido de autocarro Boavista — Império	26	8 M €				
Total	75	346 M €				

⁴⁹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C21| REPowerEU

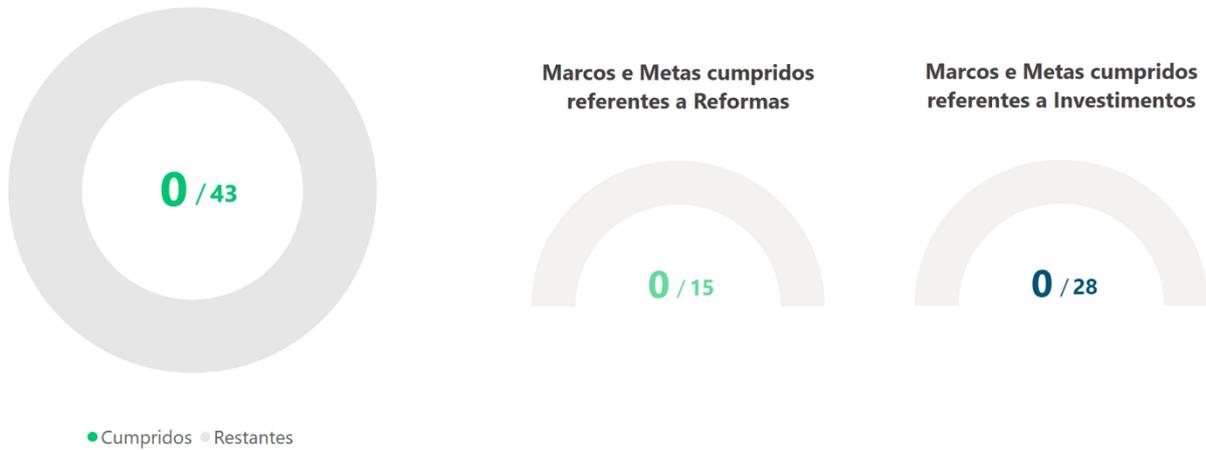
A **Componente C21 – REPowerEU** surge da reprogramação do PRR, como reforço substancial da aposta na transição climática e propõe mais 6 reformas e 16 investimentos. Esta componente pretende contribuir para aumentar a independência dos combustíveis fósseis, após a invasão da Rússia à Ucrânia, com medidas pensadas para poupar energia, produzir energia limpa e diversificar o fornecimento.

Visão Global e Objetivos



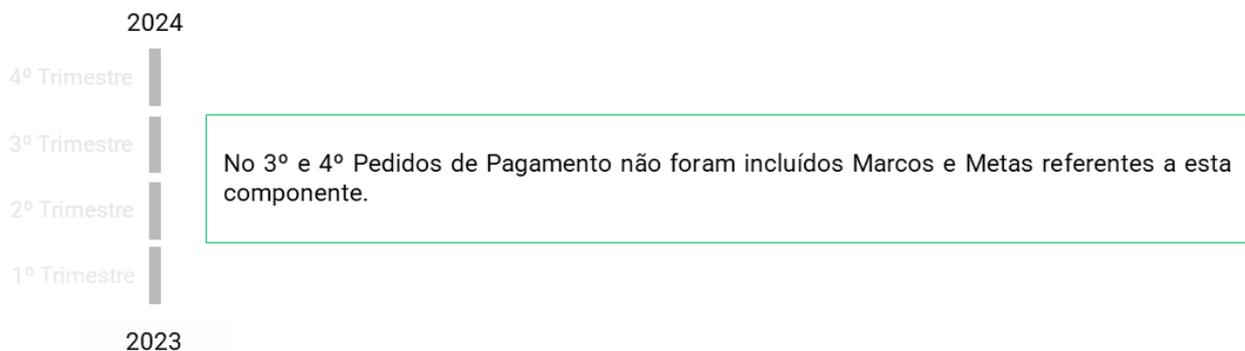
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



Na componente 21 estão previstos 43 Marcos e Metas.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente nos 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento. De acordo com o previsto, não existiam Marcos e Metas para ser alcançados em 2023, devendo a primeira Meta ser atingida em 2024⁵⁰.



⁵⁰ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C21 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023, a dotação da componente 21 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 60%, que se traduz num montante de 510 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 112 M€ e o montante pago os 13 M€, 13% e 2% da dotação total, respetivamente. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 322 M €, correspondente a 38% da sua dotação.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C21-r43	Observatório Nacional da Pobreza Energética	● Em fase de implementação
C21-r44	Criação de balcões únicos para os cidadãos em matéria de eficiência energética (Espaços Cidadão Energia)	● Em fase de implementação
C21-r45	Competências verdes	● Em fase de implementação
C21-r46	Quadro regulamentar para o hidrogénio renovável	● Em fase de implementação
C21-r47	Primeiro leilão para a compra de biometano sustentável e plano de ação para o biometano	● Em fase de implementação
C21-r48	Simplificação do quadro jurídico e regulamentar aplicável aos projetos de energias renováveis	● Em fase de implementação

Investimentos⁵¹

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C21-i01	Medida reforçada: Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100 M €	0%	0%
C21-i02	Medida reforçada: Eficiência energética em edifícios residenciais Responsável: FUNDO AMBIENTAL	120 M €	1%	0%
C21-i03	Medida reforçada: Eficiência energética em edifícios de serviços Responsável: FUNDO AMBIENTAL	80 M €	1%	0%
C21-i04-RAM	Eficiência energética em edifícios públicos da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	14 M €		
C21-i05	Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Verde Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	50 M €		
C21-i06	Medida reforçada: Hidrogénio e Gases Renováveis Responsável: FUNDO AMBIENTAL	70 M €		
C21-i07.01	Estudos técnicos para potencial energético offshore Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.	42 M €		
C21-i07.02	Estudos técnicos para potencial energético offshore Responsável: LNEG	8 M €		
C21-i08	Flexibilidade da Rede e Armazenamento Responsável: FUNDO AMBIENTAL	100 M €		
C21-i09	One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis Responsável: DGEG	10 M €		
C21-i10-RAA	Sistema de Incentivos à aquisição e instalação de sistemas de armazenamento de energias renováveis nos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	6 M €		
C21-i11-RAM	Sistema de Incentivos à produção e Armazenamento de Energia Proveniente de Fontes Renováveis na Madeira e no Porto Santo Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	19 M €		
C21-i12	Medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos Responsável: FUNDO AMBIENTAL	90 M €		
C21-i13-RAM	Descarbonização dos Transportes Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	12 M €		
C21-i14	Sistema de BRT Braga Responsável: TUB - Transportes Urbanos de Braga, E. M.	100 M €	100%	13%
C21-i15-RAA	Aquisição de 2 ferries elétricos Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	25 M €		
C21-i16	Funicular da Nazaré Responsável: Município da Nazaré	10 M €	100%	0%

Concretizações

Não existem concretizações associadas a esta componente, uma vez que as contratações com os Beneficiários da Componente C21 acontecerem no final de 2023. Os valores pagos resultam de valores pagos em forma de adiantamento.

⁵¹ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

PARTE 6

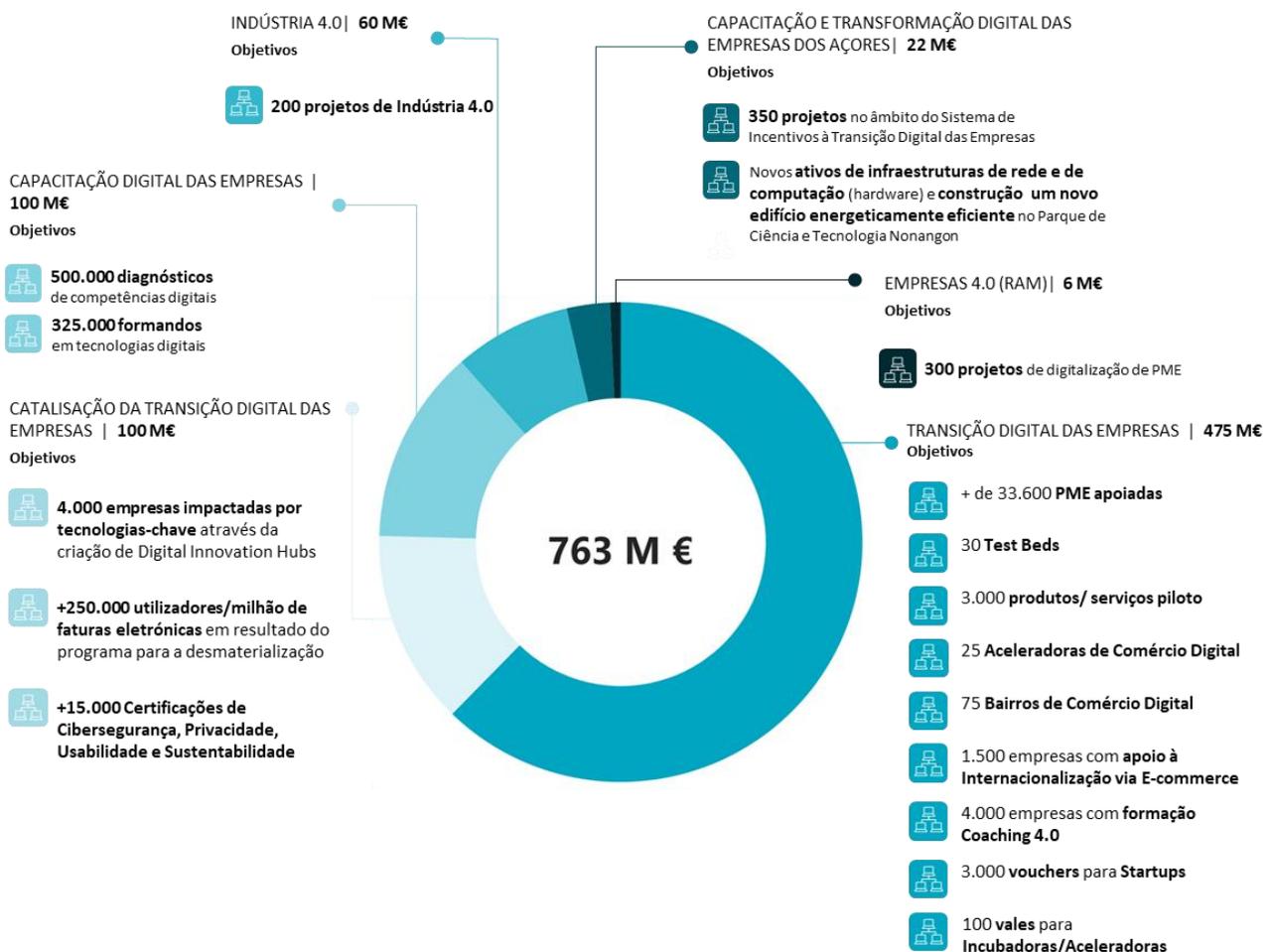
6.4 Transição Digital

6.4 Transição Digital

Componente C16| Empresas 4.0

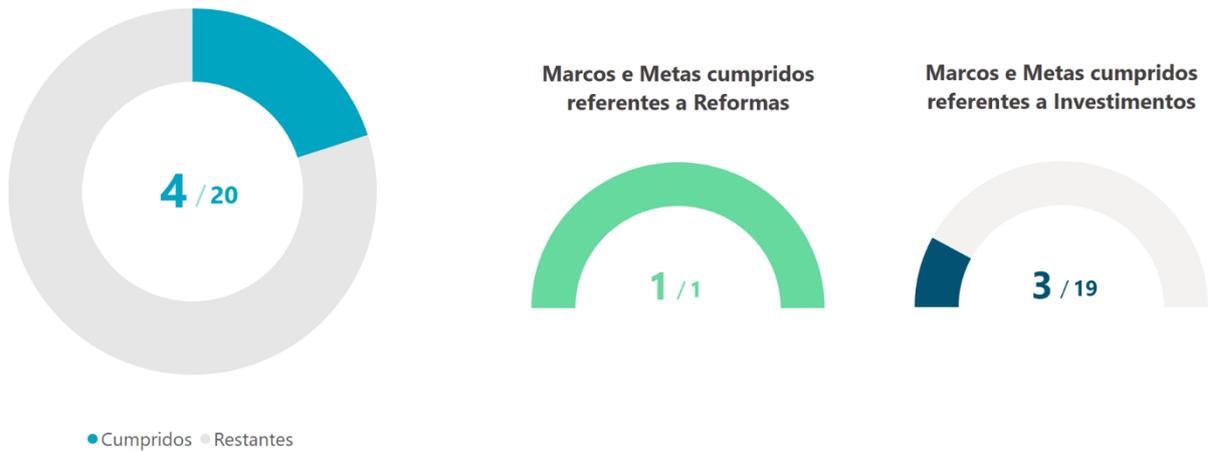
A **Componente C16 – Empresas 4.0**, dirigida especificamente ao reforço de digitalização das empresas, tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; abranger de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas.

Visão Global e Objetivos



Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



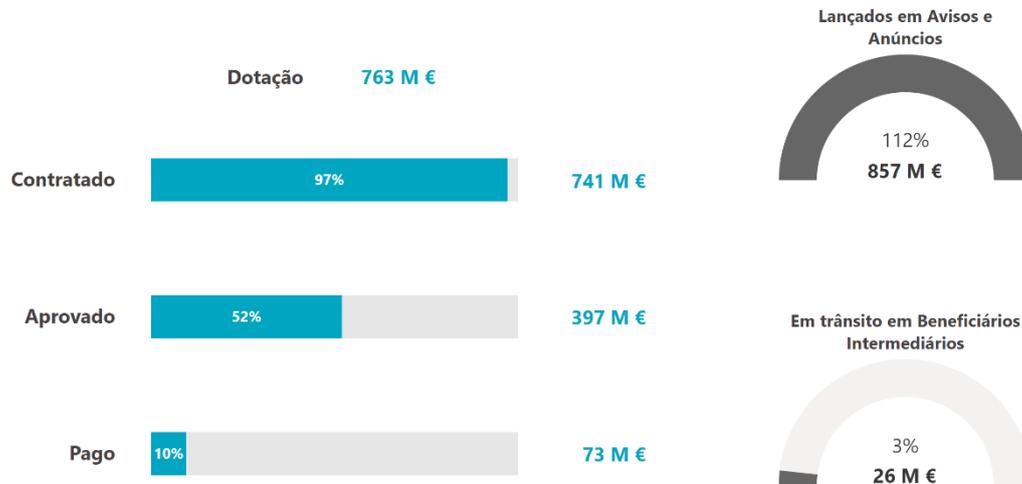
No final de 2023, encontravam-se cumpridos 4 dos 20 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 20% do total previsto. Dos 4 Marcos e Metas cumpridos, 1 é referente a reformas e 3 são referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 1 Marco e Meta referente a investimentos, tendo este sido atingido em 2022⁵², conforme a figura abaixo:



⁵² Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C16 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023 a dotação atualizada da componente encontrava-se 97% contratada, que se traduz num montante de 741 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 397 M€ e o montante pago os 73 M€, 52% e 10% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 2 6M€ ainda se encontram "em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 857 M €.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C16-r31	Transição digital do ambiente empresarial	● Concretizada

Investimentos⁵³

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C16-i01	Capacitação Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100 M €	100%	23%
C16-i02	Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	475 M €	43%	8%
C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100 M €	70%	14%
C16-i04	Indústria 4.0 Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	60 M €	1%	0%
C16-i05-RAA	Capacitação e Transformação Digital das Empresas dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	22 M €		
C16-i06-RAM	Empresas 4.0 Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	6 M €		

Concretizações⁵⁴

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Capacitação digital das empresas			1	19 M €		0 M €
Catalisação da transição digital das empresas			1	7 M €	2	7 M €
Indústria 4.0			1	60 M €		0 M €
Transição digital das empresas			7	200 M €	128	61 M €
Total			10	285 M €	130	68 M €

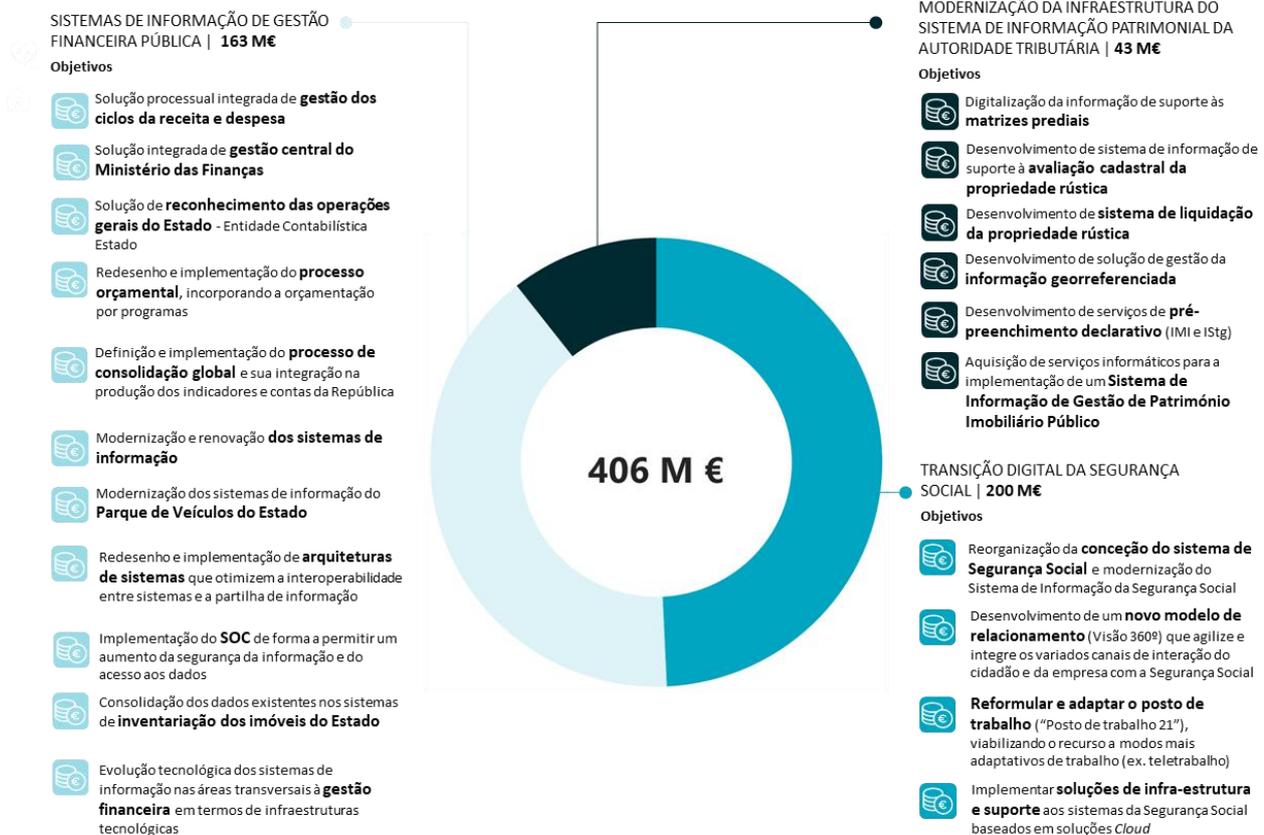
⁵³ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

⁵⁴ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C17| Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

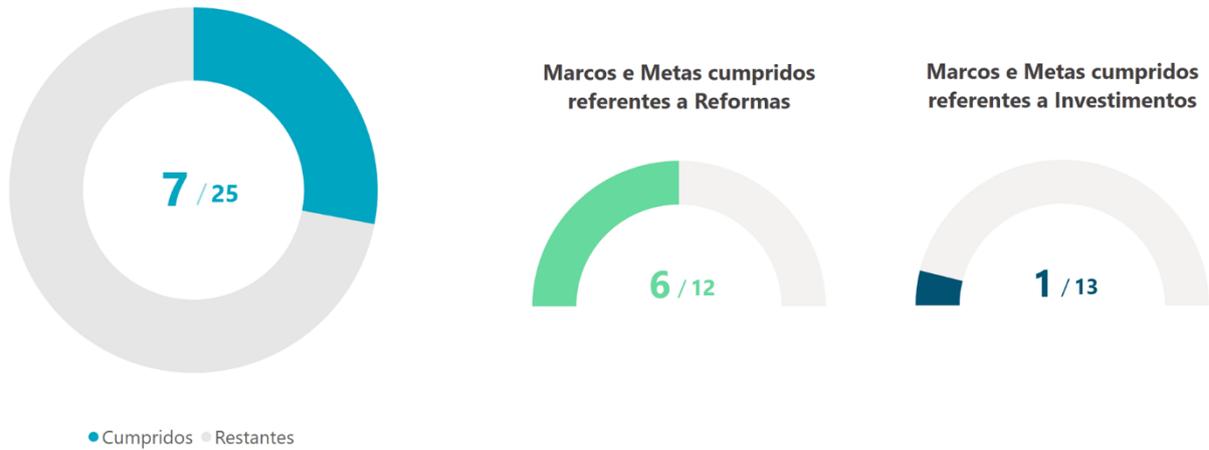
A Componente C17 - Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas tem como objetivos primordiais a modernização e simplificação da gestão financeira pública, promovendo assim uma mudança estrutural e fundamental para o aumento da qualidade e sustentabilidade das finanças públicas portuguesas.

Visão Global e Objetivos



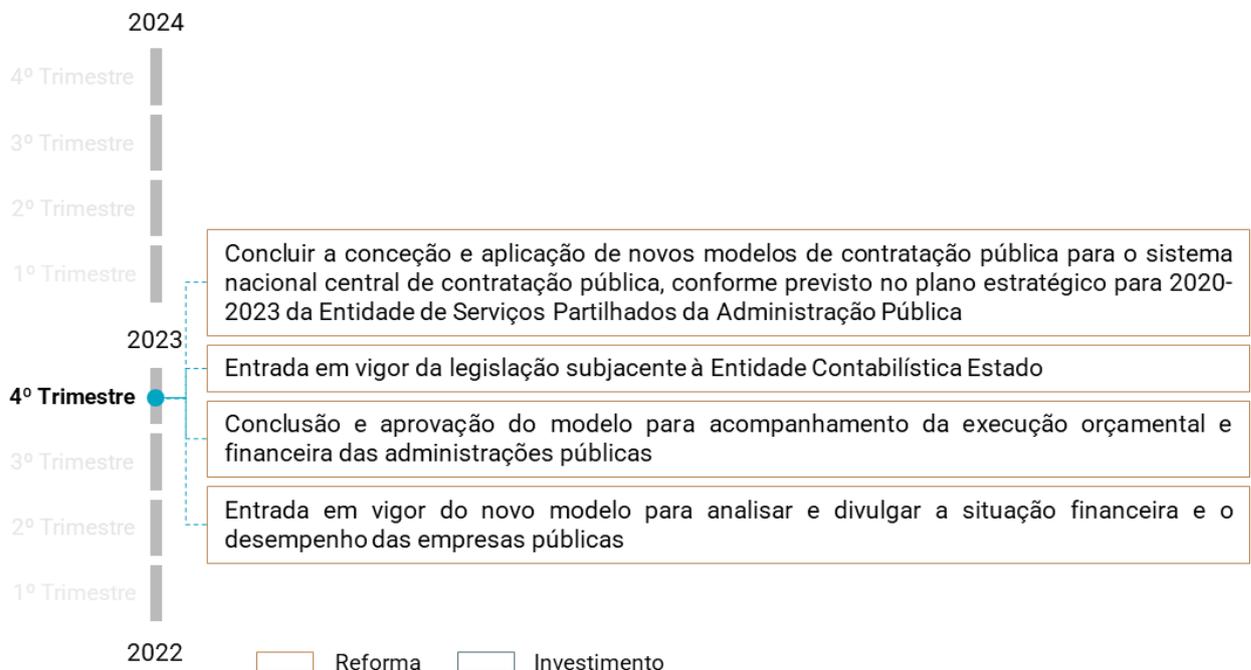
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 7 dos 25 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 28% do total previsto. Dos 7 Marcos e Metas cumpridos, 6 são referentes a reformas e 1 é referente a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 4 Marcos e Metas referentes a reformas, tendo estes sido cumpridos em 2022⁵⁵, conforme a figura abaixo:



⁵⁵ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C17 a 31.12.2023



A dotação da componente encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021. O valor aprovado alcançou o valor da dotação total da componente de 406 M€ no mês de janeiro de 2022. O montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia, no final do ano, a 95 M€, correspondente a 24% da dotação orçamental. Foram lançados 150 M€ em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente, 37% da respetiva dotação total.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C17-r32	Modernização e simplificação da gestão financeira pública	● Em fase avançada de implementação
C17-r40	Simplificação do sistema fiscal	● Em fase de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C17-i01.01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública Responsável: ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P.	161 M €	100%	17%
C17-i01.02	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública/ SIGPIP Responsável: ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P.	2 M €	100%	0%
C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária Responsável: AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	43 M €	100%	22%
C17-i03.01	Transição digital da Segurança Social Responsável: INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	19 M €	100%	33%
C17-i03.02	Transição digital da Segurança Social Responsável: INSTITUTO DE INFORMÁTICA, I.P.	182 M €	100%	29%

Concretizações⁵⁶

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Modernização dos sistemas de informação da Autoridade Tributária e Aduaneira para a tributação dos prédios rústicos	3	1 M €				
Sistemas de informação sobre a gestão das finanças públicas	29	5 M €				
Transição digital da Segurança Social	49	49 M €				
Total	81	54 M €				

⁵⁶ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C18| Justiça Económica e Ambiente de Negócios

Os objetivos da **Componente C18 - Justiça Económica e Ambiente de Negócios** são robustecer e tornar mais eficientes as relações dos cidadãos e empresas com o Estado, bem como reduzir os encargos e complexidades que inibem a atividade empresarial e assim impactam sobre a produtividade. Com esta componente pretende-se a diminuição da carga administrativa e regulamentar enfrentada pelas empresas, atuando especificamente ao nível dos Licenciamentos, na área da Insolvência e nos Tribunais Administrativos e Fiscais, bem como no aumento da eficiência dos Tribunais.

Visão Global e Objetivos

JUSTIÇA ECONÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS | **267 M€**

Objetivos



Plataformas digitais dos tribunais e meios RAL em todos os tribunais e instâncias, abrangendo cerca de **400 tribunais** e **3.000 magistrados**:

- novas plataformas de serviços digitais e sistemas de informação;
- plataforma de suporte aos processos de Insolvência e Recuperação;
- sistema de tramitação processual para as Secretarias Judiciais, impactando a atividade de cerca de **7.000 oficiais de justiça**;
- Fase 2 do Projeto Tribunal+: Balcão+ eletrónico e Comarca+.



Plataformas Digitais para Ciclos de Vida dos Cidadãos e das Empresas

- Sistema de informação "Empresa 2.0", (criação, gestão e encerramento) e *Residency* (para empresas estrangeiras).
- Plataforma integrada de registos (civil, comercial, predial e de nacionalidade), abrangendo **434 conservatórias** e **4.658** trabalhadores.
- **Cartão de Cidadão**: novo serviço que desmaterializa o processo de pedido e entrega do CC.
- **Novos serviços online** e reengenharia dos existentes na plataforma digital da Justiça e no Portal Único Digital Nacional.



Plataformas Digitais para a Investigação Criminal e Forense

- Modernização dos sistemas de informação na área da investigação criminal.
- Desenvolvimento do sistema de informação de monitorização da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção.



Plataformas de Gestão de Conhecimento

- Plataforma de Serviços Comuns da Justiça.
- Plataforma de Indicadores e Estatísticas da Justiça.
- Plataforma de suporte à criação e gestão de modelos de documentos transversal ao MJ

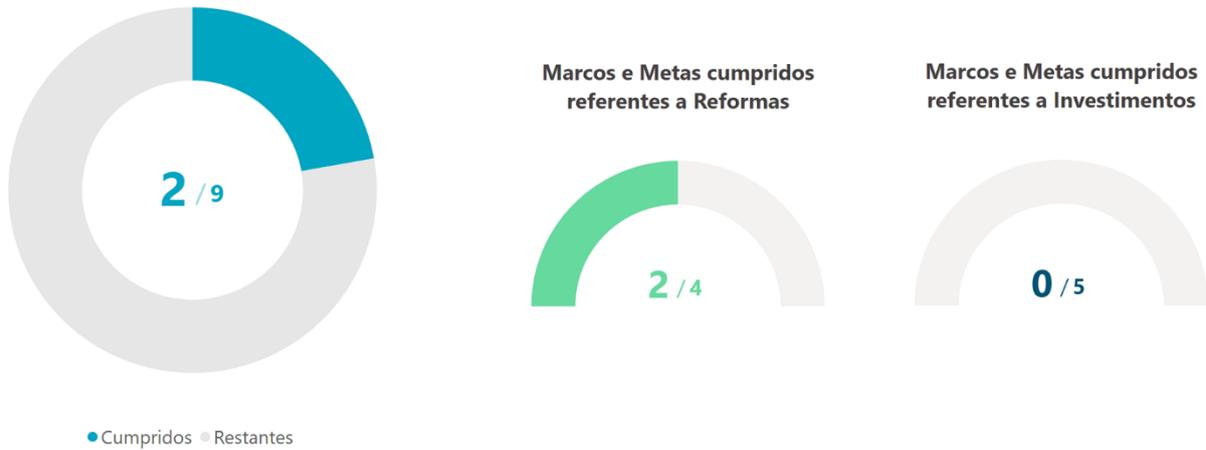


Reforço das Infraestruturas e Equipamentos Tecnológicos: redes de comunicações;

sistemas hw/sw operativos; criação de *Contact Center* para resposta a mais de **200.000 chamadas/mês**; videoconferência para tribunais, conservatórias e outros serviços da Justiça; novo *service desk* transversal; e criação de *contact center* multicanal da Justiça.

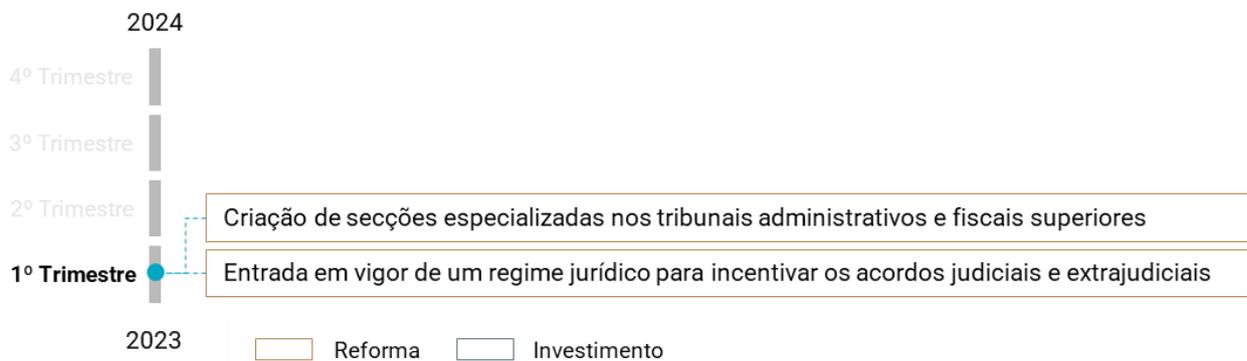
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



No final de 2023, encontravam-se cumpridos 2 dos 9 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 22% do total previsto. Os 2 Marcos e Metas cumpridos são referentes a reformas.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 2 Marcos e Metas referentes a reformas, tendo estes sido cumpridos em 2023⁵⁷, conforme a figura abaixo:



⁵⁷ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C18 a 31.12.2023



Com o valor da dotação da componente de 267 M€ totalmente contratada com os Beneficiários Diretos desde 2021, encontra-se igualmente aprovada de forma integral. A 31 de dezembro de 2023, os pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais ascendiam a 48 M€, 18% da dotação total. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 124 M €, correspondendo a 46% da dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C18-r33	Justiça económica e ambiente empresarial	Em fase avançada de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C18-i01.01	TD C18-i01.01: Justiça económica e ambiente de negócios/IGFEJ Responsável: INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P.	139 M €	100%	19%
C18-i01.02	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/IRN Responsável: INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P.	43 M €	100%	17%
C18-i01.03	TD C18-i01.03: Justiça económica e ambiente de negócios/DGPJ Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA	24 M €	100%	16%
C18-i01.04	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/DGAJ Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	16 M €	100%	14%
C18-i01.05	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/PJ Responsável: POLICIA JUDICIARIA	19 M €	100%	14%
C18-i01.06	TD C18-i01.06: Justiça económica e ambiente de negócios/SGMJ Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTIÇA	10 M €	100%	16%
C18-i01.07	TD C18-i01.07: Justiça económica e ambiente de negócios/INMLCF Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES, I.P.	7 M €	100%	21%
C18-i01.08	TD C18-i01.08: Justiça económica e ambiente de negócios/INPI Responsável: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	2 M €	100%	25%
C18-i01.09	TD C18-i01.09: Justiça económica e ambiente de negócios/CAAJ Responsável: COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	1 M €	100%	70%
C18-i01.10	TD C18-i01.10: Justiça económica e ambiente de negócios/PGR Responsável: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA	3 M €	100%	19%
C18-i01.11	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/CSM Responsável: CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	1 M €	100%	50%
C18-i01.12	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/STA Responsável: SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	0 M €	100%	13%
C18-i01.13	Justiça Económica e Ambiente de Negócios / MENAC Responsável: MECANISMO NACIONAL ANTICORRUPÇÃO (MENAC)	1 M €	100%	0%

Concretizações⁵⁸

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Justiça económica e ambiente empresarial	171	75 M €				
Total	171	75 M €				

⁵⁸ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C19| Administração Pública Mais Eficiente

A **Componente C19 - Administração Pública Mais Eficiente** pretende providenciar um melhor serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promovendo a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública, reforçando o contributo do Estado e da administração pública para o crescimento e desenvolvimento económico e social.

Visão Global e Objetivos

REFORÇO DO QUADRO GERAL DE CIBERSEGURANÇA NA BASE DA CONFIANÇA PARA A ADOÇÃO DOS SERVIÇOS ELETRÓNICOS | **52 M€**

Objetivos

- Reforçar a **capacitação em cibersegurança** e segurança da informação
- Criar as condições tecnológicas para a implementação do **novo modelo de coordenação da cibersegurança** e da segurança da informação

MODERNIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL (AÇORES) | **31 M€**

Objetivos

- Programas de investimento:**
 - "APR + Acessível, Inclusiva e Aberta"
 - "APR + Serviços mais ágeis"
 - "APR + Proativa"
 - "APR + Apta para o Futuro"
- Infraestrutura digital** na Administração Pública Regional – Mobile.GOV e Azores_Ciber360º

REFORMULAR O ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, COM A CRIAÇÃO DO PORTAL DIGITAL ÚNICO NACIONAL, O REDESENHO DE SERVIÇOS DIGITAIS MAIS UTILIZADOS E O DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO MULTICANAL | **216 M€**

Objetivos

- Portal Único de Serviços Digitais** que se assuma como "Loja do Cidadão Virtual" e que permita tratar de forma digital e desmaterializada os principais serviços da AP
- Centro de Contacto** que permita tratar dos principais serviços através deste canal
- Expandir a **rede de Lojas de Cidadão**, de **Espaços Cidadão** e de **Espaços de Cidadão Móveis**, e chegar a quem não consiga aceder aos serviços digitais
- Aplicação** para os cidadãos acederem de forma digital aos serviços públicos mais procurados
- SGMNE** - Novo modelo de gestão consular em vigor

TERRITÓRIOS INTELIGENTES - AMA | **60 M€**

Objetivos

- Formação de **+600 pessoas** sobre territórios inteligentes
- Desenvolvimento do **Portal dos Territórios Inteligentes**

SERVIÇOS ELETRÓNICOS SUSTENTÁVEIS, BASEADOS NA INTEROPERABILIDADE E UTILIZAÇÃO DOS DADOS PARA UM AUMENTO DE TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA | **70 M€**

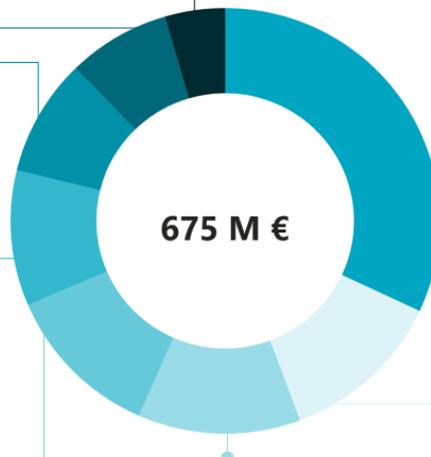
Objetivos

- Incrementar a **governança e capacidade de reutilização segura dos dados** na AP
- Reforçar o serviço **Dados.Gov** enquanto portal de dados abertos da AP
- Criação de **infraestruturas integradas para fins específicos**.

TRANSIÇÃO DIGITAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA RAM | **81 M€**

Objetivos

- 5 novos serviços públicos digitalizados** simplificados disponíveis para os cidadãos e as empresas
- Modernização de infraestruturas críticas e da arquitetura informática** dos serviços públicos na RAM
- Formação digital** para trabalhadores do setor público
- Solução de gestão centralizada de dados**



INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS DIGITAIS EFICIENTES, SEGURAS E PARTILHADAS | **83 M€**

Objetivos

- Intervencionar a **Rede Informática do Governo** tornando-a mais resiliente
- Investir na melhoria da cobertura e capacidade da **Rede de Comunicações de Emergência do Estado**
- Renovar a **arquitetura dos sistemas de informação e processos associados à gestão e controlo de fronteiras**, cooperação policial e judiciária e asilo
- Eliminar as redundâncias dos processos técnicos burocráticos** das Forças e Serviços de Segurança (FSS)

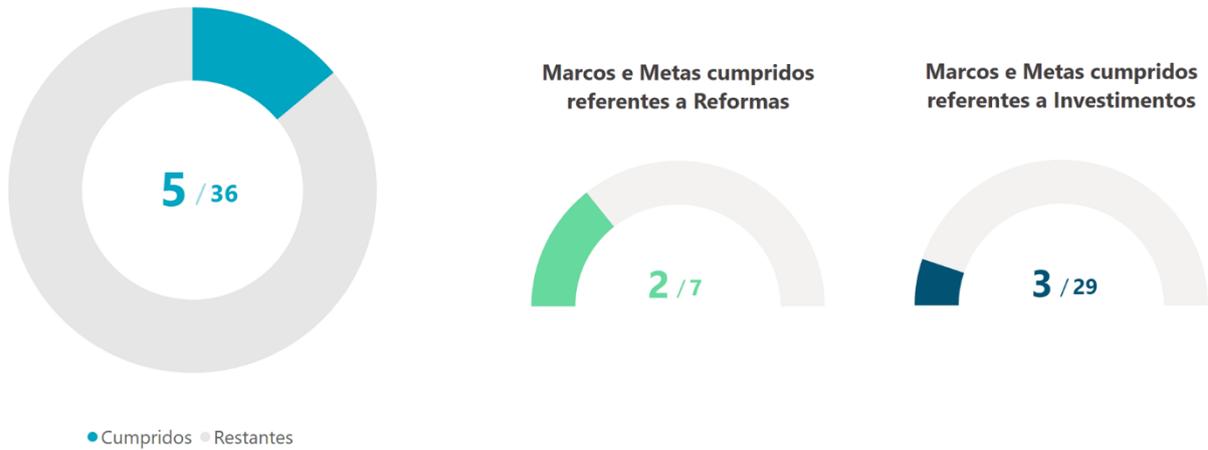
CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E GESTÃO DO FUTURO | **83 M€**

Objetivos

- Programas de capacitação para trabalhadores da Administração Pública:** "Infoexclusão Zero"; "AP Digital 4.0."; "Formação superior e avançada em gestão e administração" e . formação para Lojas do Cidadão/Espaços Cidadão, PlanAPP – projeto de competências em planeamento e prospetiva, SIADAP
- Programa Qualifica AP** (Plano de Ação 2021-2026) para a implementação dos objetivos do Programa Qualifica AP
- Programa de estágios profissionais** na Administração Pública
- Incentivar o adoção do regime de teletrabalho** por parte dos trabalhadores da Administração Pública
- Criação do PlanAPP** - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
- Implementação da **Reforma funcional e orgânica da administração pública**

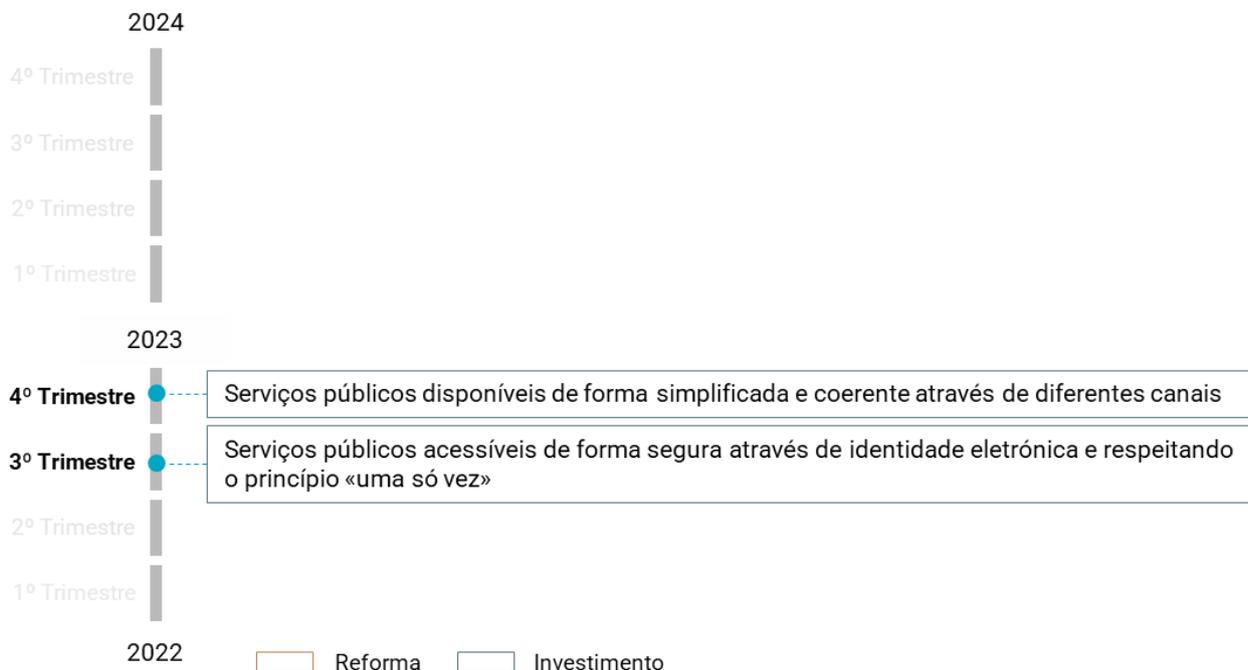
Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



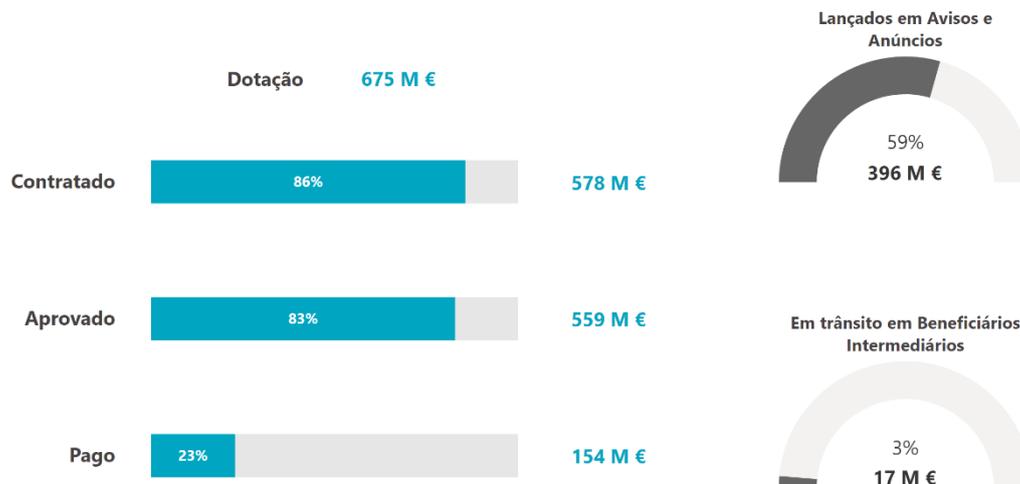
No final de 2023, encontravam-se cumpridos 5 dos 36 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 14% do total previsto. Dos 5 Marcos e Metas cumpridos, 2 são referentes a reformas e 3 são referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 2 Marcos e Metas referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos em 2022⁵⁹, conforme a figura abaixo:



⁵⁹ Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C19 a 31.12.2023



A dotação atualizada contratada até 31 de dezembro de 2023 é de 86%, que resulta num montante de 578 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 559 M€ e o montante pago os 154 M€, 83% e 23% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 17 M€ ainda se encontram em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente totalizou a 396 M€, correspondendo a 59% da dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C19-r34	Serviços públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas	● Concretizada
C19-r35	Reforma funcional e orgânica da administração pública	◐ Em fase de implementação
C19-r36	Administração pública capacitada para a criação de valor público	● Concretizada
C19-r41	Acesso aos serviços públicos: harmonizar e consolidar o acesso presencial e em linha	◐ Em fase de implementação
C19-r42	Novo sistema de avaliação para capacitar e rejuvenescer o pessoal da administração pública	◐ Em fase de implementação

Investimentos⁶⁰

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C19-i01.01	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	159 M €	85%	29%
C19-i01.02	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares - SGMNE Responsável: SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS	56 M €	91%	35%
C19-i02.01	Serviços Eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	65 M €	95%	26%
C19-i02.02	Serviços Eletrónicos sustentáveis/INE Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA	5 M €	100%	23%
C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança Responsável: GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA (GNS)	52 M €	78%	12%
C19-i04.01	Transição Digital na Rede Informática do Governo (RING)/CEGER Responsável: CENTRO DE GESTÃO DA REDE INFORMÁTICA DO GOVERNO - CEGER	13 M €	100%	59%
C19-i04.02	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas/SGMAI Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	62 M €	100%	43%
C19-i04.03	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	8 M €	100%	13%
C19-i05.01-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM - DRI Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	71 M €	96%	13%
C19-i05.02-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM-DRAPMA Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	9 M €	100%	13%
C19-i06-RAA	Transição Digital da Administração Pública dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	31 M €	82%	20%
C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública - INA Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P. (INA, I.P.)	30 M €	100%	16%
C19-i07.02	C19 – i07.02 – Capacitação da Administração Pública – Entidade responsável pela implementação da reforma TD-r35 Responsável: SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	2 M €	100%	13%
C19-i07.03	Capacitação da Administração Pública - Formação Lojas do Cidadão/ Espaços Cidadão Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	1 M €	100%	32%
C19-i07.04	Capacitação da Administração Pública - PlanAPP Responsável: CENTRO DE COMPETÊNCIAS DE PLANEAMENTO, DE POLÍTICAS E DE PROSPETIVA DA ADMINISTRAÇÃO (PLANAPP)	12 M €	100%	13%
C19-i07.05	TD C19-i07.05 - Capacitação da Administração Pública - Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO	38 M €	92%	18%
C19-i08	Territórios Inteligentes - AMA Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	60 M €		

⁶⁰ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

Concretizações⁶¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Administração pública capacitada para a criação de valor público	160	1 M €				
Infraestruturas digitais críticas eficientes, seguras e partilhadas	14	14 M €				
Reforço do quadro geral de cibersegurança	26	1 M €	1	6 M €		0 M €
Reformulação dos serviços públicos e consulares	56	16 M €				
Serviços eletrónicos sustentáveis	25	5 M €				
Transição digital da administração pública dos Açores			1	2 M €		0 M €
Total	281	36 M €	2	8 M €		0 M €

⁶¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

Componente C20| Escola Digital

No arranque dos investimentos do PRR, a garantia da acessibilidade ao ensino para todos, através dos meios digitais, ganhou o topo das prioridades. O principal objetivo da **Componente C20 – Escola Digital** é criar condições para a inovação educativa e pedagógica através do desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, da sua integração transversal nas diferentes áreas curriculares e da modernização do sistema educativo português.

Visão Global e Objetivos

EDUCAÇÃO DIGITAL (R.A. MADEIRA) | 22 M€

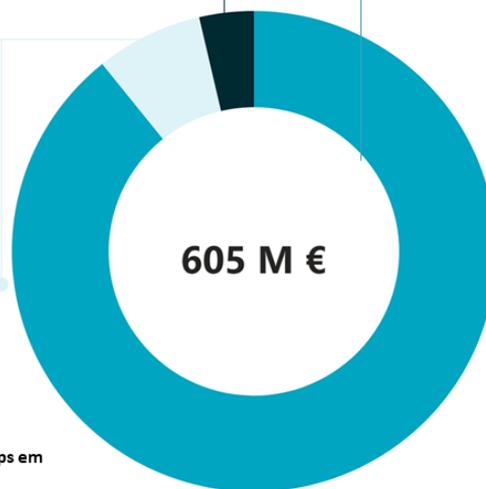
Objetivos

-  Projeto dos **Manuais Digitais para 15.910 alunos**
-  **Formação em competências digitais** para **6.500** professores e pessoal não docente na RAM
-  Implementação de **rede estruturada** em, pelo menos, **95% das Escolas**
-  **Instalação de equipamento científico e tecnológico** (conjuntos de experiências de robótica; conjuntos de ciências experimentais; conjuntos CTEAM; conjuntos de biologia, física e química; conjuntos polivisuais/multimédia, novos equipamentos de informática; Ambientes Inovadores de Aprendizagem)

EDUCAÇÃO DIGITAL (R.A. AÇORES) | 43 M€

Objetivos

-  **Aquisição de 24.900 computadores portáteis e tablets** para o ensino pré-escolar, o primeiro e o segundo ciclos e o ensino secundário equipamentos digitais móveis
-  **Ligação à Internet** de, pelo menos, **1 Gbps em 95% das escolas**
-  **Instalação de equipamentos digitais** (330 novos ecrãs interativos, 100 novos equipamentos laboratoriais especializados, 100 novas impressoras 3D, 150 novos projetores de vídeo e 150 novos robôs educativos)
-  **Desenvolvimento de 24 cursos de competências digitais** em linha acessíveis a professores e pais (MOOC).



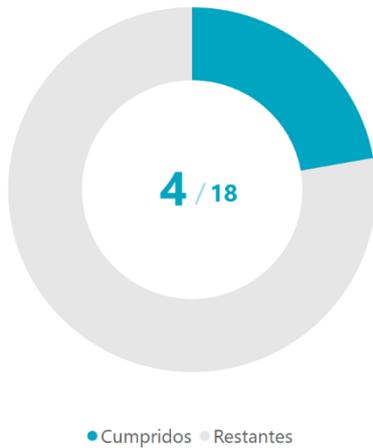
TRANSIÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO | 540 M€

Objetivos

-  **Ligação de 1Gb** em, pelo menos, **95% das escolas**
-  Pelo menos, **95% das escolas** com sistema único de identidades; sistemas de informação de gestão educativa do Ministério da Educação e sistema Escola 360, incluindo o fornecimento de **15.000 computadores** para utilização em atividades de gestão escolar
-  Pelo menos, **95% das disciplinas com Recursos Educativos Digitais**
-  Pelo menos **95% dos testes e exames digitais**;
-  Atribuição de **600.000 de computadores portáteis** a professores e alunos em escolas públicas do ensino básico e secundário
-  Instalação de **106 Laboratórios de Educação Digital** (conjuntos de robótica, impressoras 3D, equipamentos de medição e teste, ferramentas diversas, módulos de desenvolvimento e simulação, componentes eletrónicos, máquinas de gravação e corte a laser ou outros, que permitam desenvolver e multiplicar os clubes de computação experimental, programação e robótica)
-  Instalação de **26.564 equipamentos de projeção**

Execução

Marcos e Metas Cumpridos 2023



Marcos e Metas cumpridos
referentes a Reformas

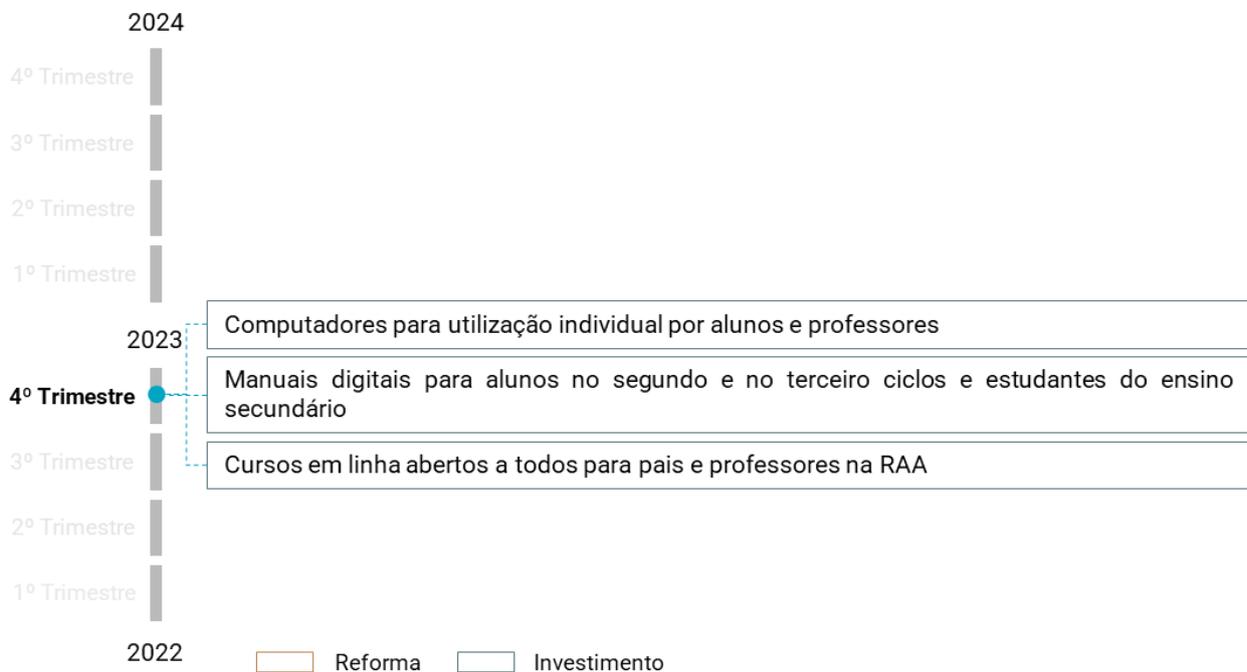


Marcos e Metas cumpridos
referentes a Investimentos



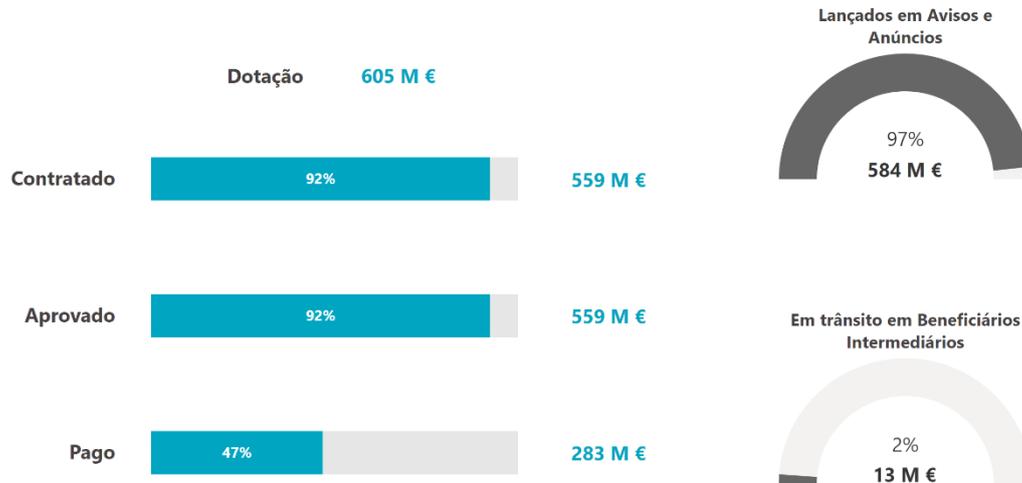
No final de 2023, encontravam-se cumpridos 4 dos 18 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 22% do total previsto. Os 4 Marcos e Metas cumpridos são referentes a investimentos.

Os 3.º e 4.º Pedidos de Pagamento, realizados em 2023, incluíram 3 Marcos e Metas referentes a reformas, tendo estes sido cumpridos em 2022⁶², conforme a figura abaixo:



⁶² Conforme definido na Decisão de Execução do Conselho.

Implementação Financeira da componente C20 a 31.12.2023



A 31 de dezembro de 2023 a dotação atualizada da componente encontrava-se 92% contratada e aprovada, que se traduz num montante de 559 M€ contratados e aprovados a Beneficiários Diretos e Finais. O montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 283 M€, correspondendo a 47% da dotação total, aos quais acresce um montante de 13 M€ pago a Beneficiários Intermediários que se encontra “em trânsito”. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 584 M €, correspondendo a 97% da sua dotação.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2023
C20-r37	Reforma para a educação digital	🕒 Em fase de implementação

Investimentos

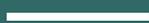
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2023	PAGO A 31.12.2023
C20-i01.01	Transição digital na Educação Responsável: SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	294 M €	93%	13%
C20-i01.02	Transição digital na Educação Responsável: SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	246 M €	93%	93%
C20-i02-RAA	Educação digital (Açores) Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	43 M €	88%	23%
C20-i03-RAM	Acelerar a digitalização da Educação na RAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	22 M €	95%	29%

Concretizações⁶³

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Educação digital (Açores)			1	0 M €		0 M €
Transição digital na educação	3	41 M €				
Total	3	41 M €	1	0 M €		0 M €

⁶³ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

PARTE 7



Perspetivas para 2024

7. Perspetivas para 2024

A previsão macroeconómica do Banco de Portugal no boletim de dezembro de 2023 estima que a economia portuguesa deverá ter um crescimento económico para 2024 de 1,2% (desaceleração de 0,9% face a 2023 (2,1%)).

Para 2024 e 2025, espera-se uma melhoria da dinâmica de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2,2% e 2,0%, respetivamente.

A inflação deverá prosseguir a trajetória descendente, reduzindo-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e para 2% até ao final do horizonte de projeção. Esta diminuição reflete os efeitos desfasados da redução de custos de produção e das decisões de política monetária do Banco Central Europeu.

O crescimento da economia deverá ser baseado no dinamismo do investimento e das exportações. A formação bruta de capital fixo (FBCF) deverá acelerar para 2,4% em 2024, expandindo-se 5,2% e 4,1% nos dois anos seguintes, respetivamente. As exportações deverão crescer a um ritmo mais contido do que em anos anteriores (3,4%, em média, em 2023-26), devido ao menor dinamismo da procura externa. Projetam-se ganhos adicionais de quota de mercado das exportações neste período.

As estimativas apresentadas são realizadas perante um contexto de elevada incerteza, quer externa, quer interna, o que torna difícil a estimativa e a comparação com outras previsões e projeções produzidas em diferentes momentos no tempo. No entanto, a nível externo realçamos: A) a rápida deterioração dos indicadores das economias de alguns dos principais parceiros da economia portuguesa, nos últimos meses, B) a persistência de uma política monetária mais restritiva, através da manutenção das taxas de juro de referência elevadas e por um período mais alargado do que o inicialmente previsto, e C) focos e tensões geopolíticas. A nível interno destacamos essencialmente: A) a situação política nacional (eleições agendadas para 10 de março de 2024) que origina a constituição de um novo Governo, o que poderá originar algum atraso na implementação/aprovação de reformas e autorizações de despesa para realizar investimentos e B) da dissipação do impulso associado à retoma pós-pandémica do turismo.

Apesar do contexto menos favorável, prevê-se que 2024 seja um ano de aumento da execução do PRR, contribuindo para apoiar estruturalmente a economia portuguesa para uma trajetória de crescimento económico potencial. A reprogramação do PRR permitiu reforçar e criar novos investimentos como é exemplo o capítulo REpowerEU que vai permitir reduzir a dependência de combustíveis fósseis como resposta para a questão climática.

Neste cômputo, em 2024, prosseguir-se-á a estratégia de transformação da economia portuguesa subjacente ao PRR, sobretudo fundada na transição digital e na transição climática, preparando assim Portugal para a modernidade e para os novos desafios globais. Na transição digital, prevê-se a continuidade do aumento do ritmo de execução na digitalização dos serviços públicos, na transição digital das empresas e no apoio à formação de competências digitais, fatores fundamentais para elevar a preparação digital da economia portuguesa.

Em complemento, na transição climática prevemos o crescimento dos investimentos em energias renováveis, eficiência energética e mobilidade sustentável, com um forte enfoque na descarbonização e na resiliência climática (Componentes PRR: C11, C13 e C14, bem como a componente REPower C21). Estes investimentos fomentarão o crescimento da economia verde, promoverão práticas sustentáveis e contribuirão para o compromisso de Portugal de atingir a neutralidade de carbono até 2050, sendo de destacar as intervenções nos edifícios, responsáveis por cerca de 70% das emissões de gases com efeitos de estufa e cujas intervenções, suportadas pelas medidas da componente 13 PRR, produzem efeitos duradouros no longo prazo.

No ano de 2023, assistimos já a uma grande aceleração da execução do PRR e da sua implementação financeira, resultante de um maior número de medidas e da estabilização natural de procedimentos e estruturas. Em 2024, antecipamos um natural aumento da taxa de execução e da taxa de implementação, em linha com o previsto no plano e garantindo o cumprimento dos Marcos e Metas associados à transferência do 5.º e 6.º Pedidos de Pagamento.

A boa execução do PRR é um desígnio nacional de todos os agentes económicos e famílias, exigindo um grande esforço de coordenação de todas as partes envolvidas pelo que a

execução bem sucedida do PRR, em 2024, não só apoiará a recuperação económica de Portugal, como também contribuirá para a sustentabilidade e competitividade a longo prazo.

PARTE 8

Anexos

Anexos

Anexo I – Controlo e Auditoria

Anexo II – Listagem de Marcos e Metas